

Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

Carla Marise Ribeiro Cerqueira

CAPITAL SOCIAL E AÇÃO COLETIVA NAS REDES SOCIAIS DO COMITÊ
DE ARTICULAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOTERRITORIAL (PDST) DO RESIDENCIAL MANAUS, BELO
HORIZONTE - MG

Belo Horizonte
2022

Carla Marise Ribeiro Cerqueira

CAPITAL SOCIAL E AÇÃO COLETIVA NAS REDES SOCIAIS DO COMITÊ
DE ARTICULAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
SOCIOTERRITORIAL (PDST) DO RESIDENCIAL MANAUS, BELO
HORIZONTE - MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação do
Departamento de Geografia da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito à obtenção parcial do título
de Mestre em Geografia

Área de Concentração: Organização do Espaço
Linha de Pesquisa: Geografia Aplicada e Geotecnologias
Orientador: Prof. Dr. Weber Soares

Belo Horizonte

2022

C416c
2022

Cerqueira, Carla Marise Ribeiro.

Capital social e ação coletiva nas redes sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) do Residencial Manaus, Belo Horizonte - MG [manuscrito] / Carla Marise Ribeiro Cerqueira. – 2022.

144 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Weber Soares.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2022.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Linha de pesquisa: Geografia Aplicada e Geotecnologias.

Bibliografia: f. 121-130.

Inclui apêndices.

1. Capital social (Sociologia) – Teses. 2. Ação coletiva – Teses. 3. Redes sociais – Teses. 4. Planejamento urbano – Granja de Freitas (Belo Horizonte, MG) – Teses. I. Soares, Weber. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 711.4(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"CAPITAL SOCIAL E AÇÃO COLETIVA NAS REDES SOCIAIS DO COMITÊ DE ARTICULAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL (PDST) DO RESIDENCIAL MANAUS, BELO HORIZONTE - MG"

CARLA MARISE RIBEIRO CERQUEIRA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 21 de outubro 2022, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

Weber Soares

IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa

IGC/UFMG

Moisés Alberto Calle Aguirre

UFRN

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Soares de Moura Costa**, Professora do **Magistério Superior**, em 21/10/2022, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Alberto Calle Aguirre, Usuário Externo**, em 24/10/2022, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Weber Soares, Professor do Magistério Superior**, em 26/10/2022, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1762108** e o código CRC **3CCC6987**.

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Weber Soares, pela sensibilidade e gentileza.

À professora Heloísa Costa e ao professor Moisés Aguirre que tanto contribuíram para esta pesquisa.

À Tatiana Maria, pelo apoio e incentivo nessa caminhada.

À Lorena Saldanha que reencontrei (felizmente!) durante o Mestrado, sendo possível o apoio mútuo em busca do nosso título de Mestras. Ao Emerson Arantes, pela rica contribuição cartográfica, tão cara a nós, geógrafos.

À Ana Flávia, Alessandra Duarte, Karla Marques e pelo apoio e oportunidade de aprimorar os conhecimentos que, certamente, incorporarei no meu trabalho. À Maria Flávia pela disponibilidade e contribuição para a pesquisa.

Aos amigos (mais do que colegas!) da URBEL Luciana Houri, Luciana D'Albuquerque, Michele Archanjo, Andrea Giovanini e Juliana Sandra.

Aos amigos, companheiros de longa data, que sempre me incentivaram com carinho e paciência: Soraya Roberta, Alana Turetta, Warley Pires, Patrícia Santos, Janaína Laguna, Ana Paula Oliveira, Flávia Vilaça, e aos amigos do grupo TI. Obrigada pelos momentos de pausa para recarregar as forças!

Ao Comitê de Articulação que tanto me ensinou e que aqui tento escrever um pouco da sua história, sua luta e sabedoria, pois tanto conteúdo não caberia nestas páginas. Muito obrigada!

À minha prima Paula, que sempre acompanhou meu percurso acadêmico e um apoio constante.

E por último, mas em especial, à minha família por ter lidado com minhas ausências de maneira leve e dando suporte incondicional: Maria Antônia, Vanessa, Aline, Daniel, Cecília (a caminho), Diego, Luiza e Matheus! Amo vocês.

Ao meu pai, Carlos, que tanta falta faz, levo comigo seus ensinamentos e aprecio sua mais bela herança: o estudo e a leitura! Obrigada!

RESUMO

A atuação da sociedade no espaço ocorre de diversas formas, dentre elas, através das redes sociais. A ação em redes é potencializada de acordo com o estoque de capital social existente na sua estrutura social. Essa pesquisa se baseou em estudo do Comitê de Articulação, grupo formado por representantes dos bairros Granja de Freitas, Alto Vera Cruz e Taquari, criado para acompanhar a construção de um recente modelo de planejamento urbano adotado pela URBEL/Prefeitura de Belo Horizonte, o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus. O plano é previsto nas diretrizes nacionais para execução do trabalho social nos programas executados com recursos federais. Neste âmbito, o plano estudado é desenvolvido após a construção do residencial pelo Programa Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de identificar ações de médio e longo prazo que incorpore as demandas dos moradores, com o apoio do Comitê de Articulação. A elaboração do plano e a futura execução das melhorias dependerão da sua mobilização em conjunto com a comunidade e outros grupos atuantes no território. Sabe-se que o estoque de capital social existente na estrutura social é fator preponderante para o sucesso (ou fracasso) da ação coletiva. Sendo assim, este estudo consistiu em apreender o capital social, produzido e reproduzido pela dinâmica das relações sociais, por meio de uma metodologia desenvolvida no início do século XX e que ganhou expressão com os recursos tecnológicos após a década de 1980: a Análise de Redes Sociais – ARS. Verificou-se a associação entre capital social, ação coletiva e apoio ao plano, resultando no estabelecimento de dois ambientes diversos a partir das redes sociais dos atores do Comitê de Articulação – um mais propício ao desenvolvimento da ação coletiva e outro, menos propício. Dessa forma, a pesquisa consiste em importante instrumento para avaliar a implantação de instrumento da Política Municipal de Habitação do município de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Capital social. Ação coletiva. Redes sociais. Granja de Freitas. Planejamento urbano.

ABSTRACT

The action of society in space occurs in several ways, among them, through social networks. The action in networks is enhanced according to the stock of social capital existing in its social structure. This research was based on a study by the Articulation Committee, a group formed by representatives of the Granja de Freitas, Alto Vera Cruz and Taquari neighborhoods, created to accompany the construction of a recent model of urban planning adopted by URBEL/Prefeitura de Belo Horizonte, the Plano of Socioterritorial Development - PDST of Residencial Manaus. The plan is foreseen in the national guidelines for the execution of social work in programs carried out with federal resources. In this context, the studied plan is developed after the construction of the residential by the Minha Casa Minha Vida Program, with the objective of identifying medium and long-term actions that incorporate the demands of the residents, with the support of the Articulation Committee. The elaboration of the plan and the future execution of the improvements will depend on its mobilization together with the community and other groups active in the territory. It is known that the existing stock of social capital in the social structure is a preponderant factor for the success (or failure) of collective action. Therefore, this study consisted of apprehending the social capital, produced and reproduced by the dynamics of social relations, through a methodology developed in the early twentieth century and which gained expression with technological resources after the 1980s: Social Network Analysis – SNA. There was an association between social capital, collective action and support for the plan, resulting in the establishment of two different environments based on the social networks of the Articulation Committee actors – one more conducive to the development of collective action and the other, less conducive. Thus, the research consists of an important instrument to evaluate the implementation of an instrument of the Municipal Housing Policy in the city of Belo Horizonte.

Keywords: Social capital. Collective action. Social networks. Granjas de Freitas. Urban planning.

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização do Bairro Granja de Freitas.....	20
Mapa 2 – Planta de Desapropriação do Bairro Granja de Freitas.....	38
Mapa 3 – Proposta de Zoneamento realizada pelo “Plano Diretor” de 1999.....	44
Mapa 4 – O Granja de Freitas e o Novo Zoneamento, conforme o Plano Diretor de 2019.....	45
Mapa 5 – Evolução da Mancha Urbana no Bairro Granja de Freitas nos Anos de 1994 a 2020	49
Mapa 6 – Distribuição dos Residenciais Construídos pela Política Urbana no Bairro Granja de Freitas.....	52
Mapa 7 – Macroárea de Trabalho definida para o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2019.....	56

Lista de Figuras

Figura 1 - Planta da cidade de Belo Horizonte, com enfoque na zona urbana.....	22
Figura 2 – Visão Atual do Residencial 29 de Junho.....	46
Figura 3 – Visão Atual do Residencial 29 de Junho.....	46
Figura 4 – Representação das Díades e Tríades.....	72
Figura 5 – Exemplos de Estruturas Abertas e Estruturas Fechadas.....	73
Figura 6 - Sociograma do Ator 06 (Grupo A) do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021.....	114
Figura 7 - Sociograma do ator 01 (Grupo B) do Comitê de articulação do Plano de desenvolvimento socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021.....	115
Figura 8 - Sociograma do ator 01 (Grupo B) do Comitê de articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021.....	116
Figura 9 - Sociograma do Ator 01 (Grupo B) do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021.....	117

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Unidades Habitacionais Produzidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.....	32
Tabela 2 - Variáveis de Atributo do Comitê de Articulação do PDST - Manaus, bairro Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021.....	89
Tabela 3 – Medidas Reticulares de Coesão - Capital Social do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021.....	99
Tabela 4 - Medidas Reticulares de Coesividade (<i>Compactness</i>) e de Fragmentação (<i>Breadth</i>) das Redes Sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021.....	103
Tabela 5 - Medidas Reticulares de Intermediação - Capital Social do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021.....	105
Tabela 6 - Medidas de Proximidade (<i>Closeness</i>) por Alteri do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte - 2021.....	107
Tabela 7 - Apoio dos Alteri das Quatorze Redes Sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte - 2021.....	111

Lista de Quadros

Quadro 1 - Estrutura da nova Política Municipal de Habitação.....	35
Quadro 2 – Residenciais Construídos pela Política Habitacional de BH no Bairro Granja de Freitas.....	48
Quadro 3 - O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST no contexto das fases de execução do trabalho social estabelecido pela Portaria 21.....	54
Quadro 4 - Resumo das Características das Redes Sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte – 2021.....	109
Quadro 5 - Características das Redes Sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte – 2021.....	119

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – População em Números Absolutos do Bairro Granja de Freitas Conforme os Três Últimos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.....	47
Gráfico 2 – Participação Comunitária nas Reuniões do Comitê de Articulação, nos anos de 2021 e 2022, Granja de Freitas.....	59
Gráfico 3 - Expectativa Declarada pelo Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte - 2021.....	112

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADC - Associações de Defesa Coletiva.

AGEUC - Área de Grande Equipamento de Uso Coletivo.

AMABEL - Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNH - Banco Nacional de Habitação.

CA – Comitê de Articulação.

CEF – Caixa Econômica Federal.

CHISBEL - Coordenação de Habitação de Interesse Social.

CMH – Conselho Municipal de Habitação.

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social.

CRAS-GF - Centro de Referência em Assistência Social Granja de Freitas.

CS-GF - Centro de Saúde Granja de Freitas.

CUFA – Central Única das Favelas.

DBP - Departamento Municipal dos Bairros Populares.

FAMOBH - Federação de Associações de Moradores de Belo Horizonte.

FCP - Fundação da Casa Popular.

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

FMHP – Fundo Municipal de Habitação Popular.

GR – Grupo de Referência.

HBB - Habitar Brasil.

IAP - Instituto de Aposentadoria e Pensões.

NUDEC - Núcleo de Defesa Civil.

OM-1 – Zona de Ocupação Moderada.

ONG – Organização Não Governamental.

OP – Orçamento Participativo.

OPH – Orçamento Participativo da Habitação.

PA– Zona de Preservação Ambiental, 1, 2 ou 3

PAIH - Plano de Ação Imediata para Habitação.

PAR - Programa de Arrendamento Residencial.

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte.

PD – Plano Diretor.

PEAR - Programa Estrutural em Área de Risco.

PROFAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas.

PROAS - Programa Municipal de Assentamento.

PRÓ-MORADIA- Programa de Atendimento Habitacional.

PROMORAR - Programa de Erradicação da Subhabitação.

PTS - Projeto de Trabalho Social.

PTS-P - Projeto de Trabalho Social Preliminar.

PDST – Plano de Desenvolvimento Socioterritorial do Residencial Manaus – Granja de Freitas.

SE-4 - Setor Especial.

SFH - Sistema Financeiro da Habitação.

SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte.

UTP - União dos Trabalhadores da Periferia.

ZAR 2 - Zona de Adensamento Restrito 2.

ZEIS 2 - Zona de Especial Interesse Social.

ZPAM - Zona de Preservação Permanente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 GRANJA DE FREITAS – ESPAÇO DE LUTA	19
2.1 A política habitacional – bases para a configuração do bairro Granja de Freitas	21
2.2 O bairro Granja de Freitas – bases territoriais para a formação e a criação de capital social	36
2.3 A Formação do Comitê de Articulação e o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial	53
3 REDE SOCIAL E CAPITAL SOCIAL: ALTERNATIVAS PARA A ATUAÇÃO NO ESPAÇO	61
3.1 As Redes Sociais como fontes de informação	61
3.2 A Análise de Redes Sociais – ARS como ferramenta para apreensão do capital social	66
3.3 Capital social: base para a ação coletiva	76
3.4 A Análise de Redes Sociais - ARS e a sua contribuição para as políticas públicas	80
4 PERCURSO METODOLÓGICO	84
4.1 Os sujeitos da pesquisa e a coleta dos dados	84
4.2 Procedimentos de análise e tratamento de dados	86
5 O GRANJA DE FREITAS E SUA MACROÁREA: ESPAÇO DE MÚLTIPLAS RELAÇÕES	88
5.1 O Comitê de Articulação e as raízes socioespaciais de sua formação	89
5.2 O Comitê de Articulação sob a perspectiva da Análise de Redes Sociais – ARS	97
5.3 O Comitê de Articulação e o capital social: bases para a ação coletiva	109
6 CONCLUSÃO	118
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	131

1 INTRODUÇÃO

O bairro Granja de Freitas, bairro periférico da Regional Leste de Belo Horizonte, se destaca pelo grande número de unidades habitacionais construídas pelo poder público e pela grande mobilização dos seus moradores, bem como dos bairros adjacentes, Taquaril e Alto Vera Cruz.

Sobre o primeiro aspecto, o grande aporte de moradias provocou o deslocamento de um número considerável de famílias ao local, oriundas das várias regionais de Belo Horizonte. Sobre o segundo, as lideranças locais são responsáveis pelo trabalho comunitário e parceria na atuação do poder público no acompanhamento dos vários setores da política, inclusive da habitacional.

Neste contexto, a compreensão das relações que ocorrem sobre o território são fonte de informação empírica sobre a atuação da sociedade em rede, capaz de mobilizar recursos em torno de seus objetivos. A junção da teoria e prática em Análise de Redes Sociais – ARS constitui oportunidade de contribuir para a execução de planejamento territorial horizontal e democrático.

Convém evidenciar que, a formação do bairro Granja de Freitas, sempre esteve envolta em uma atmosfera de mobilização comunitária. Antes da chegada dos residenciais construídos na década de 1990, os moradores passaram a ocupar o bairro em busca de moradia mais acessível, tendo em vista que a produção do espaço urbano do município desde seus primórdios privilegiou as classes mais abastadas. Ao mesmo tempo, os movimentos pró-moradia se agitavam no entorno do Granja de Freitas em busca de moradias para abrigamento da população sem casa do município.

O terreno do Granja de Freitas foi preparado pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL, executora da Política Municipal de Habitação, que o dotou de infraestrutura básica para a construção dos novos residenciais. No entanto, o grande número de moradores e a demanda crescente pelos serviços básicos, como calçamento, educação, saúde, transporte, comércio e serviço, faz com que o local ainda apresente problemas no que se refere à infraestrutura física e socioeconômica.

Recentemente, a URBEL contratou junto à Caixa Econômica Federal, agente operador dos recursos destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida, o Plano de Desenvolvimento

Socioterritorial – PDST do Residencial Manaus, com aporte de recursos federal e municipal. Dessa forma, é a primeira realização dessa nova modalidade de planejamento urbano que prevê propostas a serem elaboradas pela comunidade, para intervenções a médio e longo prazo. O trabalho com a comunidade é prerrogativa do plano, que pretende ser participativo e, para isso, foi formado um Comitê de Articulação, responsável por acompanhar todo o plano, desde a sua elaboração até a execução. O grupo atua junto à comunidade para identificar as demandas e, com a coordenação da URBEL, busca finalizar o documento com ações de médio a longo prazo. O plano consiste em instrumento para conquista de recursos que permitam a implantação das melhorias, com parcerias públicas, privadas e da sociedade civil organizada.

Diante dessa perspectiva de um novo instrumento de planejamento, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar se o grupo formado por quatorze representantes dos bairros Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz terá condições de conquistar o objetivo pretendido. O conceito de capital social é o eixo norteador do estudo. A hipótese é de que, quanto maior o estoque de capital social presente nas estruturas sociais, mais possibilidade de sucesso terá a ação coletiva – nesse caso, o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST. A questão que se pretende responder é se o capital social existente entre os membros do Comitê de Articulação favorece ou não a ação. A identificação do capital social existente ocorreu por meio de dados empíricos, coletados através de entrevistas qualitativas semiestruturadas. Dessa forma, foi possível constatar se há um ambiente favorável para que o plano se desenvolva, propiciando a adesão e o apoio dos atores no processo de construção.

Assim, a Análise de Redes Sociais – ARS foi a metodologia adotada neste trabalho, para extrair o capital social, através de métricas previamente selecionadas que revelam as condições de articulação do grupo, por meio dos indicadores de coesão e intermediação. Trata-se de um estudo de relevância para a introdução da metodologia na Política Municipal de Habitação, a fim de contribuir para o diagnóstico da participação comunitária nos programas existentes cuja prerrogativa é essa participação.

A presente pesquisa é estruturada em quatro capítulos. No primeiro, é feita uma análise da formação do bairro sob a perspectiva da articulação da comunidade e a ação do poder público na efetivação da política pública de construção de moradias para população de baixa renda. Apresenta-se uma descrição atual do bairro resultante das intervenções do poder público em seu território, resgatando o histórico da política habitacional e o contexto de criação do Comitê de Articulação.

O segundo capítulo abrange o corpo teórico necessário para fundamentar a pesquisa. As redes sociais são o eixo em comum para todas as seções: inicia-se com o histórico das redes sociais e do desenvolvimento da Análise de Redes Sociais – ARS, bem como a importância da abordagem relacional para a apreensão do capital social, para a mobilização em torno da ação coletiva e para o desenvolvimento de políticas públicas alternativas.

No terceiro capítulo, a metodologia para a pesquisa foi detalhada em torno dos indicadores de capital social e os recursos utilizados para o seu desenvolvimento. O quarto e último capítulo traz à luz a discussão dos resultados obtidos.

Posto isto, espera-se, com essa pesquisa, contribuir para a produção acadêmica em Análise de Redes Sociais e Capital Social e subsidiar a ação do poder público.

2 GRANJA DE FREITAS – ESPAÇO DE LUTA

O bairro Granja de Freitas está localizado na Regional Leste do município de Belo Horizonte, fazendo divisa com o bairro Taquaril, a sul, e com o Alto Vera Cruz, a oeste. A nordeste, o Granja de Freitas faz limite com o município de Sabará e a norte, com o Ribeirão Arrudas e Avenida dos Andradas, importantes vias de ligação entre bairro e centro (Mapa 1).

A história de sua ocupação guarda estreita ligação com o desenvolvimento da Política Municipal de Habitação no município e a ação dos movimentos sociais de luta por moradia. Até a década de 1990 a configuração espacial do Granja de Freitas era composta por edificações não adensadas, diferindo-se das que hoje se apresentam na região. O bairro recebeu, nesta década, um grande número de moradores, provenientes de várias partes da cidade, que passaram a habitar nos residenciais construídos pelo poder público. O papel dos moradores dos bairros vizinhos foi fundamental neste processo: lideranças comunitárias do bairro Alto Vera Cruz e Taquaril reivindicaram e conquistaram novas moradias.

Neste contexto, é importante fazer um breve resgate de como a política habitacional foi consolidada em Belo Horizonte. A questão da moradia surge com a fundação da cidade, no momento em que o poder público passa a favorecer as classes mais abastadas em detrimento das mais pobres. Desde então, essa população pobre avança rumo às periferias em busca de moradias a baixo custo e, as políticas públicas têm um papel importante nessa dinâmica. Assim nasce o Granja de Freitas: da relação entre movimentos sociais e poder público. E essa relação é fundamental para a compreensão das relações que ocorrem no espaço.

Assim, neste capítulo será apresentado um breve histórico da política habitacional municipal e nacional para introduzir a importância dessa política na formação do bairro; após, o enfoque será dado ao próprio bairro, levando-se em consideração a sua destinação ao abrigo da população de baixa renda, bem como trazendo para a discussão as entrevistas realizadas com os membros do Comitê de Articulação. Ao fim deste capítulo, será relatada a formação do comitê no âmbito do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial, previsto pelo Manual de Instruções do Trabalho Social.

A retomada dessas características será fundamental para a compreensão dos resultados finais desta pesquisa, considerando a riqueza das relações sociais ali existentes.

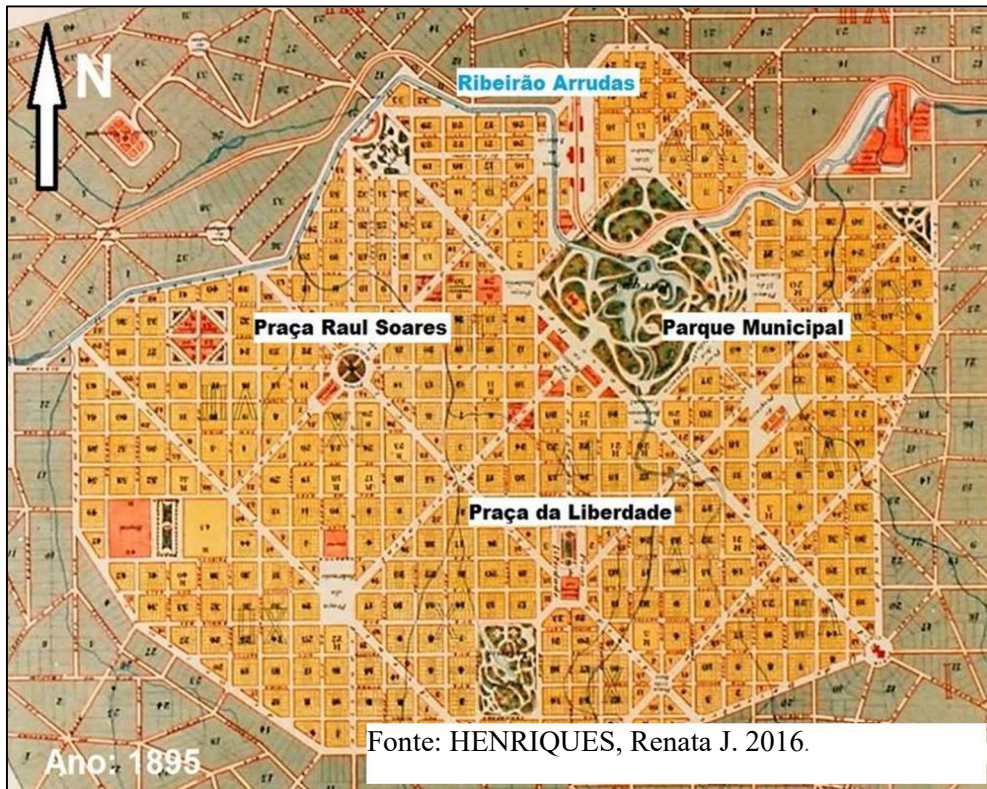
2.1 A política habitacional – bases para a configuração do bairro Granja de Freitas

O bairro Granja de Freitas, assim como as demais “periferias”¹ do município de Belo Horizonte, pode ser visto como o resultado da luta pela reforma urbana, iniciada com os movimentos sociais pró-moradia ocorridos no período de redemocratização pelo qual passava o país na década de 1980. Ele se insere em um contexto em que a necessidade de moradia das classes mais abastadas suplanta a da população de baixa renda.

Nesse diapasão, a cidade de Belo Horizonte fora planejada para ser o símbolo de uma nova era política, baseada em princípios positivistas e progressistas. A nova cidade substituiria Ouro Preto como capital do Estado de Minas Gerais, sendo então necessário ser provida de infraestrutura própria para receber uma população considerada “adequada” à sua imagem. Belo Horizonte nasce, então, no ano de 1897, como um modelo de cidade planejada, em que os limites desenhados por Aarão Reis definiram três áreas: a central, urbana, interna aos traçados da atual Avenida do Contorno (antiga 17 de Dezembro); a suburbana; e a rural (Figura 1). Os habitantes que antes da chegada dos novos moradores viviam dentro dos limites urbanos foram invisibilizados nesse processo: não houve preocupação com o destino da população que vivia no antigo Curral Del Rey, nem com a classe trabalhadora que ali chegava para construir a cidade planejada.

¹ O termo periferia aqui é utilizado para caracterizar áreas pobres, segmentada do mercado de trabalho e das classes sociais e as áreas apartadas das demais sem acesso aos bens sociais adequados (SANTOS, 2014a, p. 143).

Figura 1 - Planta da cidade de Belo Horizonte, com enfoque na zona urbana



Fonte: HENRIQUES, Renata J. 2016.

É importante ressaltar que a nova Belo Horizonte fora inaugurada quarenta e sete anos após a promulgação da Lei de Terras, datada de 1850, e apenas nove anos após a abolição formal da escravidão, em 1888. Depois dessa lei, a única forma de acesso à terra, que era possível somente através da compra, excluindo, conseqüentemente, os ex-escravos e pobres que chegavam das zonas de mineração ou rurais, além dos trabalhadores. A esses foram destinados a periferia e as cafuás ou favelas, como eram chamadas à época (BAPTISTA, 2011).

No que se refere à área central, os lotes seriam doados e vendidos aos funcionários públicos de acordo com a hierarquia. Dessa forma, os leilões públicos dos lotes atraíam pessoas que, por eles, poderiam pagar. Para o outro tipo de população, a de baixa renda, eram destinadas a zona suburbana e a zona rural. Na primeira, o padrão habitacional era mais flexível e serviria à futura expansão da cidade. Na segunda, com a política favorável de imigração, rapidamente foi sendo ocupada. O perímetro urbano permanecia consideravelmente vazio em função do alto padrão exigido para se habitar as novas moradias e do alto custo aos cofres públicos. Enquanto isso, as demais zonas tiveram uma ocupação mais intensificada (COSTA, 1994).

Para Moura, a questão da habitação precária surge somente a partir de quando estas moradias “invadem” a área central. No ano de 1902 havia cerca de 2.000 pessoas habitando em tais moradias, na área do atual bairro Barro Preto (COSTA, 1994). Assim, o poder público atua como “agente ativo do processo de segregação territorial, estruturação e consolidação do mercado imobiliário privado, aprofundamento da concentração da renda e, portanto, da desigualdade social” (MARICATO, 2009, p. 35).

As décadas de 1920 a 1950 foram marcadas por intensa industrialização e, conseqüentemente, aumento da população urbana que ocupava as áreas fora dos limites da área central. Assim, Belo Horizonte passou de uma população de 211.377 habitantes em 1940 para 693.328 em 1960 (COSTA, 1994). É importante ressaltar que, a cidade inicialmente fora planejada para abrigar 200.000 habitantes (HENRIQUES, 2016). O considerável acréscimo da população dá uma perspectiva de como a disponibilidade de habitação a baixo custo era necessária e, mais ainda, uma política consistente para o setor. No entanto, o que se praticava era a especulação imobiliária e a falta de intervenção do poder público permitiu a ação dos loteadores populares, que vendiam lotes com infraestrutura precária a baixo custo (COSTA, 1994). É assim que a cidade vai crescendo em direção às áreas periféricas.

Resta salientar que, as ações do poder público, no município de Belo Horizonte, estavam em consonância com a política federal. Os sucessivos governos republicanos e militares tratavam a questão de forma pontual e com elaboração de programas inconsistentes, que beneficiam principalmente a classe média (HOURI, 2008).

Nesse cenário, embora não seja atribuída a devida importância aos movimentos sociais, o seu papel na configuração da cidade é fundamental. Ainda na década de 1940, quando a cidade expande seus limites em direção oeste, em função da industrialização, surgem as Associações de Defesa Coletiva – ADC em oposição às ações de “desfavelamento” e em busca de moradias populares. Na década de 1950, o número dessas associações aumentou em virtude do crescimento econômico. O número de favelas nessa época cresceu de tal forma que foi necessário que o poder público criasse um cadastro de todas elas para subsidiar uma política voltada para o setor e estaria subordinada ao Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares – DBP. No entanto, tal decisão do poder público não implicou no fim das ações de “desfavelamento”, presentes até mesmo no departamento por ela responsável: Coordenação de Desfavelamento das Áreas Urbanas e Suburbanas. A coordenação foi criada em 1965, subordinada ao DBP, com o objetivo de remover as moradias faveladas e controlar o surgimento

das novas. Durante o período militar a situação não muda; pelo contrário, há a desmobilização das Associações de Defesa Coletiva – ADCs e a desarticulação dos movimentos sociais em luta por moradia. Por outro lado, o movimento ganha o apoio da igreja católica através da Pastoral de Favelas e cria a União dos Trabalhadores da Periferia – UTP (HOURI, 2008). Outro movimento importante na luta por moradia era a Federação de Associações de Moradores de Belo Horizonte – FAMOBH (BAPTISTA, 2011).

Em 1971, o Departamento Municipal dos Bairros Populares – DBP foi extinto, e em seu lugar, foi criada a Coordenação de Habitação de Interesse Social – CHISBEL. No entanto, a prática permanece de erradicação das favelas (BAPTISTA, 2011).

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, houve a descentralização política e, com ela, a questão da moradia passa aos governos estaduais e municipais, responsáveis pela gestão dos programas sociais, dentre eles o de habitação. Já na década de 1990, houve um redesenho dos programas habitacionais existentes com um novo direcionamento nas ações, passando a exigir a participação de conselhos comunitários e contrapartida dos governos locais nos investimentos do Governo Federal no direcionamento dos recursos (HOURI, 2008).

A mudança de direcionamento se dá com a ação dos movimentos sociais da época que passam a reivindicar pautas de direito à cidade e Reforma Urbana, superando a “política” ditatorial no sentido de reconhecer a legitimidade das favelas e a necessidade de construção de moradias (FREITAS, 2019, p. 997). O resultado da articulação dos movimentos sociais foi a criação, no nível municipal, do PROFAVELA, o Programa Municipal de Regularização de Favelas, que se deu ainda no ano de 1983 e se tornou referência, mesmo antes da publicação do capítulo de Política Urbana na Constituição Federal de 1988 (FREITAS, 2019, p. 990).

O PROFAVELA, criado pela Lei Municipal 3.532, de 06 de janeiro de 1983, e regulamentado pelo Decreto 4.762, de 10 de agosto de 1984, passou a considerar a favela como solução de moradia à população mais pobre. Contrariamente ao que, até então era praticado, o reconhecimento da favela como parte da cidade era uma novidade – o “desfavelamento” e a construção de moradias que favorecia a quem tinha condições de obter financiamento. A criação dos Setores Especiais – SE-4 possibilitou a delimitação das áreas a serem regularizadas, jurídica e urbanisticamente, um melhor planejamento de atuação e o direcionamento de recursos para o

setor². O processo prevê a aprovação e parcelamento dos lotes, cadastramento das famílias ocupantes e a transferência do título de propriedade ao morador. É importante reconhecer que, através do programa, o morador considerado como posseiro, passa a ser o proprietário do lote, o que constitui um avanço para a questão da moradia na época. A alienação dos lotes regularizados através do PROFAVELA é realizada à população que se enquadre na categoria economicamente carente³, tendo como referência o padrão médio da população residente na área integrante SE-4, conforme cadastramento dos ocupantes. O cadastro indicaria quais seriam os posseiros a serem titulados e somente um lote a ele seria alienado, exceto quando um segundo fosse destinado ao sustento da renda familiar. Os lotes situados em condições geológicas adversas e declividade superior a quarenta e sete por cento também ficavam impedidos de receber o título. Outro avanço que o PROFAVELA traz é a titulação preferencialmente em nome das mulheres quando se tratava de família não legalmente definida (BELO HORIZONTE, 1984)⁴. No mesmo ano de 1983, a URBEL é criada e passa a ser o órgão responsável pela urbanização de vilas e favelas, bem como pela construção de moradias voltadas ao atendimento da população de baixa renda.

Outrossim, a pressão por parte dos movimentos sociais também resultou na construção de novas moradias. Em 1986, o então prefeito Sérgio Ferrara, implantou conjuntos habitacionais, embora estivessem situados nas periferias da cidade e possuíssem infraestrutura precária. É o caso dos conjuntos situados no Vale do Jatobá (Barreiro) e no Taquaril. A atuação dos movimentos sociais em conjunto com o poder público na seleção das famílias a serem beneficiadas era uma característica importante neste período. No Conjunto Capitão Eduardo, implantado na Regional Nordeste em 1988, por exemplo, a Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte – AMABEL e a Federação de Associações de Moradores de Belo Horizonte – FAMOBH atuaram juntamente com a Pastoral de Favelas no cadastro e seleção das famílias organizadas em núcleos associados às entidades envolvidas, oriundas dos bairros Goiânia, Nazaré, Jardim Leblon e União. As famílias selecionadas eram as que moravam em

² Os Setores Especiais – SE-4 foram incorporados ao zoneamento municipal por meio do Decreto n. 4.762, de 1984 e, no ano seguinte, foi sancionada a Lei Municipal n. 4.034, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano de Belo Horizonte (SANTOS, 2006, p. 142)

³ A definição do limite da renda para atendimento é de cinco salários mínimos está expressa na Lei n. 6.326, de 1993 que regulamenta o Fundo Municipal de Habitação Popular.

⁴ Segundo informações constantes no site da URBEL, até 07/03/2020 foram regularizados 31.727 municípios em vilas e favelas e 7.753 domicílios em conjuntos habitacionais. Informações disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/regularizacao-fundiaria>.

regime de aluguel ou que passavam, naquele momento, por processo de despejo (HOURI, 2008, p. 51).

Assim, a década de 1990 trouxe a consolidação da Política Municipal de Habitação - PMH e uma maior participação popular na construção de programas habitacionais. No governo de Patrus Ananias, que compreendeu o período de 1993 a 1996, houve a criação de diretrizes e instrumentos que embasariam a política habitacional. Em 1993, foi instituído o Sistema Municipal de Habitação Popular, composto pelo Conselho Municipal de Habitação – CMH, o Fundo Municipal de Habitação Popular – FMHP e a URBEL⁵.

O Conselho Municipal de Habitação - CMH se destaca por conter em sua estrutura representantes da sociedade civil, o que permite maior representatividade, e por ser uma instância deliberativa da PMH⁶. Segundo a Lei n. 6.508, de 12 de janeiro de 1994, a composição do conselho é distribuída em vinte representantes, assim definidos:

Art. 2º - O Conselho Municipal de Habitação será constituído por 20 (vinte) membros titulares e igual número de suplentes, na seguinte forma:

I - 6 (seis) representantes de entidades populares, sendo:

a) 5 (cinco) de entidades gerais do Movimento Popular por Moradia;

b) 1 (um) de central sindical ou de sindicato de trabalhadores;

II - 2 (dois) representantes de entidades vinculadas à produção de moradia, sendo:

a) 1 (um) de entidade empresarial;

b) 1 (um) de entidade de ensino superior.

III - 2 (dois) representantes do Poder Legislativo, indicados pela Câmara Municipal;

IV - 9 (nove) representantes do Poder Executivo, sendo:

a) o Diretor-Presidente da URBEL;

b) o Secretário Municipal de Planejamento;

c) 7 (sete) indicados pelo Executivo.

V - 1(um) membro escolhido pelo Executivo em listas tríplices apresentadas por entidades de profissionais liberais relacionadas com o setor.

⁵ Hoje o Sistema Municipal de Habitação Popular foi alterado em adequação à nova estrutura do governo. É composto pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, à qual a URBEL está subordinada, pela URBEL e pelo CMH. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/transparencia/historico>. Acesso em: 18 mar. 22.

⁶ Dentre as atribuições do CMH destaca-se analisar, discutir e aprovar os objetivos, as diretrizes e o estabelecimento de prioridades da Política Municipal de Habitação (BELO HORIZONTE, 1994).

Em 1994, no âmbito das suas ações, o Conselho Municipal de Habitação - CMH aprova a Política Municipal de Habitação através da sua Resolução II. A habitação é considerada como a moradia inserida no contexto urbano, dotada de infraestrutura básica, serviços urbanos e equipamentos comunitários. A Resolução II prevê a atuação da URBEL em duas linhas: assentamentos existentes (Programa de Intervenção Estrutural e Programa de Intervenção Parcial, Pontual ou em Áreas Remanescentes) e novos assentamentos (Programa de Produção de Lotes Urbanizados, Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais) (CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, 1994).

Outra ação que irá impactar a produção habitacional é a criação do programa Orçamento Participativo da Habitação – OPH, também resultante da participação popular na conquista da moradia. Esse programa advém da pressão popular para destinar recursos das obras do Orçamento Participativo – OP para a construção de moradias. Até então, as obras do OP eram caracterizadas pelas intervenções em infraestrutura, embora a definição da destinação do recurso e o local da melhoria fosse dada pela população.⁷

A definição da destinação do recurso Orçamento Participativo da Habitação – OPH era dada pela população organizada em movimento de luta por moradia. Os conjuntos Ubirajara Antônio Gomes e Zilah Spósito I (Jaqueline) são exemplos de moradias conquistadas através do OPH (HOURI, 2008). No Granja de Freitas, os residenciais Granja II e III e o Granja Rua do Grupo são os residenciais construídos através desse programa.

Outros programas importantes foram criados para atendimento da população de baixa renda. É o caso do Programa Municipal de Assentamento – PROAS, Programa Bolsa Moradia, do Programa Estrutural em Área de Risco – PEAR⁸, e do extinto Programa de Arrendamento Residencial – PAR⁹. O Programa Municipal de Assentamento – PROAS foi criado pela Lei n.

⁷ No governo de Eduardo Azeredo houve a criação do PROPAR – Programa Participativo de Obras Prioritárias, voltado para atender as reivindicações, definindo as prioridades, no entanto com caráter indicativo. Os Conselhos Comunitários foram também criados neste governo (HOURI, 2008).

⁸ Criado em 2001, o PEAR prevê atendimento aos moradores de área de risco geológico com obras em caráter temporário ou definitivo. Para este último atendimento é feita a remoção da família que acessa o Bolsa Moradia até o seu reassentamento em unidade habitacional, definitivamente. Se enquadram no critério para atendimento ZEIS 1 e 3, tais como loteamentos clandestinos ou irregulares, áreas de expansão das atuais manchas de ZEIS 1 e 3 e novas ocupações (BELO HORIZONTE, 2006).

⁹ O Programa de Arrendamento Residencial – PAR utilizava recurso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS para a construção de moradias destinadas à população de baixa renda. A PBH selecionava as famílias de acordo com os critérios para atendimento pela PMH e a CEF fazia a análise socioeconômica do candidato. A ele era concedido o arrendamento por um período de quinze anos com opção de compra no final (HOURI, 2008, p. 69).

7.597, de 06 de novembro de 1998, como forma de estabelecer as diretrizes para a remoção e reassentamento de famílias em função de obras públicas ou risco geológico, e de famílias em situação de rua. Em 2019 houve a inclusão, nos critérios para atendimento, à mulher em situação de violência. É importante ressaltar que, nestes últimos casos – mulheres em situação de violência e população em situação de rua – os beneficiários são indicados pela atual Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Pública e Cidadania – SMASAC.

Outra ação importante foi o Programa Bolsa Moradia, criado em 2003, para atender às vítimas das intensas chuvas ocorridas no município naquele ano. Inicialmente criado de modo emergencial, passou a ser parte da política municipal de habitação em definitivo. O programa consiste na locação de imóvel dotado de condições de habitabilidade, de caráter temporário.

Tanto o Programa Municipal de Assentamento – PROAS quanto o Bolsa Moradia, possuem limitações no que se refere ao valor aplicado para os benefícios, reajustados exclusivamente através de Decreto Municipal. Hoje o PROAS, que dentre as formas de atendimento está o reassentamento monitorado e indenização da benfeitoria, tem seu valor defasado. Para o reassentamento monitorado, que consiste no subsídio na compra de imóveis sob a supervisão da URBEL, que os vistoria e verifica se se eles estão em condições de habitabilidade, tem seu limite estabelecido em quarenta mil reais¹⁰. Ou seja, o beneficiário, cuja avaliação da benfeitoria for abaixo de quarenta mil reais, tem a opção de receber o valor avaliado ou o subsídio até esse teto para complementar a compra do novo imóvel, o que dificulta a sua execução. Já o Programa Bolsa Moradia tem seu valor atual estabelecido em quinhentos reais, que devem ser suficientes para arcar com o aluguel de imóvel considerado em condições de habitabilidade. Ambos os valores não têm reajuste desde o ano de 2012¹¹. Há uma exceção no valor do Bolsa Moradia em locais em que as obras estejam com cronograma de reassentamento atrasado há mais de dois anos. Nesses casos, o valor é de seiscentos e cinquenta reais desde o ano de 2015¹².

No âmbito do governo federal, houve, a partir da década de 2000, uma mudança na perspectiva da moradia: ela é vista como parte de um sistema, constituído por infraestrutura adequada, saneamento, mobilidade, entre outros aspectos. Nesse período, tem-se um avanço no

¹⁰ Reajuste através do Decreto Municipal 14.851, de 05 de março de 2012.

¹¹ Reajuste através do Decreto Municipal 14.850, de 05 de março de 2012.

¹² Decreto Municipal 16.114 de 14 de outubro de 2015.

que diz respeito à elaboração de arcabouço jurídico e legal voltados para as questões urbanas. A Emenda 26, de 2001, incorpora na Constituição Federal de 1988, a moradia como um dos direitos fundamentais, juntamente com o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados. O Estatuto das Cidades, por sua vez, instituído pela Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que trata da Política Urbana, reafirmando a função social da propriedade e reconhecendo o direito à moradia e à cidade (NASCIMENTO, 2021, p. 63-64).

No ano de 2003 é criado o Ministério da Cidade, indo ao encontro das manifestações dos movimentos sociais que reivindicavam a reforma urbana e que passaram por um momento de repressão durante a ditadura militar. A criação desse ministério significou a retomada da questão habitacional pelo governo federal na condução de uma política mais integradora. Para Maricato, o Ministério das Cidades passa a ocupar um vazio institucional que retirava o protagonismo do governo federal da discussão sobre a política urbana, desde o período militar (MARICATO, 2006). Ao novo ministério, cabia a política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental e transporte urbano. Dentre suas ações destaca-se a aprovação da Política Nacional de Habitação - PNH em 2004, com a finalidade de promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente os de baixa renda. Trata-se do primeiro plano, desde a extinção do Banco Nacional da Habitação – BNH¹³. O objetivo era planejar ações para efetivação a médio e a longo prazo, bem como atender as necessidades no que se refere à habitação, com base no déficit habitacional, na demanda futura por moradia e na diversidade do território nacional (NASCIMENTO, 2021, p. 6).

Em 2005 é criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS¹⁴ com o objetivo de viabilizar o acesso à terra urbanizada e à moradia mais digna e sustentável para a população de baixa renda, por meio de investimentos e subsídios¹⁵. (HOURI, 2008) A estrutura do sistema é composta atualmente pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social¹⁶, Caixa Econômica Federal,

¹³ Instituído durante a Ditadura Militar.

¹⁴ Instituído pela Lei Federal n. 11.124 de 2005.

¹⁵ O SNHIS é criado com a Lei Federal n. 11.124 de 16 de junho de 2005 e centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social. Já o FNHIS, criado pela mesma lei, centraliza os recursos para essa finalidade.

¹⁶ Desde 2017 o Conselho Gestor não se reúne.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Regional, conselhos, órgãos e instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, responsáveis pelas questões habitacionais, bem como entidades privadas que tenham atividades voltadas para a habitação e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional. A estrutura do sistema é composta também pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS¹⁷, e o Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, plano elaborado pelos municípios no intuito de captar recursos para obras de produção e melhorias habitacionais. Nos municípios com menos de cinquenta mil habitantes, o plano pode ser simplificado¹⁸.

Ao mesmo tempo, tem-se também o investimento dos setores privados na produção de moradia, como por exemplo, na execução de dois programas-chaves que elevaram os investimentos públicos e privados no setor habitacional: o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Com a crise pela qual passava o país e o mercado internacional, a poupança deixou de ser uma das principais fontes de financiamento e as empresas da construção civil passaram a atuar em parceria com o governo federal (CARDOSO; JAENISCH, 2017).

No contexto de crise econômica e alta inflacionária, além do baixo investimento nos setores sociais herdados dos governos anteriores, era necessário, aos olhos do governo, retomar o crescimento econômico e aumentar os investimentos sociais. O Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, é apresentado como a solução para a retomada do crescimento econômico. Para Cardoso Jr. e Navarro (2016), o PAC:

insere-se neste novo cenário como um dos eixos estruturantes do projeto de desenvolvimento brasileiro nos anos 2000. E com ele, a emergência de nova fase de crescimento econômico em anos recentes reacendeu a necessidade de maior protagonismo do Estado, em meio à crise econômica internacional em curso desde 2008, com fortes rebatimentos internos desde 2011, particularmente a reativação de suas instituições e instrumentos de planejamento estratégico (CARDOSO JR.; NAVARRO, 2016, p. 10).

O PAC é caracterizado pela parceria com os setores privados para viabilizar grandes obras de infraestrutura, prevendo para este fim, um conjunto de medidas legislativas, administrativas e políticas de investimentos, desoneração de setores estratégicos e alterações na legislação em infraestrutura (logística, energia e infraestrutura social e urbana). Tais medidas

¹⁷ O FNHIS é gerido por um Conselho Gestor e operado pela Caixa Econômica Federal.

¹⁸ Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/sistema-nacional-de-habitacao-de-interesse-social>. Acesso em: 21 ago. 2022.

proporcionaram um maior investimento proveniente dos setores privados (JARDIM; SILVA, 2015).

A primeira fase do programa, PAC I, se deu no período entre os anos de 2007 a 2010 com uma previsão inicial dos investimentos na ordem de R\$ 503 bilhões em obras nas áreas de logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos), transporte, energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis), saneamento, habitação e recursos hídricos. No ano de 2010 os investimentos aumentaram para R\$ 657,4 bilhões. Já a segunda fase do programa, PAC II, lançada em 2010, destinou R\$ 1,59 trilhão para serem investidos em ações, agora em seis eixos, a saber: PAC Cidade Melhor; PAC Comunidade Cidadã; PAC Minha Casa Minha Vida; PAC Água e Luz para Todos; PAC Transportes e PAC Energia (RODRIGUES; SALVADOR, 2011).

No ano de 2007, a urbanização de assentamentos precários é incluída no eixo do PAC I, nomeado Investimento em Infraestrutura Social e Urbana, recebendo investimentos até o ano de 2011. Tais investimentos ficaram conhecidos como PAC Favela e os recursos eram originários do Orçamento Geral da União – OGU, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, bem como do FGTS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Esses permitiram a execução de projetos de urbanização de assentamentos precários com o objetivo de proporcionar “a superação das condições de precariedade dos assentamentos escolhidos, incorporando-os à cidade formal, com abordagem das questões urbana, habitacional, fundiária, social e ambiental” (BRASIL, 2010).

Em relação à questão habitacional, o programa, em suas duas fases, concedeu crédito à Caixa Econômica Federal da ordem de R\$ 5,2 bilhões que deveriam ser aplicados nos setores de saneamento e habitação urbana e rural, ampliando o financiamento de moradias¹⁹. Os limites do Sistema Financeiro da Habitação - SFH também foram alterados com o objetivo de aumentar o crédito imobiliário²⁰. Embora sejam medidas importantes, permanece a dificuldade de a população pobre ter acesso à casa própria. Somente com o PAC II e com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV é que os investimentos na produção de moradia para população de baixa renda tiveram um aumento expressivo. No período de 2007 a 2014, foram contratadas mais de 3 milhões de moradias, mas somente 1,5 milhão foram entregues. A grande

¹⁹ A medida foi autorizada através da Lei Federal n. 11.485, de 13 de junho de 2007.

²⁰ Resolução do Conselho Monetário Nacional n. 4.271, de 30 de setembro de 2013.

contribuição do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV foi o aumento da oferta de empregos e o crescimento do setor de construção civil (CARDOSO JR.; NAVARRO, 2016).

Segundo Rodrigues e Salvador (2011), no setor habitacional foram investidos até o ano de 2010 apenas R\$ 353,5 milhões em habitação. O financiamento habitacional para pessoa física através do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, principalmente, correspondeu a um valor de R\$ 216,9 bilhões. É importante ressaltar que, este último programa, atendeu à população através de três faixas de renda, que serão explicitadas mais à frente. A renda familiar era importante fator definidor das faixas de atendimento pelo programa. Assim, a Faixa 1 atendia as famílias com renda de até três salários mínimos; a Faixa 2, as famílias com renda entre três e seis salários mínimos; e a Faixa 3, as famílias com renda entre seis e dez salários mínimos.

A meta inicial do programa para a Faixa 1 era de 400 mil unidades habitacionais, para a Faixa 2 era de 400 mil unidades e para a Faixa 3 de 200 mil. Vale ressaltar que esse objetivo representava apenas a redução de 14% do déficit habitacional. (NASCIMENTO, 2021, p. 75).

Na segunda fase do programa, as unidades habitacionais destinadas à Faixa 1 tiveram um acréscimo nos investimentos. Sendo assim, houve uma produção total de 2.940.000 unidades habitacionais produzidas no meio urbano, sendo 1.940.000 destinadas à faixa 1, conforme mostrado na tabela 1²¹.

Tabela 1 – Unidades Habitacionais Produzidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV

Faixa de renda	PMCMV I	PMCMV II
1 (famílias com renda até R\$ 1.600 – inicialmente destinada a famílias com renda até 3 salários mínimos)	400.000	1.140.000
2 (renda entre R\$1.600,00 e R\$3.275,00)	400.000	600.000

²¹ Foram desconsideradas nesta contagem as 60 mil unidades habitacionais construídas no meio rural.

3 (renda entre R\$3.275,00 e R\$ 5.000,00)	200.000	200.00
TOTAL	1.000.000	1.940.000

Fonte: Adaptado de NASCIMENTO, Talita Amaral Morado, 2021.

Em 2015 foi anunciada uma terceira fase do programa que, no entanto, não se concretizou devido à situação econômica e política da época. O discurso para não levar a terceira fase adiante era a de que o programa exigia o emprego de alto volume recursos orçamentários na forma de subsídios à demanda, voltados para os beneficiários enquadrados na Faixa 01. A alta taxa de juros, a inflação e o desemprego foram fatores que contribuíram para a falta de investimentos no setor (CARDOSO; JAENISCH, 2017).

Se houve um aumento no atendimento do *déficit* pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV por um lado, por outro, muitas críticas foram direcionadas a ele. A sua ampla distribuição pelo território nacional não levou em consideração as especificidades locais. A delimitação de renda inviabilizou o atendimento mais amplo da população mais pobre se considerarmos que R\$ 1.600,00 não significa o mesmo padrão em São Paulo e uma cidade do interior do estado do Pará, por exemplo. Além disso, o padrão construtivo era de baixa qualidade e a localização dos conjuntos se dava principalmente nas periferias, impactando na inserção e segregação urbana. A opção pelos grandes conjuntos de apartamentos de dois quartos, em edificações verticalizadas, reduziu os custos de produção, priorizando a lógica dos mercados na política pública. A falta da discussão com a sociedade na elaboração do programa indica a sua verticalização²².

O governo de Michel Temer deu início a mais um período no qual os investimentos nos setores sociais, incluindo o de habitação, tiveram um recrudescimento. Em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV a modalidade do PMCMV- Entidades foi extinto em 2016, o que significou deixar de atender a sociedade mobilizada na luta por moradia. O programa foi suspenso para a Faixa I e foi contratada a construção de moradias somente enquadradas nas Faixas II e III (FERNANDES, 2016). Além disso, foram alterados os limites de renda para

²² Talvez para diminuir as críticas do movimento social, o governo criou a modalidade Minha Casa Minha Vida – Entidades, que previa o financiamento destinado a beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora – EO (Associações, Cooperativas, Sindicatos e outros). Disponível em <https://antigo.mdr.gov.br>. Acesso em 26/03/2022.

atendimento do programa e para o financiamento de imóveis a serem financiados com o FGTS de R\$ 950 mil para R\$ 1,5 milhão, e o teto da renda familiar para financiamento pelo PMCMV passou de R\$ 6,5 mil para R\$ 9 mil (SOUZA; HOFF, 2019, p. 10).

O desmonte do Ministério das Cidades, no atual governo, caracteriza mais uma vez, o descaso com a política habitacional, principalmente no que se refere àquelas voltadas para a população pobre. A criação do programa Casa Verde e Amarela, anunciado como substituição ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV sofre com a falta de investimentos do governo federal, que passou a conceder crédito imobiliário com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para a aquisição de moradias, onde a taxa de juros varia de acordo com a faixa de renda e a localização do imóvel. Houve também o aumento dos limites para a definição das faixas de renda para atendimento pelo Casa Verde e Amarela são: Urbano 1 – renda bruta familiar mensal até R\$ 2.400 mil; Urbano 2 – renda entre R\$ 2.400,01 e R\$ 4.400 mil; Urbano 3 – renda entre R\$ 4.400,01 e R\$ 8 mil; Rural 1 – renda bruta familiar anual até R\$ 29 mil; Rural 2 – renda anual entre R\$ 29.000,01 e R\$ 52.800,00 mil; Rural 3 – renda bruta familiar anual entre R\$ 52.800,01 até R\$ 96 mil²³.

Em Belo Horizonte, contudo, foi aprovada em dezembro de 2018 a “nova” Política Municipal de Habitação, através da Resolução LII do Conselho Municipal de Habitação – CMH. A discussão acerca da Política supracitada se deu em grupos temáticos, com a sociedade civil organizada, e aprovação no Conselho. A atual política habitacional se refere à habitação como moradia segura, funcional e com boa condição de salubridade, incluída no contexto urbano, “provida de infraestrutura e serviços urbanos básicos, equipamentos e serviços sociais básicos, com segurança na posse, de custo acessível e com oferta de oportunidades de trabalho”. (CMH, 2018) Em seu escopo, amplia a oferta de programas habitacionais, bem como prevê em seu atendimento a regularização fundiária não somente de vilas e favelas, como antes era feito, mas também de outros assentamentos de interesse social, tais como cortiços, ocupações organizadas e assentamento de povos e comunidades tradicionais. (Quadro 1).

²³ Programa Casa Verde e Amarela. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 21 ago. 2022.

Quadro 1 - Estrutura da nova Política Municipal de Habitação

POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – RESOLUÇÃO LII DO CMH			
Linha Programática	Programas e Ações	Modalidades	Ações Transversais/Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Institucional
Provisão Habitacional	Programa de Produção Habitacional	*Construção de novas unidades *Requalificação de unidades existentes *Produção de lotes urbanizados	* Captação e Gestão de Recursos para Financiamento e Insumo da PMH * Sistema Municipal de Habitação * Sistema de Informação
	Programa de Aquisição de Imóveis	*Aquisição Monitorada *Financiamento ou Aporte para aquisição de unidades habitacionais	* Elaboração de Políticas, Planos e Instrumentos Normativos
	Programa Locação Social	*Locação Social Pública *Locação Social Privada *Locação por Organizações da Sociedade Civil *Subsídio ao Locatário	*Sistema de Monitoramento e Avaliação Manutenção de Intervenções Públicas
	Programa Bolsa Moradia	*Bolsa Moradia *Abono Pecuniário	* Ações de Monitoramento Territorial
Intervenção em Assentamento de Interesse Social	Programa de Intervenção Integrada	*Intervenção Estrutural * Intervenção Pontual * Apoio à Gestão do Programa de Intervenção Integrada	*Estruturação Administrativa do Setor Habitacional
	Programa de Regularização Fundiária (RF) e Edilícia	* RF de Vilas e Favelas * RF de Conjuntos Habitacionais * RF de Loteamentos Privados Irregulares * RF de Outras Tipologias de Assentamentos de Interesse Social * Regularização Edilícia	
	Programa Estrutural em Área de Risco	* Plano de Mobilização Social * Plano de Atendimento Emergencial * Plano de Obras	
	Programa de Remoção e Reassentamento		
Assistência e Assessoria Técnica (AAT)	Programa de AAT individual	* Apoio à produção de novas moradias * Apoio à melhoria habitacional de moradias existentes * Apoio à regularização fundiária e à regularização edilícia * Apoio à mitigação/erradicação de risco geológico-geotécnico e/ou construtivo	

	Programa de AAT coletiva	<ul style="list-style-type: none"> * Apoio à produção de conjuntos habitacionais * Apoio à regularização e/ou urbanização de Interesse Social * Apoio ao planejamento de ações e à organização social 	
	Programa de Financiamento de Material e Mão de Obra	<ul style="list-style-type: none"> * Financiamento de mão de obra * Financiamento de material de construção 	

Fonte: Adaptado da Resolução LII do CMH.

Os efeitos da nova política habitacional e o atendimento pelos novos programas estabelecidos ainda deverão colher os resultados em médio e longo prazo, voltando a atenção para outras formas de ocupação, como aquelas relacionadas à conflitos fundiários. Resta aguardar seus reflexos em locais de ocupação consolidada, como o bairro Granja de Freitas. Desse modo, vislumbra-se a ampliação do campo para futuras pesquisas acerca dos impactos e desdobramentos de tais políticas habitacionais.

2.2 O bairro Granja de Freitas – bases territoriais para a formação e a criação de capital social

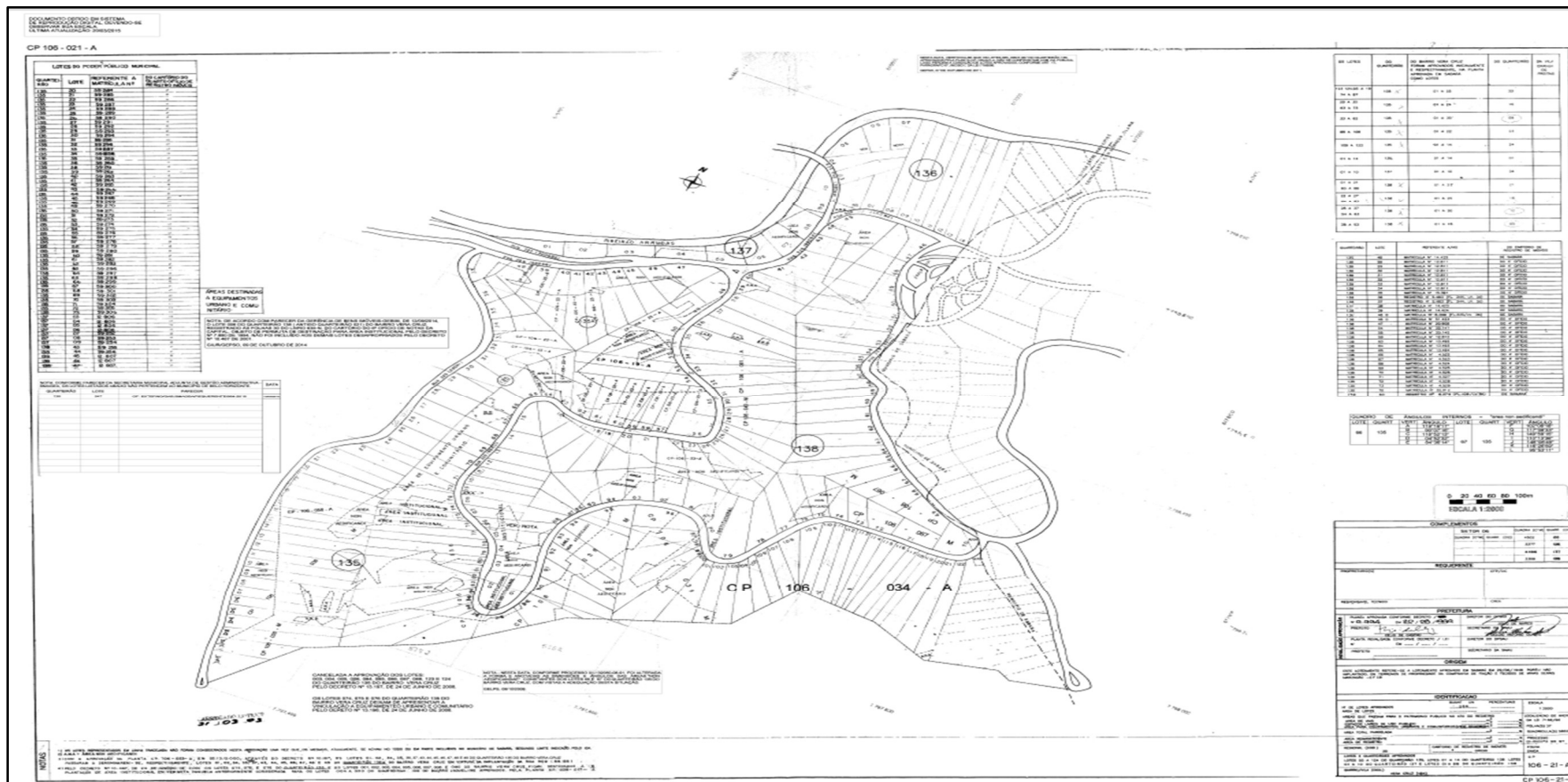
A história da formação do Granja de Freitas está intrinsecamente ligada à consolidação da Política Municipal de Habitação e à luta empreendida pelos movimentos sociais em defesa da moradia. A área onde hoje ele está situado pertenceu, até o ano de 1993, ao município de Sabará, sendo adquirido pela Prefeitura de Belo Horizonte da então proprietária Nexus Empreendimentos Imobiliários. O objetivo do poder público era construir moradias para o abrigo de famílias que seriam removidas das áreas de risco geológico do Taquaril e também para destinação às famílias de baixa renda. Parte do bairro foi desapropriada pela prefeitura e, nestas áreas, foram construídas as novas unidades habitacionais (Mapa 2).

Até aproximadamente a década de 1950, o Granja de Freitas era predominantemente formado por propriedades derivadas do antigo loteamento empreendido pela prefeitura de Sabará. A antiga área de fazenda foi dividida por lotes de 2.500 m², que por sua vez, foram vendidos a terceiros ou divididos entre familiares (PADUA *et al apud* PADUA, RISERIO,

2012, p. 18). Os antigos moradores se ocupavam de pequenas produções agrícolas, tais como cultivo de hortaliças e criação de animais para consumo e comércio. As áreas verdes e preservadas não eram raras e a apropriação do território se dava com base na relação mais próxima com a natureza. É comum ouvir dos moradores mais antigos que o Granja de Freitas era onde as pessoas nadavam nos córregos, colhiam frutos, crianças brincavam, etc.

O próprio nome do bairro remete ao antigo fazendeiro Freitas que ali vivia (PÁDUA, RISÉRIO, 2012). Ainda há remanescentes dos sítios coexistindo com os novos residenciais e durante muito tempo as suas características rurais permaneceram devido ao difícil acesso (BAPTISTA, 2011).

Mapa 2 – Planta de Desapropriação do Bairro Granja de Freitas



Fonte: URBEL, 2022.

Um dos entrevistados desta pesquisa, o ator E06, faz a ligação do bairro com atividades do cotidiano e de lazer:

O Granja antigamente (...) ele era praticamente nossa parte de lazer, [...]. Porque lá (...) tinha muitas nascentes. Inclusive nesse córrego aqui onde moro, o Córrego Santa Terezinha dava pra gente nadar. E mais lá embaixo, lá no Olaria, a gente nadava, que as nossas mães, aqui tinha muita dificuldade com água, né (...) aí as pessoas iam lá pra lavar roupa, enquanto a gente ficava brincando. Ou brincando, ou catando lenha, outros catavam esterco; aí, vários sítios lá e fazenda, tinha muita manga, mexerica, laranja (...) cana. Então, por exemplo, aí servia como a parte de diversão, e sempre quando tinha aquele campo mais aberto a gente usava pra jogar bola (Informação verbal)²⁴.

Ao mesmo tempo ocorria na cidade de Belo Horizonte um processo de expulsão da população pobre em função do aumento do valor do preço da terra. Assim, a construção de moradias precárias fora dos limites da zona urbana ocorreu de forma não planejada e é nesse contexto de exclusão que o bairro Granja de Freitas testemunha a chegada de novos moradores atraídos pela disponibilidade de terras sem custo ou a baixo custo. Além disso, a proximidade com uma mineradora e com a via férrea localizada no bairro adjacente, Caetano Furquim, se apresentavam como oportunidade de emprego (PÁDUA, RISERIO, 2012). A infraestrutura era precária e as novas moradias eram demandadas pelas atividades comerciais supracitadas. A chegada da luz, da água tratada e da rede de esgoto foram conquistas posteriores.

Apesar de haver água disponível nos rios e córregos da região, não havia água canalizada, rede de esgoto, nem luz elétrica no bairro. Também não havia ruas, apenas becos. [...]. Os moradores sofriam com a falta de transporte, pois não existia linha de ônibus e o valor da passagem era alto para a maioria, que não podia pagar (PADUA *et al apud* PADUA, RISERIO, 2012, p. 44-45).

Além dos problemas supracitados, as enchentes do rio Arrudas eram frequentes, fato que não impediu as primeiras ocupações se estabelecerem em lotes lindeiros ao córrego Olaria (BAPTISTA, 2011).

A atividade comercial era quase inexistente. Os moradores do Granja de Freitas se deslocavam frequentemente ao vizinho Alto Vera Cruz. Pádua *et al* (PADUA, RISERIO 2012, p. 46) citam que na década de 1950 quase não havia comércio no local, apenas uma mercearia que vendia desde alimento a roupas, o que criou uma dependência em relação a este último

²⁴ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

bairro. As primeiras melhorias vieram com a atuação dos moradores, que organizavam desde a realização de festas para arrecadação de dinheiro até a formação de associações comunitárias.

Na década de 1980, a redemocratização política trouxe consigo novamente a atuação dos movimentos sociais, que se organizavam em núcleos de moradia com o objetivo de conquistarem a casa própria²⁵. O Centro de Ação Comunitária Vera Cruz, com sede no bairro Alto Vera Cruz, conquistou um terreno sobre o qual a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH no ano de 1987, no governo do então prefeito Sérgio Ferrara, construiu o Conjunto Taquaril. A sua área original foi dividida em 2.000 terrenos de 150 m², destinados às famílias cadastradas no núcleo. Na primeira etapa, foram distribuídos 800 terrenos para 1.833 famílias, e em 1988, mais 300 famílias foram beneficiadas (PRÁXIS, 1999; HOURI, 2008).

A construção do conjunto trouxe consigo a ocupação desordenada dos terrenos adjacentes. As famílias que não foram beneficiadas pelo loteamento do Conjunto Taquaril os ocuparam, assim como as áreas verdes. Como consequência, a ocupação desordenada aliada à grande declividade, ao baixo padrão das construções²⁶ e à infraestrutura precária agravou a situação de risco geológico do local, no limite com o bairro Granja de Freitas²⁷ (PRÁXIS, 1999; HOURI, 2008).

Em razão desses fatores, em 1993 foi contratado um estudo sobre o bairro Granja de Freitas para identificar as possíveis áreas que abrigariam as pessoas que viriam a ser removidas das áreas de risco supracitadas e também atender às demandas por moradia da população pobre. Em 1999 foi finalizado o estudo, que recebeu o nome de Plano Diretor do Granja de Freitas, instrumento que legitima o bairro enquanto espaço destinado à moradia. Segundo consta no plano, o objetivo era indicar as:

áreas mais adequadas à ocupação e à preservação permanente, bem como aquelas que deverão sofrer tratamento visando sua recuperação, de forma que a ocupação da área

²⁵ É importante lembrar que eles não deixaram de existir até essa data, no entanto, foram impactados pela falta de liberdade em manifestar em torno de suas pautas. Em relação aos núcleos de sem casa, esses ainda constituem parte do público alvo da atuação da URBEL, embora com o fim do Orçamento Participativo da Habitação restasse um passivo a ser atendido, para o qual a destinação de unidades habitacionais ainda não cubra totalmente a demanda.

²⁶ As moradias foram construídas sob o regime de mutirão. O material de construção foi fornecido pelo poder público, além do acompanhamento técnico. No entanto, foram apenas três meses de construção (HOURI, 2008).

²⁷ O conjunto foi criado sobre o solo formado por xistos e filitos, de alta instabilidade.

ocorra de *forma racional e ambientalmente sustentada*²⁸ (PRÁXIS, 1999, p. 3, grifo nosso).

O “Plano Diretor” do Granja de Freitas preparou o terreno para a intensificação da ocupação, propondo um zoneamento com base em diagnóstico das características naturais, sociais, legais e urbanísticas. Dentre as premissas do zoneamento, destaca-se a máxima destinação de áreas para a implantação de conjuntos habitacionais como moradia da população de baixa renda com a justificativa de que havia escassez de terrenos na cidade para esse fim. Outra premissa importante é a possibilidade de implantação de usos não residenciais no terreno, a fim de complementar a função de moradia com a construção de equipamentos comunitários, comércios e serviços de atendimento local (PRÁXIS, 1999, p. 30). A definição dessas áreas daria sustentabilidade aos empreendimentos, garantindo a autonomia tanto no que diz respeito ao próprio parcelamento, evitando a pressão da infraestrutura de bairros vizinhos, quanto para a geração de empregos no local (PRÁXIS, 1999, p. 36). Foram destinadas também áreas para a implantação de escolas municipais, centro de saúde, templos religiosos, praça e parque.

Como novidade, o plano delimita a Zona de Especial Interesse Social – ZEIS-2, constituída por “regiões não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, nas quais há interesse público em promover programas habitacionais de produção de moradias, ou terrenos urbanizados de interesse social” (PRÁXIS, 1999, p. 56). Tal zoneamento difere do antigo zoneamento definido pela Lei n. 7.166, de 27 de agosto de 1996, que desestimulava a ocupação por inexistir ou existir precariamente o abastecimento de água ou de esgotamento sanitário, e pela precariedade ou saturação da articulação viária interna ou externa ou de condições topográficas adversas²⁹ (PRÁXIS, 2019, p. 27). (Mapa 3).

Com a proposta de zoneamento elaborada pela Práxis, a expectativa era de que, com delimitação da Zona de Especial Interesse Social - ZEIS-2, a URBEL, enquanto executora da política habitacional, produzisse habitação para a população de baixa renda, tendo em vista que esse zoneamento garantiria a reserva dessas áreas para a construção de moradias, devido à flexibilização das normas e parâmetros urbanísticos que contribuía para a redução do custo³⁰.

²⁸ Esse estudo difere do Plano Diretor Municipal, instrumento previsto na Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, realizado com a finalidade de planejamento dos municípios. Seu objetivo incorpora uma escala mais ampla.

²⁹ Zona de Adensamento Restrito 2 – ZAR-2 e Zona de Proteção 1 - ZP-1, respectivamente.

³⁰ Conferência Municipal de Política Urbana, 2003, p. 188.

O novo zoneamento foi levado para deliberação do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR proporcionando a alteração do Plano Diretor Municipal vigente à época³¹.

As outras duas zonas definidas com base no estudo foram: a Zona de Adensamento Restrito - ZAR-2, destinadas à atividades comerciais, industriais e de serviço, necessárias para o desenvolvimento e geração de renda local; e a Zona de Proteção Ambiental – ZPAM, destinada à preservação e à recuperação de ecossistemas, à manutenção da diversidade das espécies e refúgio à fauna, além de proteger nascentes e as cabeceiras de cursos d'água e evitar riscos geológicos (PRÁXIS, 2019, p. 27).

Atualmente o zoneamento foi novamente alterado com o novo Plano Diretor Municipal promulgado pela Lei n. 11.181, de 08 de agosto de 2019. As áreas que antes compunham a Zona de Especial Interesse Social - ZEIS-2 passam a ser consideradas, em sua maioria, Área Especial de Interesse Social – AEIS-1, como consequência da modificação espacial possibilitada pelo “Plano Diretor” do Granja de Freitas. Tais áreas também são destinadas à implantação de habitação de interesse social, com áreas vazias e edificações existentes, subutilizadas ou não utilizadas. São critérios para a delimitação da AEIS-1³²:

I - existência de infraestrutura adequada, ou com possibilidade de expansão, para atendimento à população a ser assentada;

II - presença ou previsão de implantação de equipamento público comunitário que atenda à população;

III - presença de condições topográficas e geológico-geotécnicas adequadas para a destinação proposta para o imóvel, que não deve apresentar predominância de áreas com incidência de risco;

IV - não inserção predominante em porções territoriais:

a) identificadas como de preservação ambiental;

b) afetadas por faixa de domínio ou servidão e por demais elementos geradores de restrições legais à ocupação;

c) afetadas por projeto ou programa que comprometa a implantação de empreendimento de interesse social;

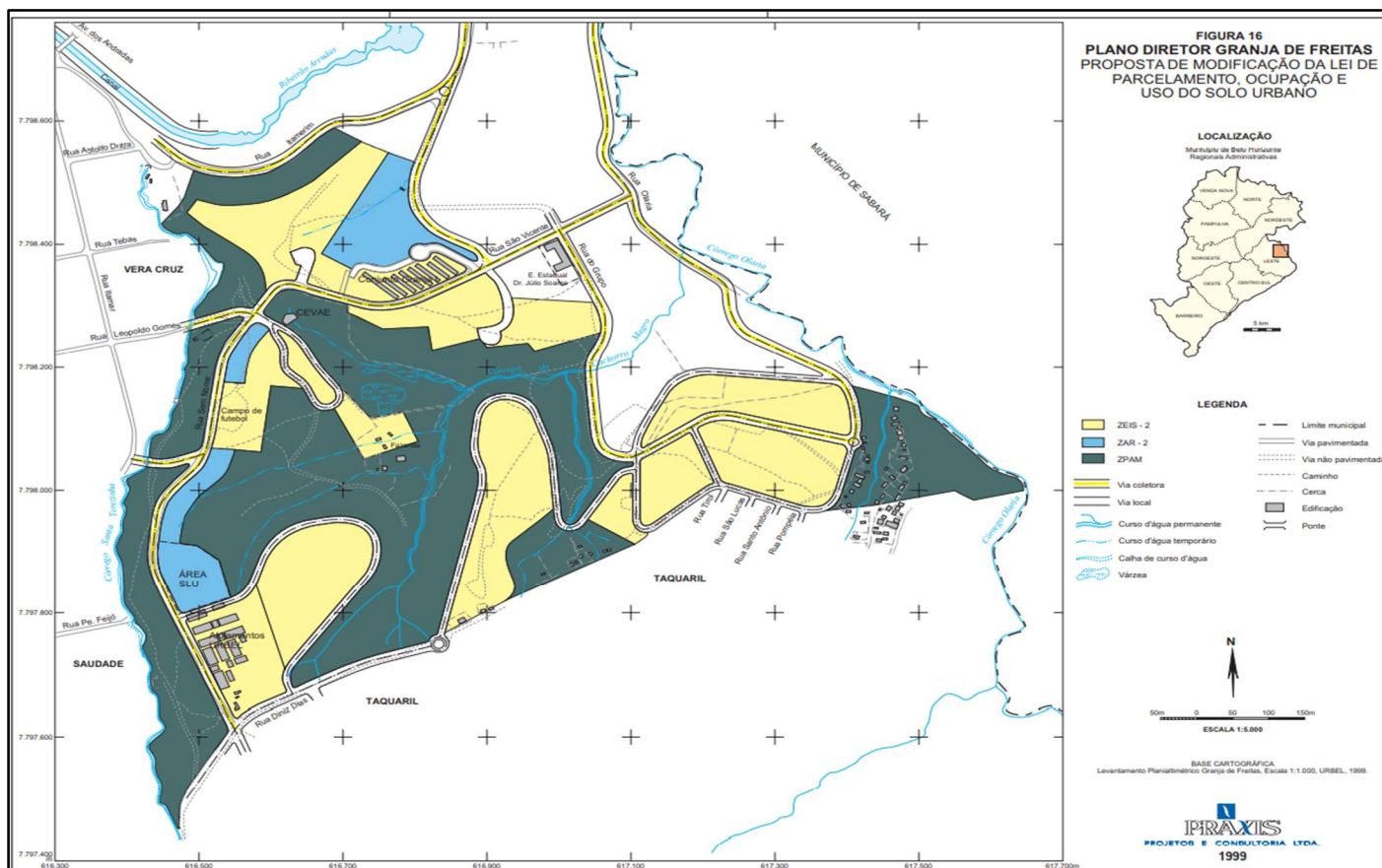
V - regularidade ou possibilidade de regularização da situação fundiária dos imóveis. (BELO HORIZONTE, 2019).

³¹Lei Municipal n. 8.137, de 21 de dezembro de 2000.

³² A principal diferença entre as ZEIS e AEIS é a possibilidade de regularização fundiária da última.

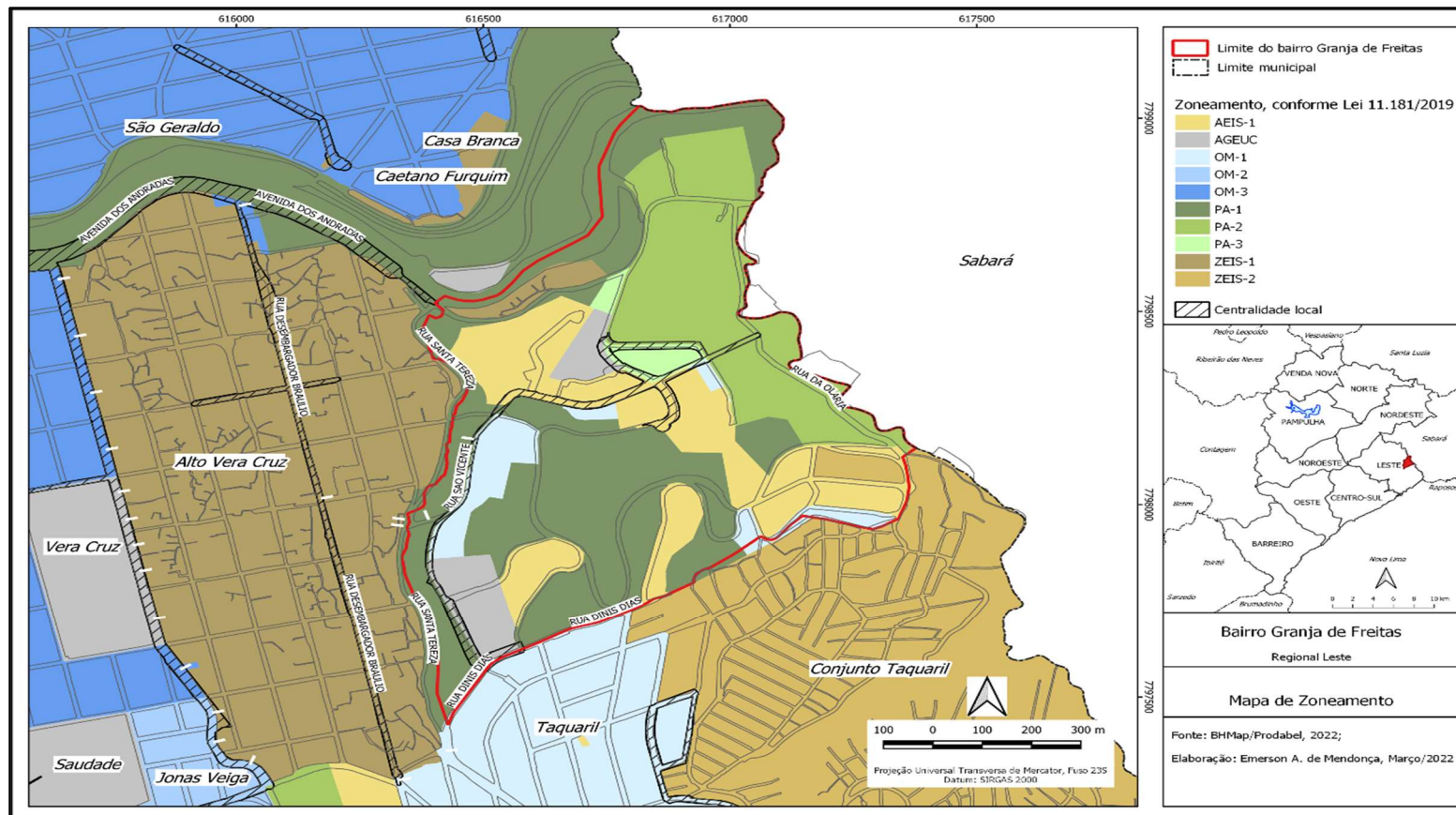
Somente a área correspondente ao Conjunto Granja IV – Minas Solidária, permanece como Zona de Especial Interesse Social - ZEIS-2, ou seja, zona onde há presença da população de baixa renda e o interesse público em promover a qualificação urbanística por meio da implantação de programas habitacionais de urbanização e regularização fundiária, mas que ainda apresenta irregularidade urbanística ou fundiária. A impossibilidade de regularizar a posse das unidades habitacionais é o fator que as diferencia. (Mapa 4).

Mapa 3 – Proposta de Zoneamento realizada pelo “Plano Diretor” de 1999



Fonte: PRÁXIS, 1999.

Mapa 4 – O Granja de Freitas e o Novo Zoneamento, conforme o Plano Diretor de 2019



Fonte: MENDONÇA, 2022.

Os novos residenciais começam a ser implantados antes mesmo da finalização do “Plano Diretor”. O primeiro deles é o Granja I - Residencial 29 de Junho, construído em 1998 com o objetivo de reassentar famílias residentes em um acampamento situado na Regional Norte, nas proximidades do bairro Tupi. Foram construídas oitenta e cinco unidades habitacionais para abrigo dessas famílias. O residencial é conhecido pelos moradores por “casinhas” em função da tipologia da construção: sobrado. (Figuras 2 e 3)

Figura 2 – Visão Atual do Residencial 29 de Junho



Fonte: Google Street View – Imagem de 2022

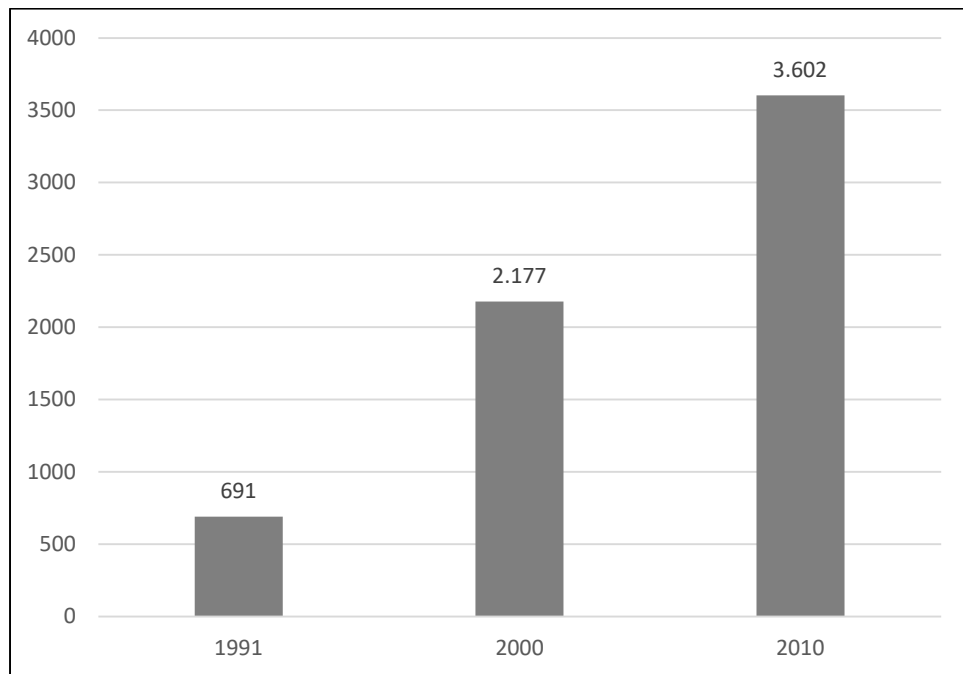
Figura 3 – Visão Atual do Residencial 29 de Junho



Fonte: Google Street View – Imagem de 2022

As novas moradias trazem um incremento populacional. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontam para o crescimento de mais de 64%. Provavelmente a população residente no bairro tenha uma população com a mesma taxa de crescimento após 2010, uma vez que, após o último censo foram entregues 1.134 unidades habitacionais. Antes de 2010 foram entregues 1.003 unidades habitacionais. (Gráfico 1)

Gráfico 1 – População em Números Absolutos do Bairro Granja de Freitas Conforme os Três Últimos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acesso em 2022.

Quadro 2 – Residenciais Construídos pela Política Habitacional de BH no Bairro Granja de Freitas

NOME DO CONJUNTO	NOME POPULAR	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS	ANO DE IMPLANTAÇÃO	ORIGEM DAS FAMÍLIAS
Conjunto Habitacional Granja de Freitas I	Residencial 29 de Junho	85	1998	Acampados – região Norte
Conjunto Habitacional Granja de Freitas II - R3 (Prédio Verde)	Prédio Verde	224	2002	OPH - Núcleos de sem casa e áreas de risco
Conjunto Habitacional Granja de Freitas II - R5 (Prédio Bordô)	Prédio Bordô	32	2002	OPH - Núcleos de sem casa e áreas de risco
Conjunto Habitacional Granja de Freitas II - R4 (Prédio Laranja)	Prédio Laranja	144	2002	OPH - Núcleos de sem casa e áreas de risco
Conjunto Habitacional Granja de Freitas II - R2 (Prédio Azul)	Prédio Azul	144	2002	OPH - Núcleos de sem casa e áreas de risco
Conjunto Granja de Freitas III	Jardim das Hortências	146	2001	OPH - Núcleos de sem casa e áreas de risco
Conjunto Granja de Freitas IV (Minas Solidária)		100	2004	Desabrigados de área de risco após chuvas de 2003. Parceria entre PBH e Governo Estadual
Conjunto Granja de Freitas Rua do Grupo		128	2009	OP, OPH - Núcleos de sem casa; famílias oriundas de áreas de risco e famílias de policiais
Residencial Jardim da Mata (rua W, n 20, 30, 40)		44	2011	Reassentamento - PAC Vila Viva Taquaril
Residencial Taquaril		216	2011	Reassentamento - PAC Vila Viva Taquaril
Residencial Orgulho de Minas II		240	2014	Sorteio e indicação da PBH - MCMV
Residencial Jardim da Mata (rua W, n 130, 140)		72	2015	Reassentamento - PAC Vila Viva Taquaril
Residencial Jardim da Mata (rua W ou 2221, n 70, 80, 90 e 100)		72	2015	Reassentamento - PAC Vila Viva Taquaril
Residencial Amazonas		220	2015	Sorteio e indicação da PBH - MCMV
Residencial Manaus		180	2016	Reassentamento - MCMV
Residencial Olaria (parte)		36	2016	Reassentamento - PAC Vila Viva Taquaril
Residencial Jardim da Mata (rua 2221, n 60, 55 e 50)		54	2017	Reassentamento - PAC Vila Viva Taquaril
Total de Unidades Habitacionais			2.137	

Fonte: BAPTISTA, 2012; URBEL, 2021

com essas redes, pra ir lá pro Granja. E agora há pouco tempo eu fiquei sabendo que o terreno foi doado pra uma igreja (Informação verbal).³³

O entrevistado E04 resume, durante a entrevista, os problemas encontrados no Granja de Freitas:

[falta] comércio local, rede de internet. Nossa, se a gente for colocar no papel os problemas que a gente identifica no Granja, são vários problemas. Transporte público precário, [...] a população cresceu e o centro de saúde pequeno. Não temos uma escola do ensino médio. Os jovens têm que se locomover pra outro bairro pra ter uma escola digna. Aí isso faz o jovem perder a possibilidade de querer estudar porque tem que ir pra outro bairro e tudo, sabe? É bem complicado mesmo (Informação verbal)³⁴.

Espaço para convivência entre os jovens e outras faixas etárias também foi citado durante as entrevistas. A falta da área de lazer é uma questão fundamental para que a população usufrua do espaço, dando-lhe significado. Segundo o entrevistado E14:

Aqui falta é lazer, né, esporte pra criançada, porque a maioria das crianças aqui nasce, se torna adolescente, casa, arruma filho e nem curte as coisas, nem vive um momento de lazer, vamos dizer assim (Informação verbal)³⁵.

Algumas quadras que ali existem não são adequadamente utilizadas por todos os moradores, devido a fatores relacionados à violência e falta de manutenção.

Apesar disso, a mobilização comunitária empreende conquistas importantes para o bairro e o entorno. A carência de equipamentos públicos fez com que em 2002 os moradores ocupassem um terreno reservado para o Centro Comunitário e exigissem a implantação de um centro de saúde no local (BAPTISTA, 2012, p. 74-75). O Centro de Saúde Granja de Freitas, fruto da conquista dos moradores, foi então criado, mas anos mais tarde, devido ao crescimento da demanda após a chegada dos outros residenciais, apresenta dificuldades em atender todos os moradores na sua área de abrangência.

Outra conquista importante foi a construção da Unidade de Pronto Atendimento – UPA na avenida Andradas, nas proximidades do bairro. Conforme o entrevistado E02:

Conseguimos trazer a UPA pra Andradas, que na verdade o pessoal de Santa Tereza queria levar lá pro fundo. [...] Com muita articulação nós conseguimos trazer, eles queria levar lá pro Esplanada [...] E aí o pessoal de Santa Tereza e [...] Esplanada é

³³ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

³⁴ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

³⁵ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

muito mais articulado politicamente, sabe muito mais de política que a gente, né, do fundão aqui (Informação verbal)³⁶.

Embora o entrevistado supracitado cite a maior articulação do bairro vizinho, é notável a capacidade de mobilização dos moradores do Granja de Freitas, juntamente com os moradores do Taquaril e do Alto Vera Cruz. Eles conquistaram através da luta por moradia uma infraestrutura que, até a chegada dos residenciais, não existia. Embora, ainda hoje essa infraestrutura apresente problemas na sua efetividade, é um notável resultado da comunidade. Importantes lideranças comunitárias compõem o Comitê de Articulação. Lideranças que lutaram pela implantação do Conjunto Taquaril e os residenciais do Granja de Freitas, bem como as melhorias advindas do processo³⁷. Como cita o entrevistado E11:

Não adianta só ‘vou fazer um monte de prédio’, tá! Eu vou fazendo prédio, vou fazendo prédio, mas e condições de qualidade de vida que vai ser ofertado pra essas famílias? Porque eu sei que no termo de parceria do Minha Casa Minha Vida o município deveria também fazer valer o comércio no local (Informação verbal)³⁸.

No que se refere ao modelo adotado nas construções, o Residencial 29 de Junho foi o único da tipologia sobrado construído no Granja de Freitas. Os demais são prédios verticais³⁹. Após a sua construção foram construídos mais dezesseis residenciais, totalizando 2.137 unidades habitacionais, e mais setenta e duas ainda estão em fase de construção, ainda a serem entregues (Mapa 6).

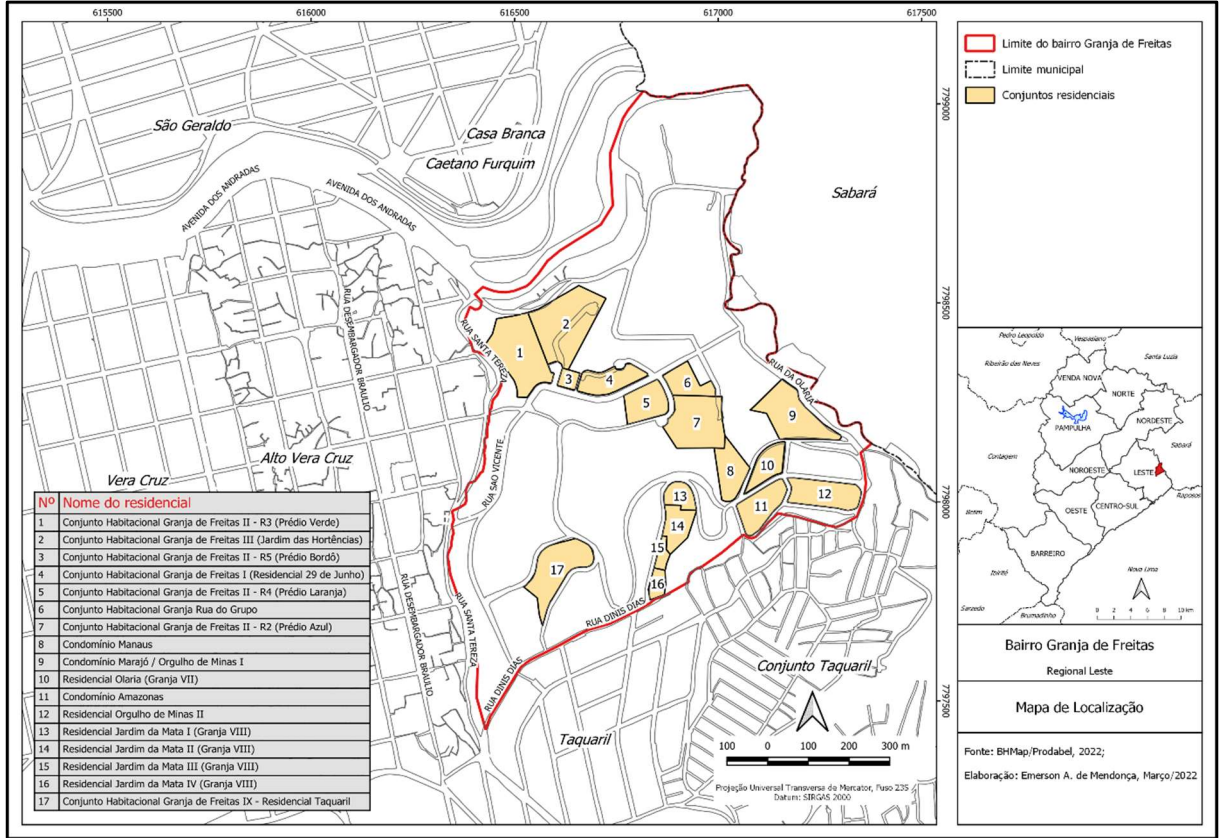
³⁶ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

³⁷ O Comitê de Articulação será mais detalhado no Capítulo 4.

³⁸ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

³⁹ As moradias entregues às famílias originárias de ocupações urbanas eram constituídas de um pavimento, com laje que permitiria a expansão da construção pelos próprios moradores. (BAPTISTA, 2012, p. 70).

Mapa 6 – Distribuição dos Residenciais Construídos pela Política Urbana no Bairro Granja de Freitas



Fonte: MENDONÇA, 2022.

2.3 A Formação do Comitê de Articulação e o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial

O Comitê de Articulação e o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST compõem novo procedimento metodológico de trabalho que abrange não somente a área de intervenção, e sim com a integração dos novos moradores com o entorno, de maneira que sejam inseridos no tecido urbano.

No Granja de Freitas, o comitê e o plano se desenvolvem no contexto do pós-obra do Residencial Manaus, construído pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV II, através do qual foram construídas cento e oitenta unidades habitacionais entregues em 2016 aos moradores que foram removidos da Vila da Área, situada no limite norte do Granja de Freitas até a sua remoção total. Ambos estão previstos nas Portarias 21 de 2014 e 464 de 2018 do extinto Ministério das Cidades⁴⁰. As Portarias estabelecem as diretrizes para execução do trabalho técnico social em intervenções de habitação e saneamento executadas pelo setor público, com recursos federais ou com repasse de entidades privadas sem fins lucrativos (somente em obras de habitação), nas intervenções no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, e dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias. (BRASIL, 2014)

O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST é uma das etapas do trabalho social e consiste em instrumento a ser apresentado pelo executor da obra ao agente financiador como forma de garantir recursos para sua execução. O plano pode ocorrer na fase de execução da obra ou no pós-obra, obrigatoriamente para empreendimentos habitacionais que envolvam número superior a 500 famílias beneficiadas e para obras de saneamento, quando o valor destinado ao trabalho social seja superior a quatrocentos mil reais. Nas demais obras, o PDST torna-se facultativo (BRASIL, 2014). Outras duas etapas também são previstas pela portaria: I - o Projeto de Trabalho Social Preliminar – PTS-P, apresentado ao então Ministério das Cidades na fase de seleção da proposta. Pode ser dispensado caso o executor da obra apresente o PTS, descrito a seguir; II - Projeto de Trabalho Social – PTS: apresentado pelo executor ao agente

⁴⁰ A Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014, foi publicada pelo extinto Ministério das Cidades. No atual governo federal, a Portaria 21 foi substituída pela Portaria 464, embora não tenha sofrido alterações significativas.

financiador da obra, no qual está detalhado o trabalho a ser desenvolvido pelos técnicos sociais durante e após a obra. (Quadro 2)

Quadro 3 - O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST no contexto das fases de execução do trabalho social estabelecido pela Portaria 21

Fases	1. Pré-contratação	2. Pré-obras	3. Obras	4. Pós-obra
Marcos Temporais	Da apresentação e seleção de propostas até a assinatura do instrumento de repasse/ financiamento	Da assinatura do instrumento de repasse/ Financiamento até o início das obras	Do início de obras até a conclusão/ mudança das famílias	Da conclusão das obras oumudança das famílias, pelo período de 6 a 12 meses
Instrumento de Planejamento	PTS-P	PTS	PTS ou PDST	PTS e PDST
Atividades	- execução das ações para a elaboração e aprovação do PTS	- Execução das ações do PTS para essa fase	- Execução das ações do PTS - Elaboração e aprovação no do PDST - Eventual início da execução do PDST	- Execução do PTS e PDST

Fonte: BRASIL. Ministério das Cidades. Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014.

O objetivo do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST é promover a integração dos moradores beneficiados pela obra em seu entorno. Sendo assim, o plano considera uma área maior do que aquela em que foi implantado o residencial e não somente a área imediata. O instrumento prevê ações a médio e longo prazo, definidas com a participação comunitária, essa última considerada imprescindível. Quando da sua realização, parte-se do pressuposto de que o trabalho social desenvolvido pelos agentes públicos esteja consolidado, que tenha havido a mobilização comunitária e a efetivação de articulação intersetorial. Para isso, algumas atividades desenvolvidas pelo trabalho social devem ter sido realizadas na obra, dentre elas, a consolidação de espaços públicos de participação e controle social, o acompanhamento das ações de fortalecimento das entidades sociais e comunitárias, bem como ações voltadas para os projetos comunitários de geração de trabalho e renda.

O Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST, do Residencial Manaus, foi apresentado no ano de 2019 à Caixa Econômica Federal, agente financiador da obra. Além do recurso federal advindo do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, o poder público aportou recursos do Tesouro Municipal, cujo valor era o correspondente a aproximadamente

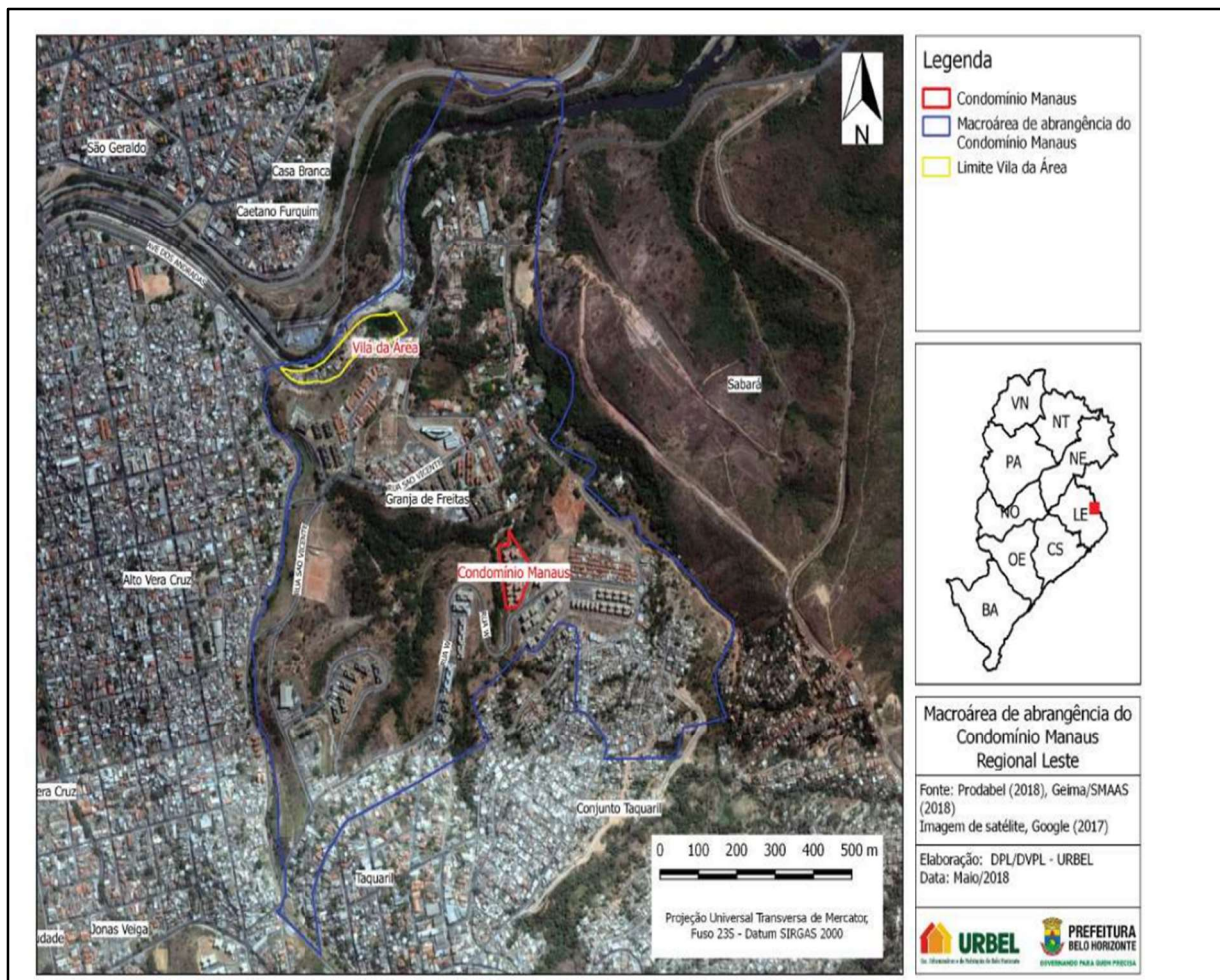
70% do total (R\$ 382.673,05). (URBEL, 2019). Em 04 de fevereiro de 2021 foi licitada a contratação de serviços para elaboração e implementação do plano. Em princípio, o prazo previsto para a finalização era de quinze meses; no entanto, houve um aditivo para sua extensão.

Nesse sentido, seguindo as exigências da Portaria 21, o projeto para a contratação do plano era composto por um conteúdo mínimo, no qual se destaca, em seu item “c”

ações e estratégias de execução: definidas a partir dos resultados obtidos pela caracterização da macroárea e pelo diagnóstico das famílias beneficiárias, descrevendo as atividades, a metodologia, as técnicas e os instrumentos a serem utilizados, com base no conteúdo descrito nos quatro eixos; c.1) na definição da estratégia intersetorial deverão constar os atores/parceiros mobilizados para cada ação prevista e seus respectivos compromissos assumidos, com o comprometimento formal dos setores envolvidos (BRASIL, 2014).

A área a ser trabalhada pelo plano, composta pelo local da obra (Residencial Manaus) mais o entorno, é denominada em termos gerais de macroárea. Essa é definida como região relativamente homogênea, de vulnerabilidades e riscos sociais, podendo incluir uma ou mais áreas de intervenções próximas e seu entorno, que interagem para acesso a serviços e equipamentos públicos, mercado de trabalho e organizações sociais (BRASIL, 2014). Dessa forma, a unidade territorial definida pelo Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST do Residencial Manaus engloba a área de abrangência dos principais equipamentos públicos existentes no local: o Centro de Saúde Granja de Freitas – CS-GF, o Centro de Referência em Assistência Social Granja de Freitas – CRAS-GF, os equipamentos escolares, a distribuição de transporte público e dos comércios (URBEL, 2019, p. 3-4). Consequentemente, a macroárea envolve todo o bairro Granja de Freitas e parte do Taquaril, coincidindo integralmente com a área de abrangência do CRAS-GF e CS-GF (URBEL, 2019, p. 4). (Mapa 7).

Mapa 7 – Macroárea de Trabalho definida para o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2019.



Fonte: URBEL, 2019.

O objetivo geral proposto pelo Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST do Residencial Manaus, segundo consta em documento apresentado pela executora, é o de fortalecer a organização social local na busca de melhores condições de vida para a população que reside na macroárea, desenvolvendo, ainda durante o período de execução, a integração e articulação entre comunidade, órgãos públicos e privados, em torno das necessidades identificadas pelos moradores (URBEL, 2019, p. 7). No que diz respeito à participação comunitária, pretende-se também fomentar a organização da comunidade em busca de

autonomia e o estímulo à consciência de coletividade e laços sociais para fomentar o sentimento de pertencimento local⁴¹.

Nesse cenário, a criação do Comitê de Articulação vem ao encontro desses objetivos com a função de “*catalisar o processo de construção e implementação do PDST com fins de produzir maior empoderamento de suas ações de curto, médio e longo prazo pela comunidade [...]*” (URBEL, 2019, p. 7-8, grifo nosso). As atividades junto ao comitê estão previstas dentro de um dos eixos de trabalho previstos na Portaria 21 que se refere à Mobilização, Organização e Fortalecimento Social. Tal eixo prevê processos de informação, mobilização, organização e capacitação da população beneficiária buscando a autonomia e o protagonismo social, bem como o fortalecimento das organizações que já existem no território. Prevê também a constituição e a formalização de novas representações e novos canais de participação e controle social⁴² (URBEL, 2019, p. 10).

O Comitê de Articulação é formado na expectativa de que seja um intermediador entre URBEL e comunidade, a fim de construir as propostas que abarquem o desejo de melhorias para a macroárea, dando um caráter democrático e participativo ao plano. A intenção é que o comitê e a comunidade se apropriem do plano e que sejam capazes de articular com representantes do poder público, privado e sociedade civil, para que as mesmas propostas sejam executadas. A URBEL, por sua vez, se propõe a criá-lo e fomentá-lo por meio de ações de fortalecimento da sua participação e gestão compartilhada do território. As ações para a formação do comitê se voltaram para:

- Realizar levantamento prévio das instituições e representantes da população local que poderão formar o Comitê de Articulação;
- Realizar a mobilização setorial com grupos específicos sobre o conteúdo e a importância do PDST e o papel do Comitê de Articulação como instância central do Plano, de forma a conscientizar a população e instituições da macroárea para a importância do trabalho a ser realizado;
- Utilizar formas de comunicação e de mobilização condizentes com cada fase de desenvolvimento do PDST, incluindo-se meios audiovisuais, impressos, bem como esquetes teatrais;
- Organizar seminário de lançamento do PDST mobilizando toda a comunidade da macroárea para a sua participação;

⁴¹ Os demais objetivos estão ligados à execução técnica do trabalho social.

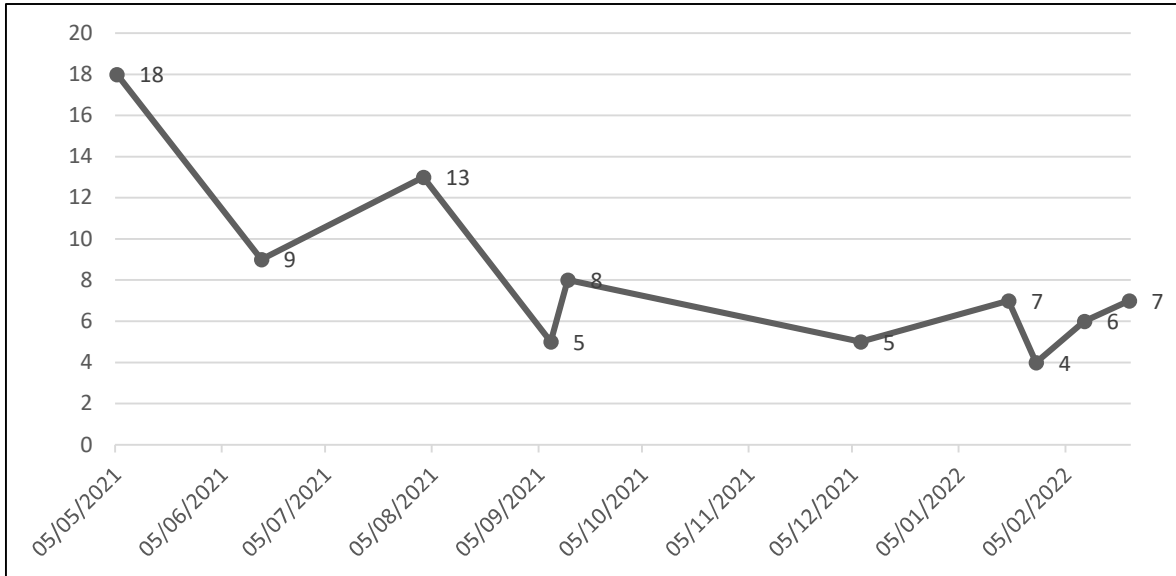
⁴² Os outros eixos previstos na Portaria 21 são: acompanhamento social e gestão social da intervenção; educação ambiental e patrimonial; e desenvolvimento econômico (BRASIL, 2014). Há também propostas da URBEL para atividades nesses eixos.

- Criação do Comitê de Articulação a partir de reuniões setoriais nas quais serão retirados os representantes das instituições públicas em seus diferentes setores, privadas e da população local, incluindo membros de entidades da sociedade civil organizada e pessoas que não representam instituições organizadas;
- Executar o serviço de secretaria do Comitê de Articulação durante os 15 meses de implantação do PDST, registrando as reuniões realizadas (URBEL, 2019).

Em relação às atividades supracitadas, cabe ressaltar que os representantes das instituições públicas e da sociedade civil organizada ainda não foram incluídos no Comitê de Articulação. Para chegar a sua configuração atual, de quatorze membros dos moradores da macroárea, a URBEL realizou reuniões nos diversos equipamentos públicos que possuíam espaços de participação da comunidade, como as Comissões de Saúde, por exemplo. Outras estratégias de divulgação foram executadas a fim de divulgar o plano nos bairros envolvidos, chamando a comunidade a participar das reuniões através de carros de som, divulgação na rádio local, entre outros.

De 15 de abril de 2020 a 25 de maio de 2020 foi realizada pela URBEL, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania-SMASAC, a Rodada de Encontros Virtuais de Formação de Lideranças, que consistiu em reuniões virtuais de capacitação abordando temas relacionados à mobilização comunitária nos bairros Granja de Freitas, Alto Vera Cruz e Taquaril, a fim de fortalecer a sua rede de atores. Em 05 de maio de 2020, durante a Rodada de Encontros Virtuais de Formação de Lideranças, a proposta de formação do Comitê de Articulação também foi divulgada, e outra reunião, à parte desses encontros, foi marcada para que os interessados em fazer parte se apresentassem espontaneamente. A reunião de formação do Comitê de Articulação ocorreu no dia 16 de junho de 2021, com nove participantes. A partir de então, a presença dos membros do comitê foi diminuindo, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Participação Comunitária nas Reuniões do Comitê de Articulação, nos anos de 2021 e 2022, Granja de Freitas



Fonte: Listas de Presença disponibilizadas pela URBEL, 2022. A data de corte para essa pesquisa foi fev./2022.

Até a data estipulada para as entrevistas desta pesquisa, julho e agosto de 2021, o Comitê de Articulação era formado por quatorze membros⁴³. Até esse período, as reuniões foram realizadas de forma remota, devido aos riscos impostos pela pandemia da Covid-19. As reuniões tiveram caráter informativo e de formação. As principais atividades desenvolvidas por eles foram a atuação junto à URBEL no Diagnóstico Rápido Urbano Participativo – DRUP⁴⁴; na mobilização dos moradores dos residenciais e da macroárea para viabilizar o diagnóstico; início da construção do Regimento Interno e o Estatuto do Comitê de Articulação; prestação de contas dos recursos disponibilizados, solicitada pelos membros do comitê; mobilização dos síndicos dos residenciais do Granja de Freitas para cursos de formação.

Os desafios são grandes, assim como a esperança dos quatorze membros do Comitê de Articulação de que o plano seja executado, também. Como afirma o entrevistado E01

[...] porque a gente já criou várias expectativas assim, aqui no Granja de Freitas e nada, e nada se concluiu. Às vezes tivemos conversas até mesmo com o poder público, mas aí ficou só na conversa. Então eu sei que não é tão fácil assim. Mas eu não quero

⁴³ A composição do Comitê de Articulação será detalhada no Capítulo 4.

⁴⁴ Esse tem como objetivo “identificar fraquezas e potencialidades da macroárea, bem como suas áreas mais críticas, que demandam ações prioritárias para seu desenvolvimento” (URBEL, 2019, p. 12).

criar expectativa também não, grande expectativa não. Vamo dizer média (Informação verbal)⁴⁵.

Além disso, a executora teve que lidar com questões de ordem burocrática junto à empresa contratada para desenvolver o plano que provocaram atrasos no cronograma. Dessa forma, este novo plano pode ser uma alternativa ao planejamento urbano puramente técnico. No futuro, o Plano de Desenvolvimento Social – PDST do Residencial Manaus e os demais que serão contratados devem ser avaliados pela URBEL a fim de verificar se, de fato, podem constituir um modelo de planejamento urbano participativo a ser adotado e se expressam os desejos da parcela de pessoas mais interessadas e beneficiadas pelas futuras melhorias: a própria comunidade.

⁴⁵ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

3 REDE SOCIAL E CAPITAL SOCIAL: ALTERNATIVAS PARA A ATUAÇÃO NO ESPAÇO

As estruturas reticulares, em geral, são estruturas essenciais para se entender a ação da sociedade sobre o espaço, sobretudo, no meio técnico-científico-informacional característico do sistema capitalista global, em que as técnicas permitem maior fluidez das trocas materiais e imateriais (SANTOS, 2017, p. 238).

As redes sociais constituem uma dimensão da estrutura reticular presente no espaço e têm sido amplamente estudadas, principalmente nas Ciências Humanas. O conceito foi desenvolvido nas Ciências Sociais para se referir à estrutura composta de indivíduos que se conectam por meio da circulação de recursos materiais e simbólicos. Por ser um dado sociológico, as redes sociais se tornam instrumentos para entendimento da ação da sociedade sobre o meio no qual ela se insere.

A Análise de Redes Sociais - ARS constitui recurso metodológico que permite compreender a atuação da dinâmica da sociedade em rede, e tem sido, desde o início do século XX, bastante explorada pela Psicologia e pelas Ciências Sociais. Atualmente, diversas disciplinas utilizam essa metodologia para explicar as relações reticulares.

Serão apresentadas, neste capítulo, as bases dessa metodologia e a sua contribuição para a compreensão da atuação em rede do Comitê de Articulação, mobilizado para a produção do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST. Conceitos fundamentais em ARS são revistos e articulados com os de Capital Social e Ação Coletiva, e, finalmente, traz-se a discussão em torno dos dois primeiros e sua contribuição para as políticas públicas.

3.1 As Redes Sociais como fontes de informação

Muito se fala atualmente em redes sociais. Essas duas palavras se tornaram comuns na era globalizada na qual os meios de informação conectam pessoas independentemente da distância em que elas estejam.

Nas disciplinas acadêmicas elas também são frequentemente utilizadas, por exemplo, na Biologia – as cadeias alimentares, na Economia – os conglomerados de empresas, e na

Geografia – as redes urbanas. As redes sociais guardam também aderência com os recursos tecnológicos que aproximam pessoas pelos interesses, identidades, grupos em comum.

Milton Santos, em sua obra que disserta sobre o método da Geografia e as suas categorias analíticas, ratifica a importância das estruturas reticulares no mundo globalizado e observa que, a quantidade de significados que essa categoria analítica possui, gera ambiguidades e imprecisões em algumas situações. Isto porque a rede é considerada não só no seu aspecto material, mas também no aspecto imaterial, pois “(...) é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é na verdade uma mera abstração” (SANTOS, 2017, p. 262). Rogério Haesbaert da Costa, em seu debate acerca do território, destaca o “viver em redes” como a grande novidade do período pós-moderno. “Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento” (COSTA, 2007, p. 280). O viver em redes é característico da sociedade e, por isso, exprime sua complexidade. Através das redes a sociedade produz e altera o espaço.

O termo rede social possui uma infinidade de definições. No entanto, na abordagem da Análise de Redes Sociais - ARS elas incorporam um significado específico, com foco nas relações sociais, sendo este conceito que norteia a presente pesquisa. Para Kadushin (2004), a rede social é um conjunto de relações e, formalmente, contém um conjunto de objetos (nós) e uma relação entre estes (laços). A mais simples das redes é formada por dois nós e uma relação que os liga.

Silva *et al* (2013) afirmam que é comum utilizar o termo rede como uma relação que se estabelece entre duas ou mais partes. No entanto, como envolve relações sociais, o conceito se torna complexo e mutável de acordo com o contexto. O homem, como ser social, torna a interação entre os nós mais complexa e dá vida ao conceito de rede (SILVA *et al*, 2013). Souza e Quandt (2017, p. 34) trazem essa complexidade e dinamismo ao conceituar as redes sociais como estruturas formadas por “pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada”.

Em seu estudo sobre a difusão de informação entre os movimentos sociais, Marteleto, por sua vez, define as redes sociais como um “conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p. 72). Wellman (2018a, p. xvi), vai além e afirma que a rede social extrapola os nós e laços, pois

a sua estrutura e composição afetam o modo como os seus membros acessam e se relacionam com os recursos nela existentes. O que se verifica, portanto, é que desde a década de 1930, os estudos das redes sociais vêm se desenvolvendo através de um conjunto de técnicas que se consolidam a partir da década de 1970. Assim, os estudos pioneiros em Psicologia e Sociologia de pesquisadores nos Estados Unidos e Reino Unido formaram as bases para a atual metodologia intitulada de Análise de Redes Sociais - ARS.

Cumprir ressaltar que, os primórdios do desenvolvimento da Análise de Redes Sociais – ARS, na década de 1930, foram caracterizados pela influência da Psicologia nos estudos de pequenos grupos, influenciados pelos pesquisadores que emigraram da Alemanha nazista para os Estados Unidos, incluindo o sociólogo Georg Simmel. Kurt Lewin e Fritz Heider que introduziram conceitos fundamentais para os estudos de redes sociais, tais como: “distância social” e “balanço/equilíbrio”, respectivamente. Jacob Moreno debruçou-se sobre a Sociometria como paradigma que intencionava substituir algumas teorias sociais preexistentes. Suas pesquisas trouxeram inovação ao utilizar técnicas quantitativas para coleta de dados com a utilização de questionários e a apresentação gráfica dos resultados através dos sociogramas (SILVA *et al*, 2013; SCOTT, 2017). Com os sociogramas, as relações sociais passaram a ser representadas por desenhos bidimensionais, onde os atores são representados por pontos e, as relações, por linhas.

A Sociometria foi criada e amplamente utilizada por Moreno e a ele deve a sua popularização entre os analistas de rede. No entanto, ela apresentava problemas quando aplicada a grupos maiores. As relações sociais são complexas e não se conseguia aplicar as técnicas a grupos de estruturas mais complexas (GRANOVETTER, 1973, p. 1.360). Dessa forma, as sociomatrizes foram desenvolvidas como forma de representar relações que ocorrem nas redes sociais, principalmente de dados mais complexos, nos quais, na presença de relação é atribuído o algarismo um e, na ausência, o zero.

Ao mesmo tempo, em Harvard, um grupo de pesquisadores também desenvolvia pesquisas tendo as relações sociais como foco. As Escolas de Harvard e Chicago, nos Estados Unidos, reuniam pesquisadores que direcionaram seus estudos a grupos informais e sua articulação com os sistemas sociais. A partir de pesquisas pioneiras como a de Nathaniel Hawthorne, na Western Electric Company de Chicago, W. Lloyd Warner e Elton Mayo, foram desenvolvidos estudos que muito contribuíram para a identificação de subgrupos coesos dentro

de um sistema de relações sociais – os cliques⁴⁶. Mais tarde, Warner se juntou a Alfred Radcliffe-Brown em Chicago para pesquisar as comunidades sulistas norte-americanas. A conclusão da pesquisa mostrou que existem relações entre as pessoas e entre os grupos das quais elas fazem parte, articulados em uma complexa rede de relações. Tais estudos contribuíram para a teoria organizacional, a Psicologia Social, a Sociologia e a Antropologia (SILVA *et al.*, 2013, p. 5).

No Reino Unido, a Escola de Manchester produziu também pesquisas importantes no pós-Segunda Guerra Mundial, priorizando os grupos mais complexos. Essa escola foi fundada pelo antropólogo Max Gluckman, que se preocupava com a dimensão histórica e seus efeitos nas sociedades, especialmente em questões relacionadas a conflitos. Termos como conflito e troca foram utilizados para além de coesão e integração, destacando o papel da negociação, barganha e coerção na produção da integração social. Os antropólogos de Manchester direcionavam suas pesquisas às estruturas compostas das relações, combinando as técnicas formais com conceitos subjetivos. Para eles, as estruturas eram resultado também da situação de conflito (SCOTT, 2017, p. 29).

Nos anos de 1960, Harrison White teve um papel importante na utilização da base matemática aplicada às suas pesquisas das estruturas sociais e na sintetização dos conceitos-chaves elaborados por seus predecessores norte-americanos (SCOTT, 2017, p. 12).

Como afirma Scott, a construção teórica da Análise de Redes Sociais – ARS é moldada por linhas que se interseccionam historicamente e, nesse percurso, três tradições principais podem ser identificadas. A primeira tradição se refere aos estudos sociométricos baseados em pequenos grupos, com a utilização da Sociometria; a segunda se dá com a exploração dos padrões existentes nas relações interpessoais e a formação de cliques (subgrupos) pelos pesquisadores da década de 1930; e, a terceira, utiliza padrões da primeira e segunda tradições nos estudos antropológicos sociais das relações comunitárias de grupos tradicionais (tribos, aldeias), utilizando de recursos dos dois padrões anteriores. Nos anos de 1960 e 1970 os três padrões foram unificados, formando a base para os estudos contemporâneos (SCOTT, 2017, p. 12).

⁴⁶ O trabalho de Hawthorne foi a maior pesquisa a usar os sociogramas para descrever as relações a partir de situações reais, mostrando os subgrupos formados de trabalhadores e como a estrutura afetava sua conduta no ambiente de trabalho (SCOTT, 2017, p. 22; SILVA *et al.*, 2013, p. 5).

Nas décadas de 1970 e 1980 a Análise de Redes Sociais se consolidou nas Ciências Sociais como metodologia, incorporando, a partir de então, os avanços tecnológicos que permitiram a utilização de programas de computadores nas pesquisas e representações gráficas das redes sociais. Os novos recursos facilitaram a representação de redes com nós mais numerosos.

O desenvolvimento da metodologia da Análise de Redes Sociais – ARS se deveu também à sua aplicação nos estudos das redes sociais intra e interorganizacionais (MIZRUCHI, 2006). Neste âmbito, o trabalho de Mark Granovetter sobre a importância dos laços fracos (1973) e o desenvolvimento do conceito de imersão (*embeddedness*), (2007) para explicar como o comportamento dos indivíduos e das organizações são influenciados pelas contínuas relações sociais e são referências para o entendimento das dinâmicas sociais.

A Análise de Redes Sociais – ARS traz em si a abordagem relacional, construída sobre a base sociológica, que introduz as relações sociais como fator primordial ao se estudar os comportamentos de indivíduos e grupos. Emirbayer (1997) em seu *Manifesto por uma Sociologia Relacional*, disserta sobre a importância da perspectiva relacional no entendimento dos fenômenos sociais. Ele faz um contraponto entre a abordagem relacional e a abordagem substancialista, na qual as substâncias de vários tipos (coisas, seres e essências) constituem as unidades fundamentais de análise, de tal forma que, as relações não alteram a verdadeira natureza do ser real. Por outro lado, na abordagem relacional, um indivíduo não é visto em isolamento, mas sim em relação a outro. A *trans-ação*⁴⁷ condiciona a ação que ele irá executar. Os indivíduos são inseparáveis dos contextos transacionais em que estão imersos. Segundo ele, “as estruturas são abstrações vazias separadas dos vários elementos dos quais são compostas; as próprias sociedades não são nada além de pluralidades de indivíduos associados”⁴⁸ (p. 287-288, tradução nossa).

Pensar a dimensão relacional implica a revisão de conceitos básicos e níveis de pesquisa. Dentre os conceitos que o autor destaca estão o poder, igualdade, liberdade e ação, redefinidos quando pensados em relação ao outro. Ora, não existe poder sem o fraco, igualdade sem desigualdade, liberdade sem aprisionamento; ação sem inação. Para um existir é preciso que o

⁴⁷ Emirbayer diferencia a trans-ação das perspectivas substancialistas da auto-ação (as substâncias são que um vazio a ser preenchido pela atividade do auto-gerar) e da inter-ação (frequentemente confundida com a trans-ação, nela as entidades não geram suas próprias ações, mas as ações acontecem entre elas).

⁴⁸ “(...) *structures are empty abstractions apart from the several elements of which they are composed; societies themselves are nothing but pluralities of associated individuals*” (EMIRBAYER, 1997, p. 287-288).

outro também exista. Por sua vez, as pesquisas no nível macroscópico costumam tratar o objeto estudado como entidades únicas e autossustentáveis. (EMIRBAYER, 1997)

Degenne e Forsé (1999) descrevem a Análise de Redes Sociais - ARS como metodologia explicativa das estruturas sociais nas quais se dão as relações (ou a ausência delas) entre os membros que as compõem. Em uma pesquisa, somente definir as categorias (por idade, sexo, por exemplo) nas quais se enquadram os indivíduos não determina a ação; sem a abordagem relacional os dados não têm significado (DEGENNE; FORSÉ, 1999).

Wasserman e Faust (1994) apresentam dimensões importantes para a análise de redes sociais: os atores (nós) e suas ações são interdependentes e não podem ser estudados em separado; as ligações entre os atores são canais (fluxos) de recursos materiais e imateriais; a estrutura das redes oferece oportunidades e restrições à ação do indivíduo; e as estruturas das redes determinam padrões duradouros de relações entre os atores (WASSERMAN; FAUST, 1994, p. 4).

Pela sua versatilidade e aplicação possíveis nos mais diferentes objetos de estudo, a abordagem estrutural por meio da Análise de Redes Sociais – ARS vem sendo utilizada cada vez mais pelas diferentes disciplinas – Biologia, Sociologia, Economia e Geografia, por exemplo. E, especificamente, nesta última disciplina, há muito ainda que se explorar, tendo em vista que a complexidade do espaço geográfico é resultado de uma realidade relacional entre objetos (geográficos, naturais e sociais) e a sociedade em movimento que os preenche (SANTOS, 2014, p. 30-31).

3.2 A Análise de Redes Sociais – ARS como ferramenta para apreensão do capital social

Uma aplicação eficiente da metodologia da Análise de Redes Sociais – ARS é a obtenção do capital social de dada estrutura. Por serem as relações sociais a sustentação do método, torna-se adequado aos estudos que tomam por base a maneira como as pessoas se relacionam em determinado contexto. Torna-se assim, necessário, explicitar o conceito de capital social.

No que se refere ao conceito de capital social, duas relevantes contribuições ao campo teórico e metodológico, que influenciaram as pesquisas após a década de 1980, foram as dos

sociólogos Pierre Bourdieu, francês, e James Coleman, norte-americano. Nessa década, seus estudos sobre as diferenças no aprendizado educacional, permitiram compreender o desempenho das crianças conforme os incentivos familiares e investimentos econômicos diferenciados. Até então, acreditava-se que todos os estudantes tinham oportunidades iguais no acesso à educação, sendo o sucesso educacional o resultado do esforço individual. Com o desenvolvimento do conceito de capital social, os sociólogos atribuíram a diferença do desempenho educacional à desigualdade no acesso aos bens e serviços proporcionados pelo capital econômico - as classes sociais mais abastadas possuem mais recursos financeiros que lhes permitem dedicar mais tempo aos estudos dos filhos - mas também do capital social e do cultural.

Neste contexto, Bourdieu, em seu importante ensaio sobre o tema, diferencia três formas de capital – econômico, cultural e social. Para ele, era necessário reintroduzir o conceito de capital no mundo social, além daquele que remete ao sistema econômico, para explicar a sua estrutura e funcionamento. Somente as trocas mercantis não explicariam todos os fenômenos que ocorrem, sendo necessário recorrer às trocas simbólicas e imateriais para dar sentido às desigualdades e diversidades no mundo dominado pelo economicismo. Sendo assim, os três tipos de capital existem e são passíveis de se transformarem um em outro. Nesse sentido, o mundo social, é explicado pelas três formas de capital, a saber, o capital econômico, capital cultural e social. Para o sociólogo, os dois últimos derivam do primeiro, e a mudança entre as formas, por exemplo, do capital social em capital econômico, exige tempo e trabalho diferenciados (BOURDIEU *apud* RICHARDSON, 1986). O *capital econômico* é a forma característica do capitalismo, através da qual os objetos são convertidos em dinheiro, ou a eles é atribuído um valor. O *capital cultural* é a forma simbólica, que assume, em determinadas ocasiões, a forma material. Bourdieu afirma que ele se apresenta em três estados. O primeiro é o estado incorporado, no qual as suas propriedades estão ligadas ao corpo do indivíduo, que através dos processos de inculcação e assimilação das riquezas externas (leitura, linguagem), desenvolve-se de forma que o incorpora como *habitus*. Exige esforço e investimento pessoal. Quanto mais tempo utilizado para investimento, maior é a produção do capital cultural. Por existir através da incorporação de riquezas externas no indivíduo, o capital cultural é difícil de ser apreendido por outrem e a sua transmissão exige tempo. O processo é custoso e exige dedicação. O capital cultural “não pode ser acumulado além das capacidades de apropriação de um agente individual; declina e morre com seu portador (com sua capacidade biológica, sua

memória, etc.)”⁴⁹ (BOURDIEU *apud* RICHARDSON, 1986, p. 18), e por esse motivo, sua transmissão, assim como a aquisição, não é direta e visível se comparadas ao capital econômico. Já em seu estado objetivado, o capital cultural é apresentado através da música, de quadros, entre outras formas que permitem sua transmissividade em caráter materializado. Pode ser convertido em capital econômico, embora seu consumo simbólico dependa do capital cultural que a pessoa que adquire um quadro, por exemplo, precisa ter para absorver o significado. O último estado do capital cultural é o institucionalizado, ou seja, capital em forma de habilitações acadêmicas. Aqui também o emprego do capital econômico é capaz de incrementar o investimento em tempo e dinheiro para aumentar o capital cultural, demonstrando a diferenciação na apropriação por parte das diferentes classes sociais, por exemplo. (BOURDIEU *apud* RICHARDSON, 1986).

A terceira forma de capital definida por Bourdieu é o *capital social*, ou seja:

o agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento – ou em outras palavras, a participação em um grupo – que fornece a cada um de seus membros o respaldo do capital coletivo, uma “credencial” que lhes dá direito ao crédito, nos vários sentidos da palavra (BOURDIEU *apud* RICHARDSON, 1986, p. 21)⁵⁰.

No capital social, as relações são mantidas pelas trocas simbólicas ou materiais, ou ambas, não existindo se não no estado prático. Por sua vez, as trocas atribuem um caráter de proximidade às pessoas envolvidas, independentemente da distância geográfica, econômica e social. Quanto maior é a rede que um ator pode mobilizar, juntamente com o capital econômico e cultural, maior é o capital social. O seu lucro é a solidariedade e a fonte incessante dessa forma de capital é a sociabilidade, que deve ser cultivada através das trocas onde o reconhecimento é afirmado (e reafirmado).

Os indivíduos, por sua vez, investem na rede de conexões, individual e coletivamente, conscientes e inconscientes, a fim de obterem recursos existentes nas estruturas reticulares.

⁴⁹ “It cannot be accumulated beyond the appropriating capacities of an individual agent; it declines and dies with its bearer (with his biological capacity, his memory, etc.)”.

⁵⁰ “Social capital is the aggregate of the actual or potential resources which are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition — or in other words, to membership in a group - which provides each of its members with the backing of the collectively owned capital, a “credencial” which entitles them to credit, in the various senses of the word”.

Essas estruturas, ao se reproduzirem a curto e longo prazo, transformam as relações contingentes em relações necessárias e eletivas

implicando obrigações duráveis subjetivamente sentidas (sentimentos de gratidão, respeito, amizade etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos). Isso se faz pela alquimia da consagração, a constituição simbólica produzida pela instituição social (instituição como parente – irmão, irmã, primo etc. – ou como cavaleiro, herdeiro, ancião etc.) através da troca (de presentes, palavras, mulheres, etc.) que estimula e que pressupõe e produz conhecimento e reconhecimento mútuos. (BOURDIEU *apud* RICHARDSON, 1986, p. 22).⁵¹

A quantidade de capital social de um ator dá credibilidade, e, conseqüentemente, confiabilidade. Essa forma de capital está ligada ao processo de identidade dos agentes e ao sentimento de pertença.

Coleman (1988) utiliza o conceito de capital social como ferramenta para a compreensão de duas correntes utilizadas para explicar as ações dos indivíduos: a sociológica e a econômica. Segundo ele, a teoria sociológica explica as ações sociais inseridas em um contexto, sendo moldadas por ele. A teoria econômica explica a ação do indivíduo de forma independente, segundo seu próprio interesse. As críticas a essas duas correntes fazem com que Coleman utilize o princípio da ação racional para explicar a ação da sociedade em torno de um objetivo, empreendida conforme o estoque de capital social. Afirma que, a corrente sociológica, não prevê “molas” internas que impulsionam o ator conforme sua vontade, e sim influenciado pelo entorno, subsocializando a sua ação. Não obstante, a corrente econômica, aborda o tema como se a ação fosse dependente somente do contexto, onde “as normas, confiança interpessoal, redes sociais e organização social são importantes no funcionamento não apenas da sociedade, mas também da economia”⁵² (COLEMAN, 1988, p. 96). Essa visão subsocializada da ação será retomada ainda nesta seção a partir dos estudos desenvolvidos por Mark Granovetter (2007).

⁵¹ “In other words, the network of relationships is the product of investment strategies, individual or collective, consciously or unconsciously aimed at establishing or reproducing social relationships that are directly usable in the short or long term, i.e., at transforming contingent relations, such as those of neighborhood, the workplace, or even kinship, into relationships that are at once necessary and elective, implying durable obligations subjectively felt (feelings of gratitude, respect, friendship, etc.) or institutionally guaranteed (rights). This is done through the alchemy of consecration, the symbolic constitution produced by social institution (institution as a relative - brother, sister, cousin, etc.- or as a knight, an heir, an elder, etc.) and endlessly reproduced in and through the exchange (of gifts, words, women, etc.) which it encourages and which presupposes and produces mutual knowledge and recognition”.

⁵² “The economic stream, on the other hand, flies in the face of empirical reality: persons' actions are shaped, redirected, constrained by the social context; norms, interpersonal trust, social networks, and social organization are important in the functioning not only of the society but also of the economy”.

Com a finalidade de superar as limitações dessas abordagens na explicação da ação social, Coleman propõe o uso do capital social como uma ferramenta. Através dele é possível explicar a organização social dentro de um processo de ação racional, característico da economia, para analisar os sistemas sociais. O capital social é definido pela sua função: favorecer a ação social, através dos aspectos existentes na estrutura social que os atores podem utilizar como recursos para conquistar objetivos. É utilizável pelas pessoas ou corporações, através das relações sociais. O capital social é inerente às relações sociais e não existe senão através delas. Ele não se desgasta completamente, podendo ser específico para o sucesso de determinada ação e sem utilidade para outra (COLEMAN, 1988).

Assim como Bourdieu, Coleman especifica, além do capital social, mais dois tipos: o capital físico e o humano. O primeiro é caracterizado pela objetividade, incorporado em formas materiais e completamente tangível. É o capital utilizado para facilitar a produção do sistema capitalista. Já o segundo é característico do indivíduo e suas mudanças, que traz habilidade e capacidade de agir de formas diferentes; é incorporado nas habilidades e no conhecimento adquirido pelo ator. É menos tangível que o primeiro. Menos tangível ainda é o capital social, uma vez que se apresenta somente nas relações entre as pessoas. Os três tipos de capital contribuem para a atividade de produção na medida em que dotam os atores de capacidades econômicas e intelectuais (capital econômico e humano, respectivamente). O capital social também favorece a produção na medida que quanto maior o seu estoque, maior a confiabilidade das pessoas envolvidas para levar a atividade adiante (COLEMAN, 1988).

Existem três aspectos existentes nas estruturas sociais que incidem diretamente nas relações humanas, tornando-as mais ou menos produtivas no que se refere à ação social: a) obrigações, expectativas e confiabilidade das estruturas; b) canais de informação; c) normas e sanções efetivas. As obrigações e expectativas geram confiabilidade e aumentam o capital social existente na estrutura. Se um indivíduo faz um favor para outro, gera uma obrigação do segundo para com o primeiro. Há uma expectativa de que esse favor seja retribuído, gerando o que Coleman denomina, metaforicamente, de comprovante de crédito, que, se for pago, aumenta a confiabilidade na estrutura social. Os canais de informação dizem respeito à potencialidade da informação, base para que ocorra a ação. Já as normas e sanções efetivas são importantes para a coletividade, uma vez que contribuem para as regras da ação. As normas dentro da estrutura contribuem para a renúncia da ação em interesse próprio em favor do

coletivo; elas podem ser aceitas, apoiadas, internalizadas, mas também podem ser reprovadas. (COLEMAN, 1988).

Nan Lin, também considera que as normas e a confiança, bem como outras propriedades (por exemplo, sanções, autoridade) de um grupo, são essenciais na produção e manutenção do bem coletivo (1999). Lin também enfatiza a importância do capital social e sua obtenção a partir de recursos existentes nas redes. A premissa do capital social é o investimento nas relações sociais, o que gera expectativa de retorno. O autor apresenta três razões que explicam a melhora dos resultados das ações ao utilizar o capital incorporado nas redes sociais: 1) facilita o fluxo de informações; 2) os laços sociais podem influenciar os agentes melhor posicionados nas decisões; e, 3) os laços sociais e o conhecimento sobre o relacionamento com determinado indivíduo criam confiança e, conseqüentemente, maior acessibilidade aos recursos e relações disponíveis nas redes sociais. Para Costa *et al* (2018), o capital social é uma teia de relações sociais, mantida por um conjunto de expectativas mútuas e de determinado comportamento. Ele é criado na estrutura das redes e expressa a associação entre elas e os indivíduos nelas estrategicamente posicionados.

Burt enxerga no capital social uma metáfora para “vantagem” e um complemento para o capital humano. Os indivíduos ou grupos com maior capital humano são mais hábeis, atrativos e articulados e, conseqüentemente, adquirem mais vantagens. O capital social nessa perspectiva está ligado às vantagens proporcionadas em torno do seu objetivo. Quanto maior a conexão, maiores serão os retornos (BURT, 2000).

Lin (1999) apresenta duas questões no que tange o capital social e que as análises de rede devem responder: 1) como os indivíduos investem nas relações sociais e como capturam os recursos existentes nas relações apresentadas na rede de maneira que gerem retorno; 2) como os grupos desenvolvem e mantêm mais ou menos capital social como um bem coletivo e como esse bem coletivo promove a longevidade do grupo.

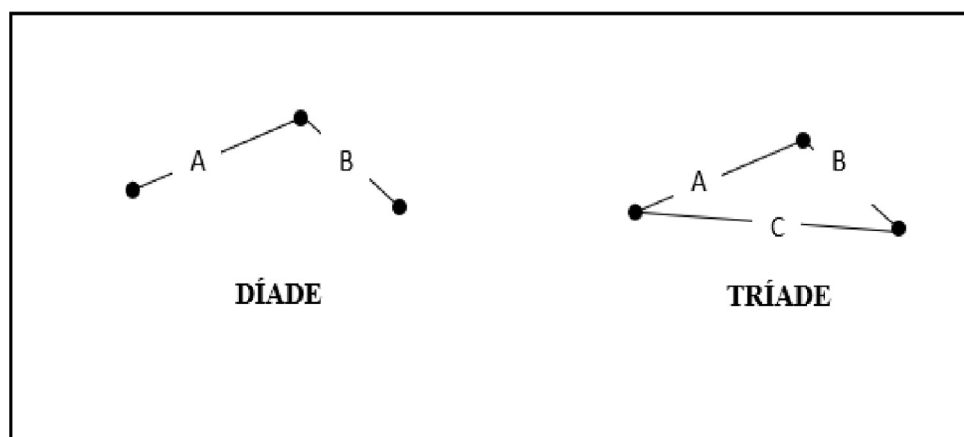
Uma definição importante do capital social elaborada em estudos mais recentes é o proposto por Putnam (2017). Este tipo de capital se baseia em confiança, em normas e em relações sociais, que dão a ele um atributo de bem público, e como tal, não pode ser apropriado por somente um indivíduo. Ele é intrínseco às relações sociais, nas quais se desenvolvem a confiança, que por sua vez, promove a cooperação.

Todas as definições convergem para a importância do capital social para o estabelecimento de confiança e cooperação. Nesse contexto, a Análise de Redes Sociais – ARS

torna-se eficiente para a apreensão do capital social. Dessa forma, é importante rever alguns conceitos fundamentais da Análise de Redes Sociais – ARS que, em conjunto com o capital social, permitem compreender como se dão as ações sociais.

Em Análise de Redes Sociais - ARS, a menor das redes é a diádica que é composta por dois nós, ou atores. As relações entre os dois nós (egos, atores) são representadas por linhas ou elos que os unem. A análise de redes começa com a tríade, composta por três nós ou atores que se relacionam entre si. Sob a abordagem do capital social, as tríades são importantes por inserir nas relações um terceiro nó. O terceiro ator pode ser partidário em relação aos outros, um mediador, ou um *Tertius Gaudens*⁵³, ou seja, o terceiro ator que desfruta das relações com os demais (Figura 4).

Figura 4 – Representação das Díades e Tríades



Fonte: Elaboração da autora (2021).

A partir da tríade, a medida básica para extrair da estrutura o capital social, é fundamental para as duas abordagens utilizadas nesse campo relacional: o fechamento de rede e os buracos estruturais⁵⁴.

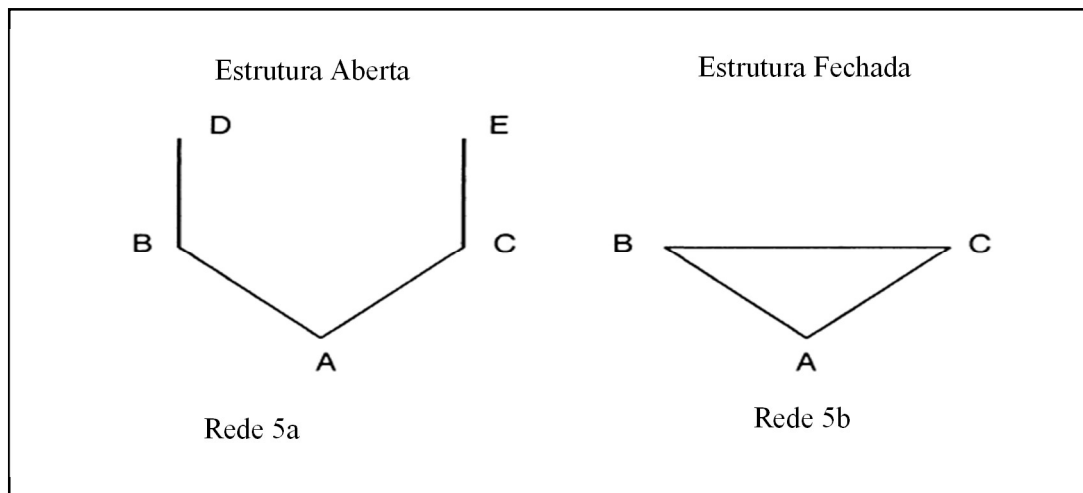
A primeira abordagem, o fechamento de rede, remete às estruturas que facilitam as relações sociais, e, conseqüentemente, incrementam o capital social. É baseada nos estudos de Georg Simmel sobre os grupos sociais e está ligada à ideia de que o capital social é resultado da coesão interna de uma rede social, fonte geradora de cooperação e solidariedade (FAZITO; SOARES, 2013, p. 219).

⁵³ Termo introduzido pelo sociólogo alemão Georg Simmel.

⁵⁴ A abordagem dos buracos estruturais é exposta devido à sua importância na abordagem estrutural. No entanto, a análise dos dados dessa pesquisa não contempla tal abordagem.

Coleman (1988) dá um exemplo para diferenciar uma rede fechada e uma rede aberta (Figura 5). A estrutura da rede 5a demonstra que o ator A tem relações diretas com os atores B e C, que, por sua vez, têm relações com os atores D e E, respectivamente. Dessa forma, os atores B e C terão dificuldade de impedir determinado comportamento do ator A. Caso consigam constranger o ator A, tornam-se mais poderosos, do contrário, terão consequências se a sanção não obtiver sucesso. Por outro lado, em uma estrutura fechada como a rede 5b, os atores B e C podem entrar em acordo para aplicar uma sanção no ator A a fim de impedir um comportamento que julguem prejudicial.

Figura 5 – Exemplos de Estruturas Abertas e Estruturas Fechadas



Fonte: Adaptado de COLEMAN, 1988, p. 106.

A contribuição de Mark Granovetter (1973) traz, para a abordagem do fechamento da rede, a importância dos laços para manter a coesão e expandir a rede e, conseqüentemente, seu capital social. Segundo ele, os laços podem ser classificados em fracos (*weak*) e fortes (*strong*). Os dois tipos são resultados de investimento de tempo, intensidade emocional, intimidade ou confiança mútua e serviços recíprocos. É importante lembrar que, pode ocorrer na estrutura, a ausência de laço entre determinados nós, o que provoca a abertura da tríade. Os laços fortes são o resultado de um maior investimento e, os fracos, de um menor investimento, sobretudo, de tempo. Na medida em que as relações vão se fortalecendo, os laços podem se tornar fortes.

No entanto, os laços fracos têm um papel fundamental que é o de expandir as redes e formar pontes entre os nós. Em redes de grupos pequenos, os laços fortes são predominantes, uma vez que existem mais interações. Quanto mais laços fortes existem em uma rede, mais forte também é a coesão. Para Granovetter, a tríade simmeliana é um exemplo de laços fortes, na qual o *Tertius Gaudens* inibe o individualismo e fortalece o coletivo.

Quando se trata de grupos maiores, os laços fracos têm o papel de expandir as relações e fazer a “ponte”, ou seja, apresentar a única ligação entre dois nós ou subconjuntos de nós. Granovetter demonstrou a importância dos laços fracos para a manutenção de contatos mais distantes na aquisição de informações. Através da sua pesquisa com operários em busca de novo emprego, residentes no subúrbio de Boston, perguntando-lhes o quão frequente eles viam o contato que lhes passaram a informação de novo emprego. Cinquenta e cinco por cento (55%) dos entrevistados disseram ter contato com o informante ocasionalmente (mais de uma vez ao ano, mas menos que duas vezes na semana); 27,8% tinham contato com o informante raramente (uma vez ao ano ou menos); e 16,7% declararam que viam seu contato frequentemente (pelo menos duas vezes na semana). O resultado demonstra uma probabilidade maior de o operário adquirir informações sobre novos empregos através dos laços fracos. Como consequência, Granovetter (1975) sustenta que os laços fracos são fundamentais na difusão de informações e expansão de contatos. Para a organização comunitária, quanto mais laços fracos existirem, e quanto mais eles formarem pontes, mais coesiva é a comunidade, tornando-a capaz de atuar em grupo (GRANOVETTER, 1975, p. 1376). Nas comunidades onde prevalecem os laços fortes, os membros do grupo estão fortemente atados uns aos outros, muitas vezes, formando cliques (subgrupos). A entrada de um laço fraco no grupo pode fazer o papel de ponte se ele unir esse grupo a outro.

Em linhas gerais, o fechamento das redes proporciona a geração de capital social uma vez que esse fechamento faculta o aumento da confiança e da coesão; propicia a mobilização comunitária; reduz o poder individual através da tríade e possibilita a dispersão do fluxo através dos laços fracos.

Outra forma de analisar o capital social existente em uma estrutura é a que se baseia nos buracos estruturais: conceito criado por Ronald Burt (2000) que associa o capital social à capacidade de um nó intermediar a relação entre segmentos desconectados de uma rede.

Os buracos estruturais são uma metáfora para os “buracos” na estrutura social nos quais os nós, neles posicionados, têm maior vantagem na participação e controle da informação. O capital social sob essa perspectiva ocorre em função da “corretagem” (*brokerage*) de oportunidades exercida pelo intermediador (*broker*) que, pela sua posição tem acesso mais rápido à informação e maior controle quanto a transferência (ou não) dessa mesma informação. Nessa abordagem o *Tertius Gaudens* também é considerado como o nó que mais se beneficia na “corretagem” das conexões entre outros. Os buracos estruturais fornecem as condições para que o *Tertius* manipule a informação ou outro tipo de fluxo existente, barganhe de modo a obter vantagens e resolva situações conflituosas (BURT, 1992; 2000).

Indivíduos bem posicionados em redes sociais que possuem muitos buracos estruturais são mais bem informados, capazes de exercer mais controle e obter mais oportunidades, agilidade, melhores soluções e custos. (BURT, 2000, p. 7) O buraco estrutural é uma relação de não redundância entre dois contatos, agindo como amortecedores ou isolantes em um circuito elétrico⁵⁵ (BURT, 1992, p. 65). Em redes com alta densidade, os contatos redundantes fazem com que a informação transcorra por entre os nós várias vezes, circulando e sendo retransmitida dentro de um subgrupo. Uma vez que não há esses contatos redundantes, a informação é adquirida através de somente um ego ou nó, o que traz confiabilidade e menor custo (BURT, 2000; DEGENNE, FORSÉ, 1999). Para Burt,

a questão são os custos de oportunidade. No mínimo, a rede densa é ineficiente no sentido de que retorna informações menos diversas pelo mesmo custo da rede esparsa. Uma solução é investir mais tempo e energia na adição de contatos não redundantes à

⁵⁵ Os contatos são redundantes na medida em que levam aos atores os mesmos benefícios de informação (BURT, 1992, p. 65).

rede densa. Mas o tempo e a energia são limitados, o que significa que a ineficiência se traduz em custos de oportunidade (BURT, 1992, p. 65).⁵⁶

Dois critérios determinam a redundância em uma estrutura: coesão e equivalência. A coesão está relacionada aos contatos diretos. Ela surge quando dois nós compartilham uma ligação direta. Para Burt (2000), o fluxo de informação em redes coesas expressa maior velocidade de transmissão, embora não tenha ligação com a eficácia. Quanto maior a coesão, menor é o número de buracos estruturais. O segundo critério para a criação do buraco estrutural é a equivalência entre dois nós, ou seja, esses nós têm as mesmas relações com as mesmas pessoas da rede social. São redundantes sob o ponto de vista do ego e possuem a mesma informação, proveniente da mesma fonte (BURT, 2000; DEGENNE, FORSÉ, 1999).

Se através da abordagem dos buracos estruturais os contatos redundantes podem comprometer a eficiência da circulação do fluxo, a abordagem do fechamento da rede afirma que as redes coesas também propiciam a qualidade da informação, embora a expansão da rede através dos laços fracos permita levar o fluxo à área periférica da estrutura. Na Análise de Redes Sociais – ARS, as duas abordagens podem ser utilizadas para a melhor apreensão das estruturas nas quais as relações ocorrem.

Tais abordagens são necessárias para que a mobilização dos membros da rede social seja promovida de forma mais eficiente e que gere o retorno esperado. Nesse contexto, a próxima seção explora a função do capital social em ações coletivas.

3.3 Capital social: base para a ação coletiva

Nos estudos comportamentais, sociológicos e econômicos sempre houve a ideia de que as pessoas agiam em grupo em busca de realizar um objetivo em comum, bem como os individuais. No entanto, a partir da pesquisa de Mancur Olson na década de 1960, a ação em grupo foi problematizada em torno do que faz com que as pessoas ajam coletivamente.

⁵⁶ “The issue is opportunity costs. At minimum, the dense network is inefficient in the sense that it returns less diverse information for the same cost as the sparse network. A solution is to put more time and energy into adding non redundant contacts to the dense network. But time and energy are limited, which means that inefficiency translates into opportunity costs”.

Olson (2015) afirma que todo grupo age conforme o seu interesse. No entanto, assim como os membros dos grupos têm interesses em comum, nem todos eles têm interesses individuais iguais. Dessa forma, mesmo que essas pessoas sejam racionais e centradas, não quer dizer que elas agirão coletivamente. A ideia desenvolvida por Olson é embasada na Teoria da Escolha Racional do indivíduo em busca de resultados ótimos, e, quando a racionalidade individual não coincide com a coletiva surge o problema da ação coletiva. (MONASTÉRIO, 2010, p. 5).

Toda ação coletiva ocorre em busca de um objetivo, que pode ser um benefício público, coletivo ou comum. Esse tipo de benefício é definido como aquele que, se for consumido por qualquer pessoa em dado grupo, não pode ser negado aos outros (OLSON, 2015, p. 27). Ninguém do grupo ficará impedido de desfrutar do benefício, embora haja custos que, na maior parte das vezes, as pessoas se recusam a pagar. Tal fato se deve ao tamanho da parcela do bem público destinado a cada indivíduo que pode não ser o mesmo para todos, independente da participação ou esforço empreendido. E, caso não trabalhe o mesmo tanto que os outros, não pode ser excluído da sua parcela. Por esse motivo, o resultado da quantidade de benefício público provido será sempre subótimo (OLSON, 2015, p. 40). Geralmente, em grupos ou organizações maiores inseridas no contexto de mercado (exclusivos), a ação coletiva será desempenhada com menos eficiência por esse motivo.

Por outro lado, para os grupos ou organizações não inseridas no contexto de mercado (inclusivos) é melhor que se tenha um maior número de pessoas para partilhar os benefícios e os custos da ação. Daí denominar de “benefício coletivo inclusivo”, pois na medida em que o grupo se expande, maiores são os resultados (OLSON, 2015, p. 40). Incentivos seletivos, tais como sanções e recompensas são exemplos que podem ser utilizados para facilitar a mobilização e superar o dilema da ação coletiva.

No entanto, Marta Varanda chama a atenção para o fato de que se não há diferenciação hierárquica no grupo, a colocação de incentivos seletivos e sanções é dificultada, constituindo outro dilema da ação coletiva. Quando o objeto da ação é um bem coletivo é mais fácil incentivar e impor sanções positivas ao invés de penalizações ou sanções negativas (VARANDA *et al*, 2015, p. 48).

Outra corrente que influenciou as pesquisas sobre ação coletiva foi a Teoria dos Jogos (*Folk Theorem*). Segundo essa corrente, os indivíduos agem por repetição, também de acordo

com seus interesses. Os jogos, assim como a ação coletiva, podem solucionar o dilema através da interação dos “jogadores”, repetidas vezes (MONASTÉRIO, 2010, p. 11). A partir de exemplos dados pelos adeptos dessa teoria, Putnam conclui que, embora todas as partes envolvidas em uma ação tendam a ganhar se cooperarem, se não houver um compromisso mútuo, não há também a cooperação; conseqüentemente, indivíduos podem desertar (os chamados oportunistas) (PUTNAM, 2007, p. 174). Um exemplo clássico da Teoria dos Jogos é o dilema do prisioneiro. O dilema consiste em deixar dois cúmplices separados e propor que se um delatar o outro conquistará a liberdade. Como ambos não têm contato e não podem combinar a resposta, cada um delata o outro, independente do que o outro fizer, a fim de adquirir vantagem (liberdade).

Algumas críticas são feitas às duas teorias – da Ação Racional e dos Jogos. Ambas consideram a vontade do indivíduo, em uma visão claramente atomística. Se um não quiser cooperar, ele sairá do grupo, embora receba sua parcela de benefício (MONASTÉRIO, 2010; GRANOVETTER, 2007).

A fim de superar a visão atomística, Granovetter (2007) propõe o conceito de imersão (*embeddedness*) para demonstrar como os comportamentos e as instituições são compelidos pelas contínuas relações sociais. Embora o conceito seja criado para análise econômica, a sua transposição para o entendimento da ação coletiva é de grande valia. Considerar os indivíduos e organizações como elementos independentes da estrutura na qual estão imersos representa um grave mal entendido. Isto porque o argumento da imersão enfatiza o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou redes) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé.

O conceito de imersão supera a visão subsocializada da economia clássica e neoclássica e a visão super-socializada, oriunda da sociologia moderna, para o entendimento da ação humana. Na primeira, o indivíduo age por interesse próprio e as relações são obstáculos para o mercado competitivo. Na segunda, a visão super-socializada, se refere, como o próprio termo sugere, à maximização das relações sociais que determinam o comportamento, assegurado pelo cumprimento das normas e valores definidos. Tais normas e valores são interiorizadas por meio da socialização. A imersão considera que:

os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas

tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais (GRANOVETTER, 2015, [s.p]).

Pela sua própria natureza, resultante da interação humana, as relações sociais também produzem o efeito contrário, ou seja, a desconfiança, o oportunismo, por exemplo. E, por isso mesmo, não são garantias de que a ação seja livre desses efeitos negativos. Sendo assim, cada situação deve ser analisada considerando os detalhes da sua estrutura relacional. (GRANOVETTER, 2007).

Conhecer a estrutura relacional é fundamental para o entendimento do ambiente em que ocorre a ação coletiva. Putnam (2007) ao estudar o desenvolvimento das regiões norte e sul italianas com base na perspectiva do capital social afirma que a confiança, assim como a disponibilidade de informações precisas para executar a ação coletiva e a existência de instituições formais que fiscalizem e façam cumprir os acordos, são importantes para a mobilização mais eficiente. Estes fatores estão na base da diferenciação do desenvolvimento das regiões supracitadas, que lidaram de formas diferentes em relação à ação coletiva empreendida depois da reforma institucional italiana. A região norte estruturou suas relações políticas e sociais horizontalmente, por meio das confrarias, sindicatos, entre outras formas de organização social, diferentemente da região sul, cujas relações foram consolidadas verticalmente. As novas instituições criadas pela reforma mostraram que “quanto mais cívico o contexto, melhor o governo” (PUTNAM, 2007, p. 191).

Tilly (1990) ao analisar a contribuição da imigração para a formação da América do Norte, afirma que essa formação ocorreu devido ao empreendimento de ação coletiva. Os imigrantes europeus contavam com uma rede de apoio organizada em terras americanas, composta de familiares, conhecidos ou outra pessoa já integrada ao território. Quanto maior o risco e o custo, mais intensa é a confiança nos laços estabelecidos na rede. As redes criam novas categorias e transforma as existentes. Para ele, deve-se pensar a migração como uma estrutura comunitária que não se reduz às intenções e características individuais. As redes sociais promovem a base para a solidariedade e ajuda mútua, mas também divisão e conflito.

Uma ação coletiva se caracteriza por duas dimensões: a mobilização ou recrutamento dos atores com o objetivo esperado e o seu compromisso ou empenho com uma estratégia coordenada (VARANDA *et al*, p. 47). A mobilização e a coordenação estão sempre presentes, em maior ou menor grau, e estão em constante tensão pois os investimentos relacionais diferentes são acionados frequentemente durante a ação, também durante fases diferentes. Em

determinada fase o sistema social tem que se abrir ao exterior em busca de novos recursos e novos membros. Em outra fase, é necessária uma coesão maior que tende a ser mais coordenada. Para superar a tensão, é necessário mobilizar os laços fracos, que permitem o crescimento do sistema social (conjunto de redes), e fechar a rede através dos laços fortes, que mantêm a coesão (VARANDA *et al*). O capital social torna-se, então, fator fundamental para o sucesso, ou fracasso, da ação coletiva. Em grupos nos quais o estoque do capital seja alto, haverá confiança, reciprocidade e cooperação.

Conhecer o capital social imerso na rede pode se tornar uma ferramenta de grande valia para a elaboração de políticas públicas em geral. O conhecimento da estrutura social e dos recursos nelas contidos, torna a metodologia da Análise de Redes Sociais - ARS instrumento adequado de diagnóstico, antes e após a intervenção pretendida. Por ser um instrumento teórico e metodológico importante para subsidiar a elaboração de políticas públicas, cabe explorar com mais detalhes a contribuição da ARS ao campo das políticas públicas na próxima seção.

3.4 A Análise de Redes Sociais - ARS e a sua contribuição para as políticas públicas

Considerando que o arcabouço teórico da Análise de Redes Sociais - ARS prioriza as relações dentro de um contexto específico, ela se torna de grande valia nos estudos espaciais e nas dinâmicas sociais. E, por esse motivo, também se torna uma ferramenta de planejamento e avaliação de ações das políticas públicas. Redes sociais mais capital social formam um conjunto capaz de revelar muito sobre o público alvo para os setores interessados no sucesso dos programas por eles executados.

Na Política Habitacional, a utilização da metodologia da Análise de Redes Sociais – ARS é importante porque fornece suporte para as ações que necessitam do apoio da comunidade. Por meio dela é possível aferir o capital social que, conseqüentemente, facilita a ação coletiva. Outra característica dos estudos de redes sociais é seu caráter democrático. A articulação da sociedade em rede torna as decisões horizontalizadas, democráticas e articuladas, permitindo o senso de participação comunitária.

No Brasil, durante o período de redemocratização nos anos de 1980, houve uma maior exigência de participação política como a conscientização da sociedade, o que abriu espaço para a discussão da importância do agir em rede pelo governo, em todas as escalas (PASSADOR,

C., FERREIRA, PASSADOR, J., 2006; PECCI, 2000). A ação em rede nas políticas públicas pretende abandonar o modelo racionalizador e homogeneizante em prol de uma ação mais horizontal, que abarque as diferenças dos atores. Dessa forma, agir em rede não apresenta hierarquias. (PECCI, 2000, p. 24). Ao agente público, cabe a função de articular, não a de impor a técnica. Para Passador *et al* (2006, p. 6) o “gestor de redes deve compreender que valores como confiança, solidariedade e reciprocidade são importantes” na condução do trabalho em rede.

O espaço, um híbrido de sistemas de ações e de objetos, indissociáveis, solidários e contraditórios, que não pode ser compreendido isoladamente. O sistema de objetos condiciona as ações, que por sua vez, condiciona a criação dos objetos. As ações estão ligadas às relações de produções que remetem ao sistema econômico. Por isso mesmo, são dotadas de intencionalidade (SANTOS, 2017). Nesse contexto, a ação do poder público é investida de responsabilidade para que possa atuar no espaço considerando essa interação entre objeto (forma) e ação (conteúdo), para que a sociedade se aproprie verdadeiramente do espaço.

Os instrumentos de intervenção no espaço não podem ser padronizados na tentativa de reduzi-lo em um espaço abstrato, restrito à instrumentalização puramente econômica, tendente à sua homogeneização (LEFEBVRE, 2006). O urbanismo, tem como um de seus instrumentos o plano, cujo significado é intrínseco: plano, vazio, uma folha em branco, neutra, onde são projetadas formas redutoras. Especificamente na política habitacional, Lefebvre (2008; 2019) discursa sobre a construção do habitat em contraposição ao habitar. O habitar é uma função simplificada da moradia restrita aos atos mais elementares do ser humano, ou seja, comer, dormir, reproduzir. “O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas ou ‘máquinas de habitar’” (LEFEBVRE, 2019, p. 97). Deve-se inverter o sentido e considerar o habitar, ou seja, priorizar as relações cotidianas e seus pormenores, o desconhecido e o ignorado, resgatando o verdadeiro significado de ser humano:

O ‘ser humano’ (não dizemos ‘o homem’) só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabrica à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobre determinando (LEFEBVRE, 2019, p. 98).

O método dialético deve ser a ferramenta para desvendar o espaço em lugar do método formal, lógico, considerando a complexidade das relações. Os problemas do espaço devem ser analisados a partir das contradições da sociedade e suas ações. (LEFEBVRE, 2008, p. 64).

A abordagem relacional é uma forma de reconhecer a importância da ação do ser humano. Conhecer o estoque de capital social na estrutura das redes que atuam nas ações é fundamental. Sabe-se que o processo de urbanização pode reduzir esse estoque. Conforme estudo desenvolvido por Rosero-Bixby (2006) com uma população de 12.000 adultos de oito países latino-americanos, foi demonstrado que o capital social diminui com a urbanização, embora os pobres nas áreas urbanas tenham uma participação comunitária um pouco maior. Isso ocorre em função do crescimento da cidade, que contraditoriamente, aumenta a proximidade e densidade populacional, mas reduz a intensidade das relações sociais.

Investir em capital social traz a possibilidade de bons resultados a médio e longo prazo. Dessa forma, a abordagem relacional pode e deve ser utilizada para a atuação no espaço. Através das redes sociais pode-se superar a problemática da atuação do poder público homogeneizante, em favor das diferenças presentes na sua área de atuação.

Agir em escala local a partir do território pode facilitar a ação em rede. Porém, não se pode deixar de agir também para a sua expansão, introduzindo nessa rede, mais atores, públicos, privados ou sociedade civil. Para Esparcia *et al* (2016) os processos de escala local (abordagem local) necessitam de planejamentos específicos, não generalizados. Tais planejamentos podem superar a dimensão econômica, em favor da conjunção desta com outras dimensões – institucional e social. A abordagem local é definida como um processo ou conjunto de processos, passando pela escala municipal à escala supramunicipal, descentralizados, enraizados no território, e de natureza abrangente (não somente econômica) (ESPARCIA *et al*, 2016).

É a composição da dimensão social que define os aspectos de cooperação, articulação, condicionando as estratégias da comunidade nos processos participativos.

[...] as relações e as redes de relações (de natureza política, econômica, social, religiosa, cultural, esportiva etc.), seriam, na perspectiva do capital social, o resultado ou seriam facilitadas por normas comuns, confiança entre os membros, ou valores (ou objetivos) compartilhados. Por sua vez, as relações determinariam o estoque de capital social e as mudanças que poderiam ocorrer nele. Portanto, o componente relacional do capital social tem influência direta nos processos de desenvolvimento dos territórios e sua evolução (ESPARCIA *et al*, 2016, p. 55).

Em suma, não se pode negligenciar as relações sociais nas intervenções espaciais. Somente através delas é que o poder público pode superar formas de planejamentos verticais em prol dos planejamentos democráticos e participativos. Investir em capital social é preciso para estimular a cooperação e participação da comunidade, envolvendo-a nas intervenções. Estimular as atividades cotidianas, criar espaços de convivência, lazer, e outras formas (objetos) que priorizem a coletividade e, conseqüentemente, criem um verdadeiro espaço social.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O capital social é um elemento importante quando se tem em conta a natureza da associação entre a ação coletiva e a política pública. O capital social revela o grau de coesão e articulação dos componentes de determinada rede social. Assim, a participação comunitária na elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial (PDST) pode ser avaliada através do capital social circulante nas redes pessoais dos atores que integram o Comitê de Articulação. O recurso metodológico mais apropriado para chegar aos indicadores de capital social na trama reticular é a Análise de Redes Sociais - ARS, pois consiste em instrumento de avaliação do envolvimento/apoio do grupo no planejamento em conjunto com o poder público para melhorias no bairro Granja de Freitas e sua macroárea. Além das métricas e abordagens sociológicas associadas à ARS, os conceitos de capital social e ação coletiva constituem as categorias analíticas que iluminam a questão proposta por esta pesquisa.

O processo metodológico utilizado nesta pesquisa será detalhado nas próximas seções, a saber: os sujeitos da pesquisa, a coleta e o tratamento dos dados. Pretende-se que esse conjunto de recursos, aliados às teorias sociológicas, permitam elucidar os padrões reticulares intrínsecos.

4.1 Os sujeitos da pesquisa e a coleta dos dados

A definição dos sujeitos da pesquisa ocorreu com base na própria formação do Comitê de Articulação com a divulgação e mobilização dos moradores dos bairros envolvidos – Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz. Inicialmente o grupo era constituído por quatorze pessoas que se dispuseram a acompanhar o desenvolvimento das ações ligadas ao plano e que se reúnem com a URBEL frequentemente para atividades de formação e discussão do planejamento, através de plataformas digitais em função da pandemia da Covid-19. Desde a primeira reunião, ocorrida em maio de 2021, o número de integrantes do Comitê vem se reduzindo, todavia, o levantamento dos dados relacionais e de atributo realizado na pesquisa de campo tem como referência a composição inicial do Comitê.

Os dados empíricos foram obtidos em três etapas:

- I - Entrevistas semiestruturadas, realizadas com cada um dos quatorze integrantes do Comitê de Articulação. Nas entrevistas foi possível obter informações gerais sobre o bairro e atuação dos entrevistados nos movimentos sociais locais e fora dos limites da macroárea.

As entrevistas eram compostas de questões ligadas à atuação do entrevistado no bairro, seja em grupos de apoio, associações comunitárias ou outro correlacionado. Nelas cada entrevistado contou sua história e sua ligação com o bairro, constituindo em fonte rica em informação sob a perspectiva do morador sobre a formação do Granja de Freitas e da relação com seu entorno.

- II - Aplicação de questionário, dividido em duas partes. Na primeira parte – Bloco Sociodemográfico - os entrevistados responderam às questões relacionadas aos seus atributos com a finalidade de qualificá-los enquanto indivíduo. Esse tipo de informação leva à compreensão dos fatores que levam um indivíduo a fazer determinadas escolhas e adotar certos comportamentos. Os entrevistados responderam às questões referentes à sua idade, sexo, cor etc.

Essa etapa também incluiu questões relacionadas à situação do bairro no que se refere à infraestrutura e a percepção dos entrevistados sobre o local. Foi possível captar também as expectativas de cada um em relação ao Plano de Desenvolvimento Socioterritorial, o grau de conhecimento do instrumento de planejamento e de que forma poderiam contribuir para a sua elaboração.

Na segunda parte – Bloco Relacional - as questões tinham como objetivo o levantamento das redes pessoais dos quatorze integrantes do Comitê de Articulação. Cada um deles citou dez pessoas com as quais se relacionavam e com as quais conversaria sobre os problemas do bairro. Responderam também se poderiam contar com o seu apoio na elaboração do plano e nas ações coletivas em geral.

O objetivo era coletar informações que podem ser agrupadas em dois conjuntos. O primeiro corresponde ao levantamento do tipo de relação - familiar, de amizade, de trabalho, de conhecimento etc., existente entre cada um dos dez indivíduos pertencentes à rede pessoal do entrevistado. Alguns entrevistados disseram haver mais de um tipo de relação entre ele e

certos componentes da sua rede. Nesses casos, para que os dados não gerassem matrizes assimétricas, optou-se por considerar a relação de maior peso. Por exemplo, se um entrevistado informasse que entre ele e um dos alteri de sua rede havia relação de amizade e trabalho, considerou-se a primeira, de amizade, como a de maior peso. Esta parte da pesquisa ocorreu nos meses de julho e agosto de 2021. Já o segundo conjunto de informações corresponde à existência ou não de relação entre os integrantes da rede pessoal do entrevistado e ao grau de proximidade que a relação admite, a saber: distante, pouco próximo, próximo e muito próximo. O levantamento desses dados ocorreu no mês de outubro de 2021, também por via remota.

As entrevistas e questionários foram realizadas simultaneamente. (APÊNDICE A)

- III - Participação nas reuniões que aconteceram entre o Comitê de Articulação e a URBEL. Essa participação foi importante para observar e coletar informações do contexto no qual o grupo se reúne e se deu durante toda a pesquisa.

Todas as etapas da coleta de dados ocorreram de forma remota em razão da pandemia da Covid-19, pois a maior parte dos envolvidos não tinha concluído o esquema vacinal e, em razão disso, as plataformas virtuais para reunião e aplicativos de mensagens foram os meios de comunicação utilizados.

Todas as entrevistas foram previamente autorizadas pelos entrevistados através da assinatura do Termo de Consentimento de Entrevista.

4.2 Procedimentos de análise e tratamento de dados

A análise e tratamento dos dados empíricos ocorreu a partir dos recursos disponibilizados pelos programas Ucinet e NetDraw. Por meio deles foi possível tratar as informações quantitativas e realizar a análise embasadas nas teorias sociais relacionadas ao estudo das Redes Sociais.

Os dados quantitativos enviados ao Programa Ucinet geraram as medidas de coesão e de centralidade. Esses conceitos - coesão e centralidade - são fundamentais para entender como os indivíduos se posicionam nas redes sociais, a fim de mobilizar recursos em torno dos objetivos. Os grafos foram obtidos a partir do NetDraw.

As medidas de rede selecionadas estão dispostas a seguir:

- I – Medidas de Coesão:

- Densidade;
- Distância geodésica;
- Diâmetro;
- Centralização de grau;
- Coesividade (*Compactness*) e Fragmentação (*Breadth*);
- Clique.

- II – Medidas de Intermediação:

- Centralidade *Closeness*,
- Centralidade *Eigenvector*;
- Centralidade *Betweenness*.

Os resultados obtidos por esses procedimentos serão discutidos no capítulo a seguir.

5 O GRANJA DE FREITAS E SUA MACROÁREA: ESPAÇO DE MÚLTIPLAS RELAÇÕES

O espaço sobre o qual o Comitê de Articulação atua, em parceria com a URBEL, é o resultado de múltiplas relações de natureza diversa que ali ocorrem. A partir da década de 1990 tem-se a implantação de residenciais construídos pelo poder público, destinados à moradia de famílias de várias origens. É marcado também pela intensa movimentação social, resultado da luta de moradores do entorno.

A participação ativa das lideranças comunitárias na construção do Granja de Freitas, residentes nos bairros adjacentes, Taquaril e Alto Vera Cruz, contribuiu para que fossem formadas redes de apoio que sustentam, até os dias atuais, ações integradas no território, tais como projetos esportivos destinados às crianças e adolescentes, distribuição de cestas básicas, dentre outras, formando laços de solidariedade. Segundo o entrevistado E12, o Granja de Freitas “é como uma extensão mesmo. Acho que por causa dessa vinculação do terreno, da gente conhecer a história, né? [...] pra mim eu não diferencio não [...] (a comunidade do Granja) é co-irmã”⁵⁷ (Informação verbal).

O Comitê de Articulação pode ser visto como a união de representantes dessa população, que compartilha o desejo de ver melhorias de forma que atendam às suas demandas, desde muito reivindicadas e não atendidas.

Este capítulo traz a abordagem do Comitê de Articulação à luz da Análise de Redes Sociais - ARS. Como toda análise estrutural, os dados de atributo e os dados relacionais são variáveis importantes para compreender a formação social permeada pelas relações entre os membros do grupo - os atores. Além delas, a variável de apoio às ações do Plano de Desenvolvimento Social – PDST será incluída como forma de verificar se a estrutura social é favorável à ação coletiva e se o apoio dos indivíduos pertencentes às quatorze redes sociais é propício à execução do plano.

Seguindo a metodologia característica da ARS, na primeira seção serão exploradas as informações de atributo sobre os quatorze egos; na segunda seção, serão analisadas as variáveis relacionais com base em métricas de redes sociais, ligadas a dois conceitos-chave na abordagem

⁵⁷ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

estrutural: coesão e intermediação; e, por último, serão introduzidas na discussão as informações sobre a existência ou não de apoio nas redes sociais em relação à elaboração e à consecução do PDST, a fim de avaliar as bases de sustentação da ação coletiva.

Ao final do capítulo, serão apresentados quatro sociogramas para ilustrar as posições estruturais e a forma pela qual elas, as posições estruturais, podem facilitar ou constranger os resultados finais esperados.

5.1 O Comitê de Articulação e as raízes socioespaciais de sua formação

Uma análise descritiva resumida dos dados de atributo dos integrantes do Comitê de Articulação é apresentada na Tabela 2. As variáveis de atributo dizem respeito às propriedades individuais dos atores, tais como sexo e religião, além de comportamento, maneira de agir ou interpretar os fatos (LAZEGA, HIGGINS, 2014, p. 17). Essa etapa é complementar à análise das variáveis relacionais e dá suporte à avaliação qualitativa.

Tabela 2 - Variáveis de Atributo do Comitê de Articulação do PDST - Manaus, bairro Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021

Atributo	Número	%
Sexo		
Feminino	8	57,14
Masculino	6	42,86
Cor/Etnia		
Preta	8	57,14
Parda	6	42,86

Idade (anos)

até 39	4	28,57
de 40 a 52	4	28,57
de 53 a 58	4	28,57
acima de 59	2	14,29

Religião

Cristã (Católica e Evangélica)	7	50,00
Espírita	1	7,14
Nenhuma	6	42,86

Escolaridade

Ensino Fundamental Incompleto	1	7,14
Ensino Fundamental Completo	2	14,29
Ensino Médio Completo	7	50,00
Técnico/Tecnólogo	1	7,14
Ensino Superior Incompleto	1	7,14
Ensino Superior Completo	1	7,14
Pós Graduação	1	7,14

Ocupação/Profissão

Artes, Cultura, Esporte, Recreação e Atividade Associativa	6	42,86
Comércio e Serviço	5	35,71
Educação, Saúde e Assistência Social	2	14,29
Desempregado	1	7,14

Renda

Renda Formal	5	35,71
Renda Informal	5	35,71
Sem renda	4	28,57
Recebe auxílio governamental	6	42,86
Auxílio Doença	1	16,67
Auxílio Emergencial	4	66,67
BPC	1	16,67

Valor Total da Renda

Acima de 1 s.m.	4	28,57
Abaixo de 1 s.m.	10	71,43

Local de moradia

Granja de Freitas	9	64,29
Alto Vera Cruz	2	14,29
Taquaril	2	14,29
RMBH	1	7,14

Relação principal com o Granja de Freitas

Moradia	9	64,29
Moradia de amigos/parentes	1	7,14
Participação em movimentos sociais	4	28,57

Participação Comunitária

Participam de movimentos somente no Granja	1	7,14
Participam de movimentos somente fora do Granja	2	14,29
Participam de movimentos dentro e fora do Granja	10	71,43
Não participa de nenhum movimento	1	7,14

Tempo de Participação em Movimentos sociais

Sem participação	1	7,14
Até 14 anos	4	28,57
Acima de 15 anos	9	64,29

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Em primeiro lugar, a análise dos quatorze atores mostra uma predominância do sexo feminino e da cor preta, ambos com a porcentagem de 57,14%. A idade varia entre 24 a 61 anos, sendo a média de 48 anos, abrangendo uma distribuição mais equitativa nos intervalos etários, com exceção do último – acima de 59 anos, com dois representantes. Metade dos atores pratica a religião cristã (católica e evangélica) e uma parte considerável afirma não praticar religião alguma – 42,86%. Em relação à escolaridade, metade possui o Ensino Médio completo, seguido do Ensino Fundamental Completo.

Quase a metade dos atores exercem atividades ligadas às Artes, Cultura, Esporte, Recreação e Atividade Associativa⁵⁸, como por exemplo, artesãos, músicos, reciclagem de materiais, entre outros. A segunda atividade mais representativa é a de Comércio e Serviço (35,71%), seguida de Educação, Saúde e Assistência Social (14,29%). Deste grupo, uma pessoa estava desempregada em decorrência da pandemia. A renda recebida por eles varia de zero a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), entre renda formal (35,71%) e informal (35,71%), e quatro pessoas não apresentavam nenhum tipo de renda (28,57%). É importante ressaltar que devido à pandemia da Covid-19 todos os atores tiveram redução na renda, seja ela formal ou informal.

⁵⁸ As atividades foram agrupadas conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. (IBGE, 2015).

Entre os que responderam não estar recebendo algum tipo de renda (4), três recebiam somente benefícios do governo como o Auxílio Emergencial⁵⁹ (1), Benefício de Prestação Continuada – BPC⁶⁰ (1) e Auxílio Doença⁶¹ (1). A maior parte deles vive com menos de um salário mínimo (71,42%)⁶², sendo que três deles declararam não receber nenhum tipo de renda além dos auxílios governamentais e do apoio da família e de terceiros.

A maioria dos atores mora no Granja de Freitas (64,29%), seguido dos bairros Alto Vera Cruz (14,29%) e Taquaril (14,29%). Um dos atores morava provisoriamente no município de Santa Luzia, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. A sua mudança ocorreu após o aumento nos gastos com o aluguel em imóvel no Bairro Taquaril, durante a pandemia. No entanto, mantém os vínculos com o local.

Todos os nove atores residentes no Granja de Freitas moram nos residenciais construídos pela URBEL, e, por esse motivo, foi considerada essa a relação preponderante com o bairro (moradia). O ator E08 é o morador mais antigo e foi um dos primeiros a ser reassentado no Residencial 29 de Junho, em 1998, no Granja de Freitas I. O ator E07 foi reassentado mais recentemente, aproximadamente no ano de 2016, em razão da remoção de sua moradia pelo PAC Vila Viva Taquaril.

Apesar de não residirem no Granja de Freitas, os outros cinco atores têm alguma relação com o bairro. Quatro atores, representando 28,57%, afirmaram frequentar o bairro Granja de Freitas, sobretudo, por meio da participação em movimentos sociais, e, somente um afirmou que a única relação com o bairro é ter amigos e parentes morando no local.

Outra característica importante a ser analisada é a participação comunitária. A maior parte dos atores, 71,43%, participa de movimentos sociais dentro e fora do Granja de Freitas. Dois atores participam de movimentos sociais somente fora do bairro e um, somente dentro do bairro. Um dos atores não participa e nunca participou de nenhum movimento social.

⁵⁹ Auxílio pago à pessoa que teve redução ou perda de renda, em decorrência da pandemia da Covid-19, no valor de R\$ 150,00.

⁶⁰ Benefício pago a idoso ou a pessoa com deficiência, de qualquer idade. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais>. Acesso em: 14 maio 2022.

⁶¹ O Auxílio-Doença é um benefício pago pelo governo federal às pessoas temporariamente incapacitadas por motivo de doença ou saúde, situação comprovada através de perícia. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/auxilios/auxilio-doenca>. Acesso em: 14 maio. 2022.

⁶² O salário mínimo vigente durante as entrevistas era vigente em 2021, de R\$1.100,00. A partir de 01 de janeiro de 2022 o salário mínimo passou a ser R\$1.212,00. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/12/trabalhadores-passam-a-receber-salario-mini-mo-de-r-1-2-mil-a-partir-de-1-de-janeiro>. Acesso em: 14 maio. 2022.

A participação em movimentos sociais é uma característica fundamental para o entendimento das relações que se dão no bairro e sua articulação com a macroárea e com a cidade. Sabe-se que a formação do Granja de Freitas ocorreu após muita luta dos movimentos pró-moradia nas décadas de 1980 e 1990. A maior parte dos atores está há mais de quinze anos nos movimentos sociais – 64,29% - e alguns deles têm ligação direta com a formação do bairro. O ator E09, por exemplo, relata a sua participação na mobilização para a fundação do Granja de Freitas:

[...] fizemos várias das passeatas porque como o terreno aqui ficou naquela situação que o pessoal querendo invadir [...] veio os movimento [...] né? Ah, vamo reportar ao poder público pra (*sic*) poder fazer as moradias, né? E fizemos várias manifestações, colocamos até bandeira do Brasil, fizemos estaca no território [...]. Aí minha relação já foi se aprofundando (Informação verbal)⁶³.

A minoria dos atores participa há menos de quinze anos nos movimentos sociais. Há uma variedade de grupos, citados pelos atores, que agregam os participantes em torno da luta comunitária, os quais pode-se, para fins analíticos, dividi-los em: locais, que incorporam os limites dos bairros Granja de Freitas, Alto Vera Cruz e Taquaril; e externos, de dimensões municipais, estaduais e até mesmo nacionais.

Os grupos de movimentos locais são: Viva o Granja, Criação e Solidariedade, Casa do Hip Hop, Grupo de Empreendedores, Coletivo de Coordenadoras de Núcleos de Sem Casa Unidas, Movimento de Assistência Comunitária do Conjunto Taquaril, Granja de Freitas e Adjacências, Grupo de Moradia Associação de Desenvolvimento Habitacional e Comunitário do Granja de Freitas. Os grupos de movimentos externos são: a Central Única de Favelas – CUFA, Coletivo de Jovens Negras, Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde – Sind-Saúde⁶⁴, da Associação dos Moradores de Aluguel da Grande BH – AMABEL, Ministério Evangélico de Assistência Social – MEIA, Sindicato Estadual dos Sociólogos, Grupo de Mulheres Vida com Arte, Fórum de Coordenadores de Núcleo, Movimento Nacional de Luta por Moradia, Conselho Estadual do Parque da Baleia, Conselho Municipal de Política Urbana, Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte, Associação Comunitária do Jardim Taquaril, Conselho Municipal do Esporte, Grupo Gestor do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, Conselho Local do Posto de Saúde no Novo Horizonte, Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Regional de Transporte Público, Gerência do Centro Artes e

⁶³ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

⁶⁴ Para preservar a identidade do entrevistado optou-se por não indicar a qual região o Sind-Saúde se refere.

Esportes Unificado - CEU Taquaril, o Para Elas – Por Elas, Por Eles, Por Nós⁶⁵, e o Rede Aberta L4 e Comunidades Solidárias.

Os atores são muito engajados em projetos sociais, ações culturais e de esporte, como aulas de futebol, oficinas de artesanato, escola de hip hop e organização de eventos beneficentes, como por exemplo, o Dia das Crianças com distribuição de presentes, lanches e atividades de recreação. Atuam constantemente na busca de melhorias para a macroárea e reconhecem que há vários problemas que precisam enfrentar e tentar incluir no plano em curso. Os problemas citados foram: a iluminação pública insuficiente; problemas de acessibilidade; transporte público insuficiente; falta de escola de Ensino Médio, de área de lazer e esporte; existência de poucos estabelecimentos comerciais; segurança; problemas condominiais; educação ambiental e engajamento comunitário.

Segundo o ator E01:

[...] a iluminação das luzes é muito precária. É muito escuro, tem muito [...] mato né, muito fechado, né, então poderia ser mais iluminado.

[...] do (Residencial) Amazonas [...] pra atravessar pro outro lado, uma pessoa idosa, tem que pegar um ônibus de qualquer jeito. Porque tem a rua do grupo mas 'ce' passa dentro de uma pinguela. Não tem jeito. [...] Pra ter acesso ao comércio local do bairro que é na rua São Vicente. Então, ou a gente dá uma volta muito grande ou tem que pegar ônibus porque passar pelo atalho teria um fácil acesso se eles terminassem a rua do Grupo. Porque a rua do Grupo ele (*sic*) sai direto aqui no residencial. Mas é um matagal, é muito estreita a passagem, né? Pessoa idosa não tem condição de subir uma escadinha, uma escadinha de pau mesmo, que às vezes tem que subir, que descer e subir né? Então as pessoas não tem condição. Eu mesmo, eu morro de medo de passar nesse local. É bem no meio do mato mesmo. [...] Ou você pega um ônibus pra ir até lá ou você dá uma volta assim, de uns 40 minutos caminhando (Informação verbal).⁶⁶

Ainda sobre a acessibilidade e o transporte local, o E05 declara que:

Esses dias eu fui [...] no CEVAE⁶⁷, aí tem um suplementar que passa no Taquaril e vai pra lá. Misericórdia! Eu fui...eu fui de Uber, melhor. Porque não demora. O ônibus demora, e se eu quiser ir do Taquaril pro Granja, mais rápido, eu tenho que ir pro centro pra pegar o ônibus lá no centro pra (*sic*) pegar ele (*sic*), passando por [...] Sabará pra subir. E é pior, porque tipo do Taquaril, se eu cortar ali ou andar de ônibus, de Uber não dava 5 minutos (Informação verbal).⁶⁸

⁶⁵ Projeto de extensão da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG que atua no combate à violência de gênero. Localmente, os participantes atuam como facilitadores nas oficinas. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/projeto-na-ufmg-encoraja-mulheres-a-lutarem-contra-violencia>. Acesso em: 10 jul. /2022.

⁶⁶ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

⁶⁷ CEVAE – Taquaril, ou Centro de Vivência Agroecológica Taquaril, localizado no Bairro Granja de Freitas. É uma estrutura ligada à Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica da Prefeitura de Belo Horizonte.

⁶⁸ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

A segurança também é vista como problema para os atores. O E12 afirma que a construção dos residenciais para os quais foram levadas famílias de várias partes do município foi um fator que agravou a violência, uma vez que:

[...] Quando foi feito o reassentamento, especificamente no Granja, a gente não recebeu um tratamento igual ao restante da cidade. Eu vou citar por exemplo a Vila São José. Na Vila São José foi respeitado né, os limites ali de quem morava dentro da Vila São José pra fazer o reassentamento. Então os próprios moradores da vila inclusive nem aceitou gente de fora [...]. Aqui no Granja a gente não conseguiu fazer isso porque é um reassentamento de diversas naturezas que temos aqui, uma diversidade imensa de reassentamento de família. [...] Acabou que o próprio poder público misturou por exemplo, né, as famílias que a gente tinha mais problemas sociais aqui no Taquaril, com famílias que veio (*sic*) com os mesmos problemas da Serra, de Venda Nova, do Barreiro [...]. E aí acabou que favoreceu uma disputa de comércio ilegal na região (Informação verbal).⁶⁹

A falta de comércio e de linhas de ônibus que atendam às demandas dos moradores foi citada por mais da metade dos membros do grupo que moram no bairro (cinco dos nove moradores). O E11 afirma que:

[...] o maior problema é a gente não ter um supermercado. Tinha uma área lá, é, que a gente inclusive tinha conversado com o Henrique [diretor da Leste] que ali poderia fazer uma parceria ou com o BH ou com o Epa pra levar um supermercado pra lá e ele disse que já estavam conversando inclusive né, com essas redes, pra ir lá pro Granja. E agora há pouco tempo eu fiquei sabendo que o terreno foi doado pra uma igreja. [...] tem os comércios pequenininhos na São Vicente, mas do outro lado é como se fossem dois Granjas, do outro lado não tem nada né? Tem um sacolãozinho, dois salões de beleza, não três [...] agora tem um açougue também [...] (Informação verbal).⁷⁰

Em relação ao transporte, o mesmo ator disse que, embora o transporte seja insuficiente, já houve uma melhora após a mobilização da comunidade, que protestou contra os grandes intervalos de saída dos ônibus. Segundo o ator, as pessoas “queimaram pneus, fecharam as ruas. Hoje tem transporte de 20 em 20 minutos, mas só de bairro a bairro” (Informação verbal).⁷¹

É certo que os componentes do Comitê de Articulação possuem um perfil que muito contribui para a articulação entre o poder público e a comunidade, pois a história de atuação da maior parte deles está intrinsecamente ligada à formação do bairro Granja de Freitas. A experiência da maior parte dos atores na mobilização social, em torno de melhorias, é grande, e alguns deles são referência para os demais. Conforme afirmado pelo ator E05:

“Quem tá lá dentro, quem tá dentro desse grupo tem muita voz. [...] gostei muito que (Ator E12) também pegou, que (Ator E12) é aquela pessoa assim: eu vou puxar o

⁶⁹ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

⁷⁰ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

⁷¹ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

bonde e o bonde vai todo mundo, entendeu? E ela levanta muito a bandeira de líder comunitária, pra ajudar (Informação verbal).⁷²

Em suma, há grande potencial para que a participação dos atores resulte em uma identificação das demandas e elaboração de propostas a fim de levar melhorias à macroárea. Na seção seguinte serão avaliadas as variáveis relacionais.

5.2 O Comitê de Articulação sob a perspectiva da Análise de Redes Sociais – ARS

A posição que cada ego (ator) ocupa em determinado grupo diz muito sobre a influência que ele exerce sobre os alteri e como estes últimos também influenciam o primeiro. Tal ação pode ser explicada sob a perspectiva do capital social, na qual cada métrica serve ao propósito de captar a forma pela qual cada membro da rede age, evidenciando a facilidade ou constrangimento existentes na articulação para atingir determinados objetivos.

Nesta seção, as medidas de capital social obtidas com base na Análise de Redes Sociais – ARS serão explicitadas a fim de identificar se o Comitê de Articulação possui as características necessárias para que o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST seja desenvolvido. A inserção dos atores⁷³ na rede social é aqui analisada com base nas medidas de coesão e de intermediação, métricas representativas do capital social, para avaliar se existe um ambiente social favorável à implantação do PDST. Desse modo, as medidas de rede aplicadas às informações obtidas através das entrevistas permitirão extrair os padrões reticulares existentes.

As medidas de coesão selecionadas foram a densidade, a distância geodésica, o diâmetro, a centralização de grau, o clique, a coesividade (*compactness*) e a fragmentação (*breadth*). Já as medidas de intermediação são a centralização de intermediação (*betweenness*), a centralização de proximidade (*closeness*) e a centralização *eigenvector*.

As medidas de coesão permitem identificar o quão unidos são os componentes de uma rede social. Através dessas medidas, pode-se inferir a capacidade de mobilização de recursos

⁷² Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

⁷³ Os quatorze membros do Comitê de Articulação são denominados atores. Já os nós inseridos em cada rede social correspondente são denominados alteri (plural).

em prol de determinado objetivo e a difusão da informação entre os atores. Redes mais coesas significam maior eficiência e fluidez na transmissão de informação. As medidas reticulares que indicam a coesão estão dispostas na Tabela 3.

Tabela 3 – Medidas Reticulares de Coesão - Capital Social do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021

Ator	Dens %	DistGeo	Diã m	Grau %	Clique
E01	64,0	1,356	2	44,44	5
E02	93,3	1,067	2	8,33	2
E03	100,0	1,000	1	0,00	1
E04	100,0	1,000	1	0,00	1
E05	33,0	2,022	4	41,67	6
E06	100,0	1,000	1	0,00	1
E07	93,3	1,067	2	8,33	2
E08	82,2	1,178	2	22,22	3
E09	100,0	1,000	1	0,00	1
E10	95,6	1,044	2	5,56	2
E11	97,8	1,022	2	2,78	2
E12	91,1	1,089	2	11,11	2
E13	82,2	1,178	2	22,22	5
E14	37,8	1,483	3	36,11	2

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A análise dessas medidas mostra o agrupamento dos atores (egos) em dois grupos distintos: o Grupo A formado pelas redes E02, E03, E04, E06, E07, E08, E06, E10, E11, E12 e E13. e o Grupo B, formado pelas redes E01, E05 e E14. O primeiro grupo corresponde às medidas de capital social que indicam um ambiente social mais favorável à transmissão de informação. Se assim é, a expectativa é a de que esse grupo, com base nas demandas levantadas pelos agentes públicos e pela população residente na macroárea, venha a ser o multiplicador do plano e trabalhe efetivamente na elaboração dele. A esse grupo, também caberia a maior responsabilidade por monitorar e garantir a articulação com agentes públicos, privados e sociedade civil. Dentro dessa perspectiva, a densidade, distância geodésica, diâmetro, grau de

centralização e clique permitem avaliar a união do grupo na mobilização de recursos existentes nas redes sociais de cada ator.

A densidade em redes de relações não direcionadas, como é o caso das quatorze redes pesquisadas, evidencia o número de laços presentes expresso como proporção do total possível de laços. Sendo assim, em uma rede de tamanho 10, o máximo de nós que um ego pode receber é 9 ($n-1$). Para Hanneman e Riddle (2005), as pessoas envolvidas em redes de alta densidade respondem de forma diferente aos desafios do entorno em comparação com as que possuem baixa densidade. Em regra, as redes mais densas são mais coesas no que se refere às relações sociais. (Tabela 3).

A densidade das redes do Grupo A ficaram acima da média para essa medida, que é de 83,6%. Quatro delas (E03, E04, E06 e E09) se mostraram bem densas, com índice de 100%, ou seja, cada alteri apresenta o mesmo número de relações (nove). Já no Grupo B, as três redes apresentaram índices bem abaixo da média, especialmente a rede E05, com densidade de 33%.

Assim como a densidade, a distância geodésica e o diâmetro também exibem padrões diretamente ligados à coesão, facilitando o acesso à informação. Em grandes distâncias, a informação leva mais tempo para chegar aos nós mais distantes e a sua variabilidade está relacionada com a estratificação e diferenciação, já que indivíduos mais próximos entre si têm maior probabilidade de exercer poder em relação aos mais distantes. (HANNEMAN; RIDDLE, 2005)

A distância geodésica é a menor sequência de passos que conecta os nós, e por isso mesmo, é a conexão mais eficiente (SOARES, 2002). Em contrapartida, o diâmetro se refere à maior distância entre os nós e mostra o quão longe um indivíduo está em relação ao outro. (Tabela 3).

Analisando o conjunto das redes com base na distância geodésica, verifica-se que essas distâncias são pequenas em relação ao número de nós⁷⁴, pois apresentam média de 1,2 passos: a distância geodésica mínima é de 1 passo e a máxima, de 2. O Grupo A apresenta as menores distâncias geodésicas e o B, as maiores. A maior distância geodésica é a da rede do ator E05 – 2,022. Em relação ao diâmetro, mais uma vez observa-se que no primeiro grupo de redes estão os menores diâmetros e no segundo, os maiores. A rede do ator E05 é também a que comporta a maior medida – 4.

⁷⁴ As redes pessoais são de tamanho $T=10$, ou seja, possuem dez nós.

A centralização de grau das redes sociais é também um importante índice de coesão uma vez que expressa, em porcentagem, a dispersão das centralidades de grau dos atores pertencentes a uma rede qualquer em comparação com uma rede estelar de igual tamanho. Na rede em que o índice é igual a zero, todos os seus membros apresentam os mesmos números de laços diretos. Em contrapartida, uma rede em que o índice de centralização de grau é 100%, significa que em apenas um nó estão concentrados todos os laços diretos. Uma rede de centralização de grau de 0% é mais coesa e democrática, pois nela a troca de informação é facilitada pela distribuição igualitária das relações. Ao analisar os indicadores de centralização de grau das redes sociais dos atores do Comitê de Articulação verifica-se uma variação média de 14,5%. Os menores índices manifestam-se nas redes do Grupo A, e, mais uma vez, as redes E03, E04, E06 e E09 apresentam índice de 0%. Isso torna o fluxo mais intercambiável e democrático, pois não há indivíduos que se destacam em relação aos demais. Por outro lado, as redes mais centralizadas são as dos atores do Grupo B, cujos índices estão bem acima da média, chegando a 44,4% na rede do ator E01 (Tabela 3).

Por sua vez, os cliques enfatizam a coesão sob a perspectiva de formação de subgrupos coesos, subgrupos esses compostos por, no mínimo, três ou mais nós cujos laços são adjacentes a todos eles. Os agrupamentos ocorrem, não em virtude do pertencimento ou de identidade, mas sim de um setor denso dentro de uma rede (HIGGINS; RIBEIRO, 2018). A identificação dos cliques lança mão da abordagem “de baixo para cima” (*bottom up*) e mostra como os padrões de solidariedade e conexão da rede (macro) emergem dos subgrupos (micro). O foco passa primeiramente pelo indivíduo como forma de entender de que modo as relações se desenvolvem a ponto de atingir a rede na sua totalidade (HANNEMAN; RIDDLE, 2005).

A média de cliques encontrados nas quatorze redes é de três e a distribuição dos índices em dois grupos ratificam as demais medidas supra. A maior quantidade de cliques é apresentada pelas redes dos atores do Grupo B, e, a menor, pelos atores do Grupo A. Assim, nas redes do Grupo B (Tabela 3). Uma exceção encontrada é a presença de cinco cliques na rede social do ator E13, do primeiro grupo. No entanto, os altos índices de centralização e de densidade sugerem que entre os seus nós existem os que fazem o papel de ponte, ligando um clique a outro.

Os índices de coesividade (*Compactness*) e de fragmentação (*Breadth*) complementam as informações sobre a compacidade das redes sociais. Eles variam de 0 a 1: nas redes mais compactas estão próximas ou iguais a 1 e, nas menos compactas, próximas ou iguais a 0. A

fragmentação é indiretamente proporcional à coesividade (HANNEMAN; RIDLE, 2005). Sob essa perspectiva, as redes do Grupo B são mais fragmentadas, o que sugere um prejuízo para o fluxo de informação, pois a fragmentação afeta a fiabilidade da informação: podem ocorrer várias retransmissões e alterações no seu conteúdo (Tabela 4).

Tabela 4 - Medidas Reticulares de Coesividade (*Compactness*) e de Fragmentação (*Breadth*) das Redes Sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021

Ator	<i>Compactness</i>	<i>Breadth</i>
E01	0,82	0,18
E02	0,97	0,03
E03	1,00	0,00
E04	1,00	0,00
E05	0,61	0,39
E06	1,00	0,00
E07	0,97	0,03
E08	0,91	0,09
E09	1,00	0,00
E10	0,98	0,02
E11	0,99	0,01
E12	0,96	0,04
E13	0,91	0,09
E14	0,50	0,50

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O segundo conjunto de medidas de centralidade são fundamentais para avaliar a estrutura social ligada às noções de poder, liderança, controle, entre outras, referentes à posição estrutural de um ator. Para Wasserman e Faust (1994) as medidas de centralidade revelam a proeminência do ator ou de um grupo; Degenne e Forsé (1999) e Hanneman e Riddle (2005) relacionam a centralidade com a noção de poder. Freeman (1975) destaca que um ponto central é o ponto focal da informação, ponto essencial para o fluxo de informação. Lazega e Higgins (2014) destacam a importância da centralidade para um ator que se encontra engajado em várias relações.

Em Análise de Redes Sociais – ARS as medidas de centralidade tomam por referência a rede estrela. Nela o nó mais central corresponde ao grau máximo de 100% e, o mais periférico,

ao grau mínimo de 0%. O indivíduo que está posicionado no centro da rede estrela tem maior probabilidade de exercer o controle sob os demais e controlar o fluxo de informação.

As métricas selecionadas para identificar os padrões de centralidade existentes nas redes pessoais dos integrantes do Comitê mostram que a distribuição das redes em dois grupos, o A e o B, guarda pertinência com o agrupamento sugerido pelas métricas de coesão. Os índices de centralidade estão dispostos na tabela 5.

Tabela 5 - Medidas Reticulares de Intermediação - Capital Social do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021

Ator	Clos %	Eigen %	Betw %
E01	56,66	20,27	15,12
E02	12,99	4,04	0,62
E03	0,00	0,00	0,00
E04	0,00	0,00	0,00
E05	41,47	58,48	40,33
E06	0,00	0,00	0,00
E07	12,99	4,04	0,62
E08	32,20	12,12	3,09
E09	0,00	0,00	0,00
E10	9,02	2,76	0,26
E11	4,72	6,33	0,08
E12	17,17	5,66	0,82
E13	32,38	14,60	2,83
E14	-	44,94	14,20

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

A primeira medida de centralidade a ser analisada é a de proximidade (*closeness*); essa medida avalia a autonomia de um ator, visto que ela se baseia na distância mais curta (geodésica) entre todos os atores da rede. Um indivíduo que está mais próximo dos demais não depende de outro quando precisa de uma informação; se ele tem que percorrer uma distância menor para ter acesso à informação, então ele tem mais autonomia para fazer suas escolhas. A redução das distâncias implica na redução de transmissores de determinado fluxo (FREEMAN, 1978). Um nó é central sob essa abordagem se ele consegue acessar rapidamente os demais. (WASSERMAN; FAUST, 1994) Essa medida não leva somente em consideração os laços diretos, mas também os indiretos.

Quando aplicado à rede total, o índice de proximidade leva em consideração todas as distâncias entre os nós. Quanto mais baixo o índice, mais próximos os nós estão uns dos outros. Altos índices de proximidade indicam que poucos nós estão sendo ponto de inflexão das relações existentes.

Os dados constantes na Tabela 5 mostram que as redes do Grupo A apresentam os menores índices de proximidade, abaixo da média de 15,7%, sugerindo que os nós estão bem próximos uns dos outros. Não há entre eles um nó que concentre o fluxo; todos são independentes e esse fato faz com que as redes sejam mais eficientes com respeito às trocas.

Em contrapartida, às redes do Grupo B correspondem os índices maiores; pode-se inferir que mais de um nó detém o controle do fluxo, e, como consequência, o restante dos nós comportam maior dependência da sua atuação.

É importante ressaltar que para a rede do ator E14 não há índice de proximidade da rede total pelo fato de que existem dois nós isolados dos demais (n01 e n02).⁷⁵ Avaliando-os em relação aos demais atores das demais redes em geral, verifica-se que os nós n01 e n09 dessa rede são os que possuem menor índice de centralidade de proximidade dentre todos os demais. A comunicação somente ocorre com o ego E14, dele necessitando para adquirirem informações. (Tabela 6).

⁷⁵ A medida de proximidade (*closeness*) só é possível de ser aferida se a rede estiver totalmente conectada.

Tabela 6 - Medidas de Proximidade (*Closeness*) por Alteri do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte - 2021

Alteri	n01	n02	n03	n04	n05	n06	n07	n08	n09	n10
Ator										
E01	100.0	69.2	100.0	75.0	64.3	81.9	56.3	69.2	69.2	75.0
E02	75.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	90.0	90.0	90.0
E03	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
E04	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
E05	45.0	69.2	56.3	50.0	45.0	69.2	33.3	47.4	56.3	45.0
E06	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
E07	75.0	100.0	100.0	90.0	90.0	90.0	100.0	100.0	100.0	100.0
E08	100.0	100.0	100.0	100.0	81.8	75.0	75.0	81.8	75.00	75.0
E09	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
E10	90.0	90.0	100.0	81.8	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
E11	90.0	100.0	90.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
E12	100.0	100.0	100.0	81.8	100.0	81.8	81.8	81.8	100.0	100.0
E13	100.0	90.0	75.0	90.0	75.0	81.8	69.2	100.0	100.0	81.8
E14	11.1	32.1	31.0	30.0	32.1	28.1	28.1	25.7	11.1	30.0

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Uma maneira de refinar o índice de proximidade (*closeness*) é através da centralidade *eigenvector*, a qual permite buscar padrões existentes na estrutura social total e sua influência nos indivíduos, informando o quanto a proximidade de um nó repercute na totalidade da rede. Os nós que manifestam altos valores *eigenvectors* são os mais centrais em relação ao padrão dominante; os que revelam menores valores são os mais periféricos (HANNEMAN; RIDDLE, 2005).

O indicador de centralização *eigenvector* da rede total descreve em porcentagem a dispersão em referência a uma rede estelar de igual tamanho. Uma rede de métricas de 0% significa que todos os nós têm oportunidades iguais de interação na trama reticular, e, de 100%,

a supremacia de um único nó sobre todas as interações. Se comparada essa medida com a de proximidade, pode-se afirmar que não houve grande variação, exceto: a rede do ator E01 teve sua centralidade reduzida de 50,66% para 20,27%; a rede do ator E05 aumentou a sua centralidade de 41,47% para 58,48%; a rede do ator E14, que não teve a sua centralidade de proximidade calculada devido à existência de nós isolados, tem a centralidade *eigenvector* igual a 44,94%. Ou seja, a centralidade *eigenvector* ratifica o alto grau de centralidade de proximidade dos atores do Grupo B, refletindo índices acima da média de 12,37%. Assim como as redes do Grupo B, as redes sociais dos atores do Grupo A ratificam as menores centralidades sob a perspectiva do índice *eigenvector*, abaixo da média estabelecida. (Tabela 5). A última métrica de centralidade a ser analisada é a de intermediação (*betweenness*). Essa medida revela a capacidade de os indivíduos assumirem o papel de intermediador do fluxo entre os nós, devido à sua posição na estrutura social. O indivíduo que tem alto índice de intermediação ocupa uma posição entre as distâncias geodésicas em relação aos demais que o favorece: quanto mais as pessoas dele dependem para se conectarem aos outros, mais poder ele tem. (HANNEMAN; RIDDLE, 2005).

Diferentemente da centralidade de proximidade, a intermediação leva em consideração os nós que se situam também na maior geodésica, de forma a permitir que o fluxo chegue até o ponto mais distante. Quando dois nós não são adjacentes, dependerão de outro que esteja posicionado entre eles para que tenham acesso à informação. O indivíduo mais central sob essa abordagem pode facilitar ou dificultar a chegada de informação aos que dele dependem.

Em relação à rede total, a centralidade de intermediação registra, em porcentagem, o grau de afastamento de uma rede qualquer em relação à rede estelar de tamanho idêntico: uma vez que, na rede estelar, apenas um ator faz a intermediação com todos os outros atores da rede, o indicador de centralização de intermediação atinge valor máximo de 100%.

As redes do Grupo A, comparadas à rede estrela, registram os mais baixos índices de centralidade de intermediação, ou seja, têm menos probabilidade de existirem intermediários entre as geodésicas dos nós que as compõem. Isso quer dizer que todos os nós da rede são iguais à luz da intermediação e têm a mesma influência nas relações interpessoais. Por outro lado, as redes do Grupo B apresentam os mais altos índices de intermediação, acima da média geral de 5,57%. Em tais redes o fluxo de informação depende da capacidade de intermediação de alguns dos seus membros para que tenha uma distribuição mais igualitária e eficiente. (Tabela 5). É

possível através das medidas de capital social identificar as principais características dos grupos identificados (Quadro 4).

Quadro 4 - Resumo das Características das Redes Sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte – 2021

Características das Redes	Conjunto A	Conjunto B
Medidas de Coesão		
	Mais coesas	Menos coesas
	Mais compactas	Menos compactas
	Menos fragmentadas	Mais fragmentadas
	Menores distâncias	Maiores distâncias
Medidas de Centralidade		
	Menos intermediários	Mais intermediários
	Nós mais próximos	Nós menos próximos e alguns isolados

Fonte: Elaboração própria de acordo com as medidas de capital social

5.3 O Comitê de Articulação e o capital social: bases para a ação coletiva

Não é mero acaso que os atores do Grupo A possuam, de acordo com as métricas representativas de capital social, as condições mais propícias para a consolidação do Comitê de Articulação. Dos onze atores desse grupo, somente um não é liderança comunitária e nunca participou de movimentos sociais – o E07, sugerindo que os altos índices de densidade e os baixos índices de centralidade são decorrentes das relações muito próximas entre os nós: cônjuge e vizinhos. Os outros dez atores estão há muitos anos nas atividades comunitárias e movimentos sociais, representando os moradores nos diversos canais de participação, citados na primeira seção deste capítulo. Conseqüentemente, o acúmulo de capital social existente

nessas redes pessoais é fundamental para a qualificação do comitê. Por outro lado, os atores do Grupo B têm poucos anos de participação popular.

Os alteri das redes do Grupo A são compostos por uma diversidade de representantes, incluindo: assessores políticos, lideranças comunitárias locais e nacionais, líderes religiosos, representantes do poder público, por exemplo. Até mesmo nas redes do Grupo B, as lideranças comunitárias e representantes do poder público estão presentes, embora fazendo o papel de intermediadores, sendo acessados quando necessário.

O ator E02, do primeiro grupo, registra a forma pela qual o capital social é incrementado quando se tem pessoas, na rede social, que possam acionar benefícios para o bairro:

A gente começando com ele [representante político] pra ele abrir as porta [...] Todo mundo tá fortalecendo ele, e vai dá base pra ele ser deputado estadual, por quê? Porque igual eu falei com ele: ó, não adianta também você chegar aí e fechar as portas, né? Portas a gente não fecha, não é? A gente deixa aberta. E a gente tem que criar pontes, não é destruir pontes (Informação verbal).⁷⁶

A facilidade de articulação é uma característica do Comitê de Articulação. As lideranças nele presentes são também responsáveis por ações que beneficiam os moradores dos bairros Granja de Freitas, Alto Vera Cruz e Taquaril, e, mais recentemente, da Ocupação Terra Nossa, situada a sul deste último bairro, limítrofe ao município de Sabará. Como relata o ator E06:

A gente procura muito, sabe, manter essa união da L4⁷⁷. Nós hoje temos também é, em prol de sanar as questões da pandemia, nós criamos o grupo “Comunidades Solidárias L4”, onde tem as lideranças comunitárias do Granja de Freitas, Taquaril, da Ocupação Terra Nossa e do Setor 10, 11 e 12 que também é no Taquaril, a divisa do Taquaril e Castanheiras. E junto essas lideranças [...] fizemos um cadastro único de familiares, né, das famílias para que a gente possa ajudar e beneficiar mais famílias. Porquê o quê que acontecia antes: as mesmas lideranças beneficiavam uma mesma família. Então essa família era beneficiada 3, 4 vezes, e outra família que às vezes tava (*sic*) mais precisada e não era beneficiada por ninguém. Então quando nós nos unimos e fizemos o cadastro único, nós conseguimos já, desde que foi criado, já tem 6, 7 meses, já conseguimos beneficiar mais de 2.000 famílias, das 4 lideranças. Então isso pra gente é um ganho e, sabe, uma alegria muito grande. (Informação verbal).⁷⁸

Diante disso, o apoio do próprio Comitê de Articulação e de suas redes sociais é fator primordial para que a etapa de elaboração do plano seja finalizada com sucesso. Os quatorze atores declararam o apoio ao plano. Quase a totalidade dos alteri também apoiaria o Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST, conforme distribuição na Tabela 8.

⁷⁶ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

⁷⁷ Rede Aberta L4.

⁷⁸ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

É importante ressaltar, que a não totalidade do apoio às ações do plano por parte da rede do ator E08, se deve ao fato de estar incluindo três pessoas nas quais há expectativa de que se tornem atuantes na comunidade.

Tabela 7 - Apoio dos Alteri das Quatorze Redes Sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte - 2021

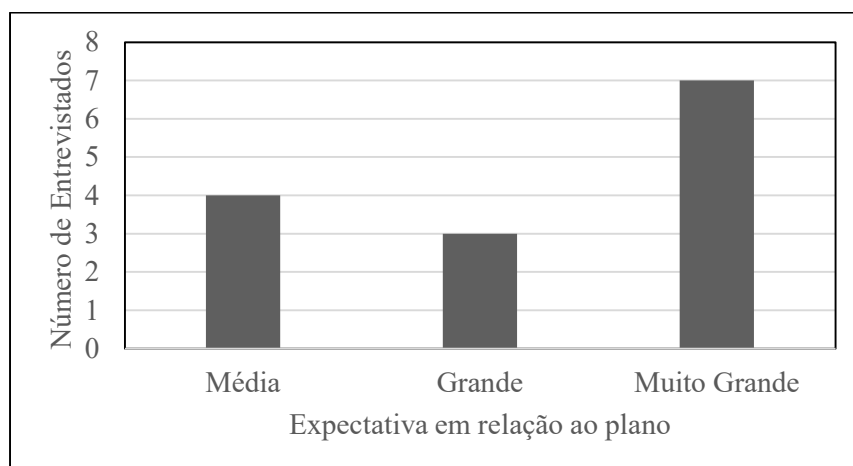
Ator	Apoio (%)
E01	100,00
E02	100,00
E03	100,00
E04	100,00
E05	100,00
E06	100,00
E07	100,00
E08	70,00
E09	100,00
E10	100,00
E11	100,00
E12	100,00
E13	100,00
E14	100,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

O Comitê de Articulação atua em uma área em que o poder público é presente devido aos equipamentos ali existentes: Centro de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, Escolas, Galpão de Reciclagem, URBEL e Abrigo Granja de Freitas. Se por um lado a presença constante dos agentes públicos no território trazem uma maior articulação, por outro, alguns problemas ainda não resolvidos geram expectativas de serem solucionados, o que requer

confiança e trabalho dos atores junto aos agentes públicos. A maior parte do Comitê apresenta expectativa muito grande, seguida de expectativa mediana e, por último, grande. (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Expectativa Declarada pelo Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte - 2021



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Como declarado pelo ator E02:

A gente só consegue mudar as coisas através da construção e do diálogo, né? Então, se a URBEL tá disposta a construir com a gente, eu acho que já é um ganho grande, né? Já é um... a gente já sai de... com a participação da URBEL, diretamente, eu acho que a gente de 5, a gente já ganha 2, metade né? Porque o poder público tá interessado em construir, não é? Porque, quando o poder público, de 0 a 5, ele nem se envolve, então cê já esquece, não é? (Informação verbal).⁷⁹

O E03 e o E04 reforçam a importância do trabalho em conjunto, entre comunidade e poder público:

Aí com a participação coletiva aí entre os moradores, lideranças e o poder público, as coisas se tornam mais fáceis se a gente quiser. Esses desafios poderão ser vencidos aí. (...) pandemia, ela mostrou pra gente que se a gente não for coletivo a gente não sobrevive não, né? (Informação verbal).⁸⁰

E a nossa articulação com todos os órgãos que tá dentro do território é muito boa, e quando a gente faz algum projeto que vem dentro do nosso território e a gente consegue demonstrar que a gente tem essa força de vontade, mostrar que nosso território tem força, que a gente consegue. É muito ruim. Eu tenho uma expectativa muito boa com isso (Informação verbal).⁸¹

⁷⁹ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

⁸⁰ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

⁸¹ Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

Por outro lado, o ator E12 ressalta a importância de o plano ser executado, e não parar na fase de elaboração.

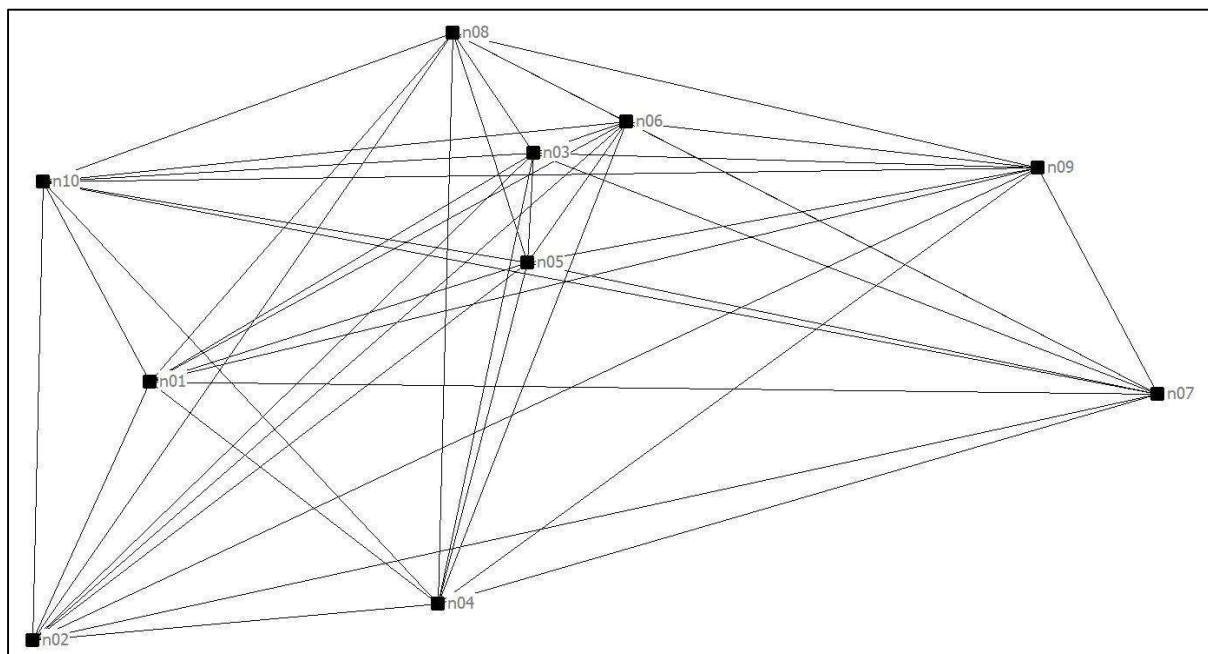
Eu acho que nós somos muito bom plano, mas somos muito ruim de investimento. [...] Vai melhorar a expectativa quando conseguir viabilizar o necessário para implementar o plano que a gente fez. [...] Planos fantásticos que ficam na gaveta, cansam. [...] Mais importante que planejar é fazer funcionar (informação verbal)⁸²

Diante do exposto pode-se considerar que todos os atores possuem redes sociais cujos atores apoiam o PDST. No entanto, as redes do Grupo A, sob a perspectiva do capital social, são as que potencialmente atuarão mais efetivamente para sugerir propostas e disseminar as informações apresentadas pelos agentes públicos na comunidade. São pessoas que estão em contato constante com os representantes das políticas públicas que atuam no território, assim como estão presentes nos espaços de participação da sociedade civil (conselhos, comitês, por exemplo). Os atores dessas redes sociais trabalham com a comunidade dos bairros Granja de Freitas, Alto Vera Cruz e Taquaril, expandindo suas ações à Ocupação Terra Nossa. Por serem referências e pela participação em atividades voluntárias são reconhecidos e demandados constantemente pela comunidade.

Tais características podem ser visualizadas por sociogramas representativos dos dois grupos. O fechamento das redes pressupõe a existência de maior capital social nas estruturas do Grupo A. Toma-se como exemplo a rede social do E06, uma vez que as demais têm estruturas semelhantes. (APÊNDICE B). A partir dela, nota-se que os nós são distribuídos mais uniformemente, o que favorece a circulação da informação. As altas taxas de coesão e baixas taxas de centralidade permitem afirmar que o fluxo de informação perpassa todos os nós de maneira mais igualitária, indicando que as ações e demandas têm maior probabilidade de serem discutidas mais democraticamente, com menos intermediários e sem concentração em poucos nós. (Figura 6).

⁸² Informe repassado em entrevista realizada em julho de 2021.

Figura 6 - Sociograma do Ator 06 (Grupo A) do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021



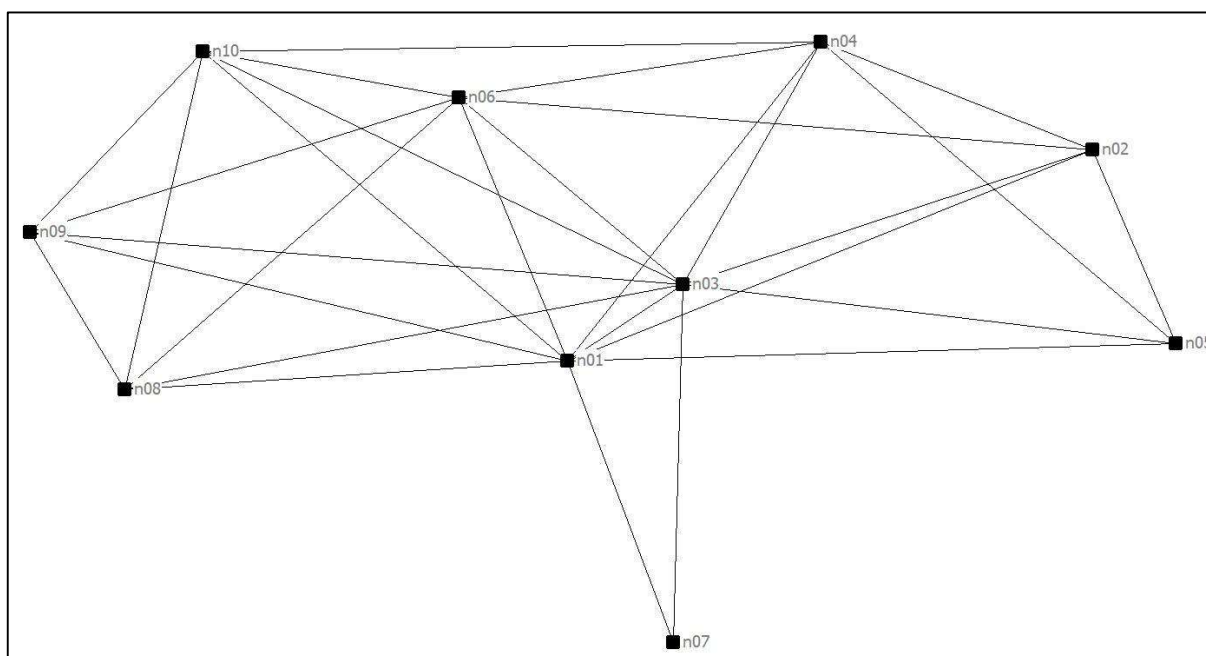
Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo, 2021.

Por outro lado, as três redes do Grupo B possuem maior variação na posição dos nós em sua estrutura. O grupo é caracterizado pelos menores índices de coesão e maiores índices de centralidades, o que quer dizer que os indivíduos que a compõem não têm uma conexão favorável à disseminação de informações. A presença de mais intermediários sugere atenção às suas atuações, pois podem ser vistas tanto positiva quanto negativamente, a depender do uso que esses farão da concentração do fluxo de informação: podem disseminá-la ou retê-la⁸³.

A rede social do ator E01 possui nós que concentram a maior parte das relações: os indivíduos n01 e n03 são os mais centrais no que tange à proximidade e à intermediação. A comunicação entre o indivíduo n07 com o restante da rede é realizada através desses dois indivíduos mais centrais. O indivíduo n06 também faz parte dos indivíduos mais centrais, fazendo com que os demais sejam dependentes das suas atuações. (Figura 7).

⁸³ Para isso seria necessário um aprofundamento na pesquisa.

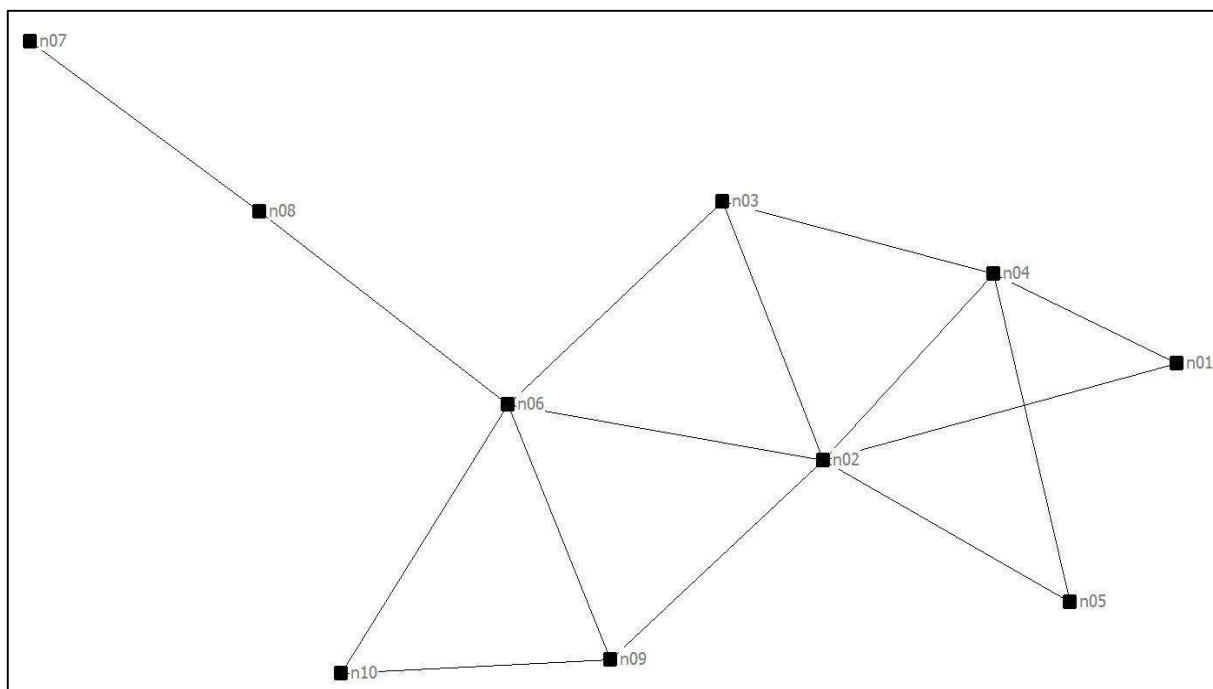
Figura 7 - Sociograma do ator 01 (Grupo B) do Comitê de articulação do Plano de desenvolvimento socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021



Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo, 2021.

De forma diversa do sociograma do ator E01, o ator E05 apresenta rede cujos nós estão posicionados mais dispersamente, indicando a baixa coesão e a alta centralização já constatadas pelas métricas reticulares. Nela, dois indivíduos, n02 e n06, são os mais centrais no que se refere à proximidade, agindo como intermediadores para os demais. O papel de intermediador também é exercido pelo indivíduo n08, do qual o n07 depende para que neste último chegue a informação. Se o n08, por algum motivo, deixar de fazer parte da rede social, o n07 restará desconectado. É importante ressaltar também o papel dos indivíduos n03 e n04, com índices de centralização *eigenvector* consideráveis. Tais indivíduos são importantes para a articulação desta rede social por serem representantes da política da assistência social na macroárea. (Figura 8).

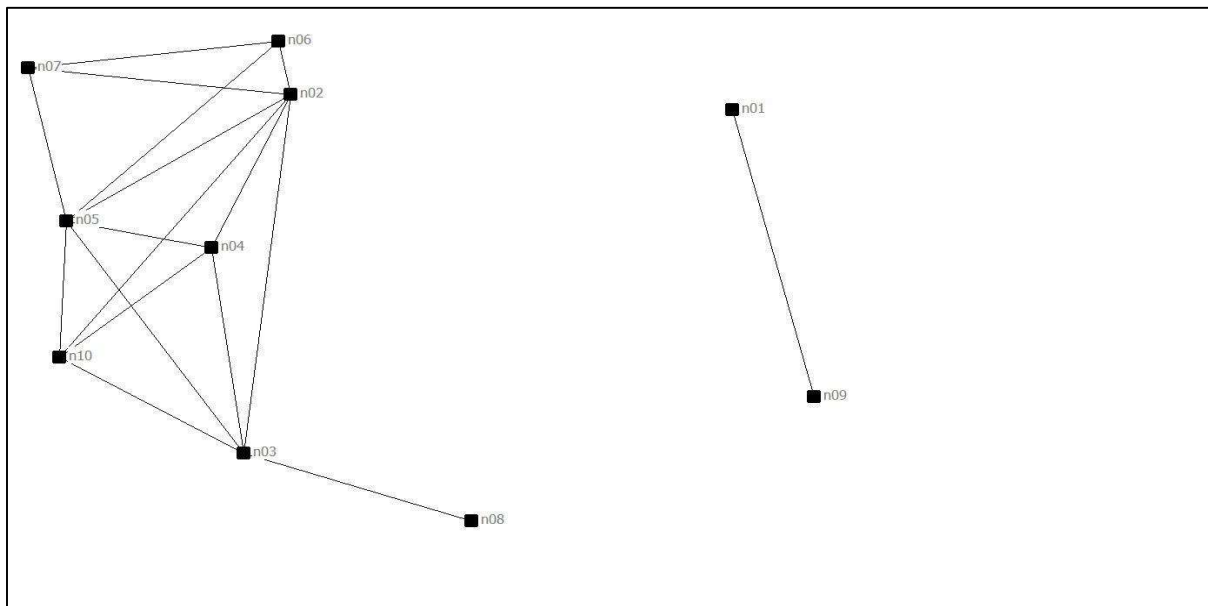
Figura 8 - Sociograma do ator 01 (Grupo B) do Comitê de articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021



Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo, 2021.

Por sua vez, o sociograma do ator E14 comporta dois subgrupos distintos em relação à posição dos nós. O primeiro é formado pelo componente n01 e n09, cuja ligação desses com o restante da rede só existe através do ator/ego. O segundo é formado pelos demais nós, cuja estrutura apresenta índices métricos mais igualmente distribuídos, com exceção do n08, que se mantém conectado aos demais através do n03. A este último cabe o papel de intermediador ou *broker*, podendo controlar ou constranger o fluxo. (Figura 9).

Figura 9 - Sociograma do Ator 01 (Grupo B) do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte, 2021



Fonte: Dados obtidos em trabalho de campo, 2021.

Como consequência dos dados analisados e das informações coletadas nas entrevistas e questionários, os dois ambientes encontrados possuem características mais ou menos favoráveis à construção do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST. A conclusão será detalhada na próxima seção.

6 CONCLUSÃO

O Granja de Freitas e os bairros adjacentes que compõem a macroárea estudada – Alto Vera Cruz e Taquaril – possuem, em seu território, as condições favoráveis para o desenvolvimento de vários tipos de ação coletiva. A história desses bairros está diretamente relacionada à luta por moradia e, ao longo da história, movimentos de outra natureza foram acontecendo. O papel das lideranças comunitárias na conquista por moradias e em outras lutas comunitárias sinaliza a constante atuação deles em várias frentes, fazendo com que se tornem referências aos demais moradores. Não surpreende que tais lideranças se apresentaram voluntariamente para a participação no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST, passando a compor o Comitê de Articulação. Esse comitê foi criado com o objetivo de catalisar a construção e implementação do plano, no qual serão definidas ações de curto, médio e longo prazo, apresentadas pela comunidade. A execução do plano será de responsabilidade do próprio comitê, que, com o instrumento pronto, deverá ser capaz de conquistar as demandas.

O estudo aqui apresentado é um recorte do momento de formação do Comitê de Articulação. Até a sua finalização, a participação dos atores foi reduzida com a saída de alguns membros. No entanto, tal fato não deslegitima a análise da estrutura social existente à época. Ademais, sua conclusão certamente revelará as condições para uma boa execução deste e dos futuros Planos de Desenvolvimento Territorial a serem contratados no futuro pela URBEL.

Destacam-se dois grupos resultantes da análise das métricas de capital social e das informações sobre atributo e apoio às ações do plano – o Grupo A e o Grupo B. O primeiro é composto por onze atores e apresenta maior estoque de capital social, de acordo com as métricas analisadas, reunindo as condições mais favoráveis para o desenvolvimento da ação coletiva. Em contrapartida, o segundo grupo é composto por três atores e possui menor estoque do capital social, e, conseqüentemente, menos favorável para o desenvolvimento da ação coletiva. O primeiro grupo tem as maiores métricas reticulares de densidade, ou seja, os nós das suas redes sociais estão altamente conectados, o que favorece a troca e o intercâmbio da informação entre os nós. Os menores índices relacionados à distância geodésica, ao diâmetro e ao clique, contribuem para maior coesão do grupo. Os menores índices de centralidade *betweenness* indicam a ausência de intermediários nas suas estruturas reticulares. Essa característica também

favorece a transmissão de informação, uma vez que ela faz com que a obtenção e o repasse da informação pelos atores sejam mais confiáveis, outrossim, diminuindo as (re)transmissões e a alteração da informação original. Outra característica referente às redes do Grupo A são os menores índices de centralização de grau e centralização *eigenvector*, corroborando a troca mais democrática entre os nós. Um resumo das principais características está disposto no quadro 3.

Quadro 5 - Características das Redes Sociais do Comitê de Articulação do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial - PDST do Residencial Manaus, Granja de Freitas, Belo Horizonte – 2021

Grupo A	Grupo B
Maior estoque de capital social	Menor estoque de capital social
Maiores índices de coesão	Menores índices de coesão
Menores índices de centralidade (<i>betweenness</i> e <i>eigenvector</i>)	Maiores índices de centralidade (<i>betweenness</i> e <i>eigenvector</i>)
Menores índices de centralidade (<i>closeness</i>)	Maiores índices de centralidade (<i>closeness</i>)
Redes mais compactas	Redes mais fragmentadas
Maioria formada por lideranças comunitárias atuantes no território	Minoria formada por lideranças comunitárias atuantes no território
Ambiente mais favorável à Ação Coletiva	Ambiente menos favorável à Ação Coletiva

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Por outro lado, as redes sociais do Grupo B, apesar de não apresentarem um alto estoque de capital social, têm uma característica importante quando se trata de uma ação coletiva: o apoio. Os três atores aos quais essas redes se referem declararam que todos os indivíduos constantes em suas redes os apoiam nas ações relativas ao Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST, indicando que um investimento no incremento de capital social advindo do poder público pode gerar bons resultados.

É mister que o apoio ao Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST, bem como a alta expectativa em linhas gerais, por parte de todos os atores é fundamental para o seu desenvolvimento. No entanto, algumas considerações devem ser feitas acerca da condução da ação coletiva.

Certamente a configuração estrutural das redes pessoais informa, grosso modo, uma ambiência favorável para a ação coletiva, isto é, para a ação coordenada, para mobilização e recrutamento dos atores em prol de um benefício coletivo. (VARANDA *et al*, 2015). Os quatorze atores foram selecionados com o objetivo de elaborar um plano que estabelecesse melhorias para o Granja de Freitas e sua macroárea, a curto, médio e longo prazo. Neste contexto, o lapso de tempo entre o início do trabalho até a finalização do plano tem sido extenso, o que faz com que a expectativa do grupo diminua, assim como a confiança na ação. Há um risco grande de que o grupo que havia se formado no ano de 2020 não seja o mesmo que finalizará a elaboração do plano. Nesse caso, os trâmites para contratação de equipe, o atraso no cronograma e a pandemia da Covid-19 contribuíram para um maior espaçamento entre as reuniões. Conseqüentemente, a frequência nas reuniões tem diminuído e, além disso, pelo menos três dos atores abandonaram o Comitê de Articulação nesse ínterim.

Em se tratando de ação coletiva, algumas estratégias podem auxiliar na permanência dos membros no Comitê de Articulação, bem como a entrada de novos membros no futuro: sanções e incentivos seletivos, conforme estabelecidos por Olson (OLSON, 2015).

Outro fato para o qual deve-se atentar é o investimento constante em capital social e, nesse aspecto, o poder público, aqui representado pela URBEL, pode ser um facilitador na formação de pontes entre o grupo e outros equipamentos, públicos, privados ou do terceiro setor. Assim, a ação coletiva terá sustentabilidade e viabilidade a médio e longo prazo. (ESPARCIA *et al*, 2016) A longo prazo, o apoio da URBEL para a fase de captação de recursos e parcerias para implementação das ações de melhorias definidas no plano será fundamental para que não haja risco de o plano não “sair do papel”, revelando o medo de alguns atores em relação ao seu fracasso. Também evita que os atores tenham a sensação de que foram abandonados, como também citaram durante as entrevistas.

Investir em capital social transforma relações em laços duradouros. Confiança, reciprocidade e cooperação são a base para a construção de ações que mobilizem o coletivo na direção de melhorias e aquisição de bens públicos. Pensar o capital social imerso nas redes sociais como forma de governança é primordial para uma atuação mais democrática, participativa e horizontal. E o Granja de Freitas é um exemplo de alto estoque de capital social construído ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução n. 4.271, de 30 de setembro de 2013**. Dispõe sobre os critérios de concessão de financiamento imobiliário e dá outras providências.

BAPTISTA, Pedro Schultz Fonseca. **A privatização dos espaços comuns nas habitações de interesse social: o caso do bairro Granja de Freitas, em Belo Horizonte**. 2011. 166 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARBOSA, Maria Flávia Pires. **Turismo solidário, capital social e desenvolvimento no município do Serro/Minas Gerais**. 2018. 223 p. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 3.532, de 06 de janeiro de 1983**. Autoriza o Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Regularização de Favelas - PROFAVELA e dá outras providências. Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/3532/1983>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BELO HORIZONTE. **Decreto 4.762, de 10 de agosto de 1984**. Cria o Programa Municipal de Regularização de Favelas - PROFAVELA, dispõe sobre sua regulamentação e dá outras providências. Câmara Municipal de Belo Horizonte, MG. Disponível em <https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/238094/lei-3532-83>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 6.326, de 18 de janeiro de 1993**. Dá nova regulamentação ao Fundo Municipal de Habitação e dá outras providências. Belo Horizonte, 1993.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 6.508, de 12 de janeiro de 1994**. Cria o Conselho Municipal de Habitação e dá outras providências. Belo Horizonte, 1994. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BELO HORIZONTE. **Decreto n. 9.994, de 20 de agosto de 1999**. Ratifica a aprovação da Vila Granja de Freitas, aprovada em Sabará, em 20 de junho de 1948. Câmara Municipal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/239748/decreto-9994-99>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BELO HORIZONTE. **Decreto n. 11.375, de 02 de julho de 2003**. Dispõe sobre o Funcionamento do Programa Bolsa Moradia no Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2003.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 7.166, de 27 de agosto de 1996**. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. Belo Horizonte, 1996.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 8.137, de 21 de dezembro de 2000**. Altera as leis nos 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. Belo Horizonte, 2000.

BELO HORIZONTE. **Decreto n. 12.571, de 26 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre o Programa Estrutural em Área de Risco – PEAR, o Grupo Executivo em Área de Risco – GEAR e o Grupo Executivo Regional em Área de Risco – GEAR Regional. Belo Horizonte, 2006.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal n. 14.851, de 05 de março de 2012**. Altera o Decreto 11.283/03, de 13 de março de 2003, que regulamenta a Lei nº 7.597/98. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em 19/03/2022.

BELO HORIZONTE. **Decreto n. 14.850, de 05 de março de 2012**. Altera o Decreto 11.375/03 que dispõe sobre o funcionamento do Programa Bolsa Moradia no Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em 20/08/2022.

BELO HORIZONTE. **Decreto n. 14.114, de 16 de outubro de 2015**. Altera o Decreto n. 11.375/2003. Belo Horizonte, 2015. Disponível em <https://www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 11.181, de 8 de agosto de 2019**. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, 2019.

BELO HORIZONTE. **Decreto 17.297, de 17 de março de 2020**. Declara situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência em Saúde Pública, no Município de Belo Horizonte em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – COVID-19. Belo Horizonte, 2020.

BELO HORIZONTE. **Decreto 17.334, de 20 de abril de 2020**. Declara estado de calamidade pública no Município de Belo Horizonte, em razão da necessidade de ações para conter a propagação de infecção viral, bem como de preservar a saúde da população contra o Coronavírus – COVID-19. Belo Horizonte, 2020.

BELO HORIZONTE. **Pregão Eletrônico Urbel/Smobi 007/2019**. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/licitacao/pregao-eletronico-007-2019>. Acesso em: 08 dez. 2021.

BELO HORIZONTE. 2021. **Minha Casa, Minha Vida**. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 09 ago. 2021.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. *In*: RICHARDSON, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Westport, CT: Greenwood, 1986. Disponível em: <https://www.socialcapitalgateway.org/content/paper/bourdieu-p-1986-forms-capital-richardson-j-handbook-theory-and-research-sociology-educ>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BORGATTI, Stephen; JONES, Candace; EVERETT, Martin G. **Network measures of social capital**. Connections/INSNA, Boston College, EUA, vol. 21(2), 1998. p. 27-36

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria n. 21, de 22 de janeiro de 2014**. Aprova o Manual de instruções do trabalho social nos programas e ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria n. 464, de 25 de julho de 2018**. Dispõe sobre o trabalho social nos programas e ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei n. 11.485, de 13 de junho de 2007**. Constitui fonte de recursos adicional para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal – CEF. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007**. Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei n. 11.977, de 07 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de Favelas: a experiência do PAC**. Brasília: Ministério das Cidades - SNH, 2010. 88 p

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social. **Auxílio Doença**. Brasília, 2017. Disponível em <https://www.gov.br/inss/pt-br/saiba-mais/auxilios/auxilio-doenca>. Acesso em: 14 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Salário Mínimo**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/12/trabalhadores-passam-a-receber-salario-minimo-de-r-1-2-mil-a-partir-de-1deg-de-janeiro>. Acesso em: 14 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/beneficios-assistenciais>. Acesso em: 14 maio 2022.

BURT, Ronald S. The social structure of competition. *In: Structural holes*. Cambridge: Harvard University Press, 1992. p. 57-91

BURT, Ronald S. **Structural Holes versus Network Closure as Social Capital**. 2000. Disponível em: <https://snap.stanford.edu/class/cs224w-readings/burt00capital.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2022.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. **Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada**. XVII ENANPUR: São Paulo, 2017.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso; NAVARRO, Claudio Alexandre. **O planejamento governamental no Brasil e a experiência recente (2007-2014) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2016. 74 p.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, 1988. p. 95-120

COLETIVO ARTICULANDO REDES. **Mapa Afetivo Granja de Freitas**. Belo Horizonte, 2021. Não publicado.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, 2001-2002, Belo Horizonte. **Anais da II Conferência de Política Urbana**. Belo Horizonte: [s.n.], 2003. 563 p. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/participacao/conferencia-de-politica-urbana>. Acesso em 20 mar. /2022.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. **Resolução II**. Aprova a Política Habitacional para o Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1994.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. **Resolução LII**. Aprova a revisão da Resolução n. II do CMH, que dispõe sobre a estrutura geral da Política Municipal de Habitação para Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2018.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade”**. 3. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

COSTA, Wilmara M. da; SOARES, Weber; AGUIRRE, Moisés Alberto C.; FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais, capital social e aprendizagem escolar: o caso de Natal – RN. **Geografias – Artigos Científicos**, Belo Horizonte, 01 jan/30 jun 2018. p. 42-56.

COSTA, Heloísa Soares de Moura. Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. *In*: Roberto Luís de Melo Monte-Mór. (Org.). **Belo Horizonte: espaços e tempos em construção**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/PBH, 1994, v. 1, p. 51-77.

CRONOLOGIA do pensamento urbanístico. Disponível em: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

DEGENNE, Alain; FORSÉ, Michel. **Introducing Social Networks**. Londres: Sage Publications, 1999. 248 p.

- EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for relational sociology. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 103, n. 2, set 1997. p. 281-317
- ESPARCIA, Javier; ESCRIBANO, Jaime; SERRANO, José J. Una aproximación al enfoque del capital social y a su contribución al estudio de los procesos de desarrollo local. **Investigaciones Regionales — Journal of Regional Research**, España, v. 34, 2016. p. 49-71
- FAZITO, Dimitri; SOARES, Weber. *In*: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela (Orgs.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2013. 2 ed. rev. p. 219-241
- FERNANDES, Sarah. Com Temer, "Minha Casa, Minha Vida" abandona famílias de renda mais baixa. **Brasil de Fato**, [s/l], 22 de agosto de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/22/com-temer-minha-casa-minha-vida-abandona-familias-de-renda-mais-baixa>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- FERREIRA, Geniana Gazotto; CALMON, Paulo; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; ARAÚJO, Suelly Mara Guimarães de. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, [s/l], 2019, v 11. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.001.AO04>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- FRANÇA, Junia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de; Colaboração Maria Helena de Andrade Magalhães e Stella Maris Borges. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 10. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019. 250 p.
- FREEMAN, Linton C. Centrality in social networks conceptual clarification. **Social Network**, Holanda, v. 1, 1978. p. 215-239.
- FREEMAN, Linton C.; BORGATTI, Stephen P.; WHITE, Douglas R. **Centrality in valued graphs: A measure of betweenness based on network flow**. *Social Network*, Holanda, v. 13, jun 1991. p. 141-154.
- FREITAS, Luiz Fernando Vasconcelos de. Profavela: conquistas e limites do movimento favelado em Belo Horizonte na transição democrática na década de 1980. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v.10, n.2, p. 988-1022, maio 2018.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Avaliação conceitual e metodológica do déficit habitacional e da inadequação dos domicílios no Brasil**. Disponível em: <https://www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, 1973. p. 1360-1380.
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-Eletrônica**, São Paulo, v.6, n.1, art. 9, jan/jun 2007.

HANNEMAN, Robert; RIDDLE, Mark. **Introduction to social network methods**: free introductory textbook on social network analysis. 2005. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~hanneman>.

HENRIQUES, Renata J. Aspectos geomorfológicos que influenciaram (e influenciam) a ocupação urbana histórica de Belo Horizonte em Minas Gerais. **Revista de Geografia – PPGeo – UFJF**: Juiz de Fora, v. 6, n.4, 2016. p. 363-376.

HIGGINS, Silvio Salej; RIBEIRO, Antônio Carlos Andrade. **Análise de redes em Ciências Sociais**. Brasília: Enap, 2018. 277 p.

HOURI, Luciana F. **Políticas de produção de moradias e segregação residencial**: Belo Horizonte – 1986 a 2000. 2008. 175 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2015. (sem número de páginas).

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?** São Paulo: UNESP, Cultura Acadêmica. 2015, 199 p. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 23 mar. 2022.

KADUSHIN, Charles. **Introduction to social network theory**. New York, 2004, draft. p. 1-34.

LAZEGA, Emmanuel; HIGGINS, Silvio Salej. **Redes sociais e estruturas relacionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. 138 p.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. 212 p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LIN, Nan. Building a network theory of a social capital. **Connections – International Network for Social Network Analysis**, v. 22, n. 1, 1999. p. 28-51

LOURENÇO, Tiago C. B. **Cidade Ocupada**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

MACCARTY, Christopher. La Estructura en las Redes Personales. **REDES – Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales**, Barcelona, v. 19, n. 11, dez 2010. p. 242-271

- MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. IPEA Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, [s/l], v. 12, fev 2006. p. 211-220
- MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 21, 1º sem. 2009. p. 33-52
- MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, jan/abr 2001. p. 71-81
- MENDONÇA, Emerson A. de. **Mapa de localização do Bairro Granja de Freitas**. Belo Horizonte, 2022. Não Publicado.
- MENDONÇA, Emerson A. de. **Mapa do bairro Granja de Freitas no novo Plano Diretor**. Belo Horizonte, 2022. Não Publicado.
- MENDONÇA, Emerson A. de. **O Granja de Freitas e o novo zoneamento, conforme o Plano Diretor de 2019**. Belo Horizonte, 2022. Não Publicado.
- MENDONÇA, Emerson A. de. **Evolução da mancha urbana no Bairro Granja de Freitas nos anos de 1994 a 2020**. Belo Horizonte, 2022. Não Publicado.
- MENDONÇA, Emerson A. de. **Distribuição dos residenciais construídos pela política urbana no bairro Granja de Freitas**. Belo Horizonte, 2022. Não Publicado.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social**. Brasília, 2014. Não publicado.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Casa Verde e Amarela**. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/programa-casa-verde-e-amarela>. Acesso em: 09 ago. 2021.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Brasil**, Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br>.
- MIRANDA, Dulce; FIDELES, Soraya. **Projeto na UFMG encoraja mulheres a lutarem contra violência: "Para Elas" atende pacientes da rede pública de saúde**. Disponível em <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/projeto-na-ufmg-encoraja-mulheres-a-lutarem-contra-violencia>. Acesso em: 10 jul. /2022.
- MONASTÉRIO, Leonardo M. Escolha racional e ação coletiva: problemas e soluções. **Revista da Associação Mineira de Direito e Economia**, v. 3, p. 1-28, 2010.
- MOURA, Heloísa Soares de. *In: Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. MONTE-MOR, Roberto L. (Coord.). Belo Horizonte: Cedeplar – UFMG, 1994. 93 p.
- NASCIMENTO, Talita Amaral Morado. **Habitação de interesse social e o Programa Minha Casa Minha Vida em Belo Horizonte: percepções sobre o morar**. 2021. 184 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública – Administração Pública, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2021.

- OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University, 1965.
- PADUA, Karla Cunha; RISÉRIO, Fátima Silva (Orgs.). **O bairro Granja de Freitas: histórias narradas por antigos moradores**. Curitiba, PR: CRV, 2012. 11 p.
- PASSADOR, Claudia Souza; FERREIRA, Vicente da Rocha S.; PASSADOR, João Luiz. **Produção Acadêmica de Redes no Brasil**. XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, Gramado, out 2006. p. 1-11.
- PECI, Alketa. **O impacto da reestruturação e privatização na gestão integrada do setor de energia elétrica: análise do setor a partir da abordagem das redes**. 2000, 156 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira da Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, [s.l.], 2000.
- PEREIRA, William Cesar Castilho. **Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática**. Belo Horizonte: Vozes-PUC Minas, 2001. 336 p.
- PINHEIRO, Cristiane Borda. **Políticas públicas de manejo de águas pluviais em Belo Horizonte: novos caminhos em meio a velhas práticas**. 2019. 289 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PRAXIS Projetos e Consultoria Ltda. **Plano Diretor Granja de Freitas**. Belo Horizonte, março de 1999.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Regularização Fundiária**. Disponível em <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/regularizacao-fundiaria>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Plano local de habitação de interesse social**. Belo Horizonte, 2010. rev. 2015
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 173-194.
- RODRÍGUEZ, Rafael Merinero; GONZÁLEZ, Oswaldo Ledesma. Analizando la gobernanza urbana mediante la aplicación del análisis de redes sociales (ARS): el caso del Segundo Plan Estratégico de Málaga. **Boletín de la Asociación de Geografía Española**, 2019, v. 80, 2593, p. 1–38. Disponível em: <https://bage.age-geografia.es/ojs/index.php/bage/article/view/2593>. Acesso em: 05 mar. 2022.
- RODRIGUES, Taíla Albuquerque; SALVADOR, Evilásio. As implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas Políticas Sociais. **SER Social**, Brasília, jan/jun 2011, v. 13, n. 28, p. 129-156.

ROSETO-BIXBY, Luis. **Capital social, asentamientos urbanos y comportamiento demográfico en América Latina. Notas de Población - CEPAL**, 2006, n. 81, p. 73-98. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org>

SANTOS, Cynthia Souza. **A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990**. 2006. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 7. ed., 2. reimp. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2014a. 169 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. Colaboração de Denise Elias. 6. ed., 2. reimp. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2014b. 136 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2017. 392 p.

SCOTT, John. **Social network analysis**. 4.ed. Londres. Sage: 2017. 248 p.

SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Ministério das Cidades. **Curso de Capacitação – Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social**. Brasília, 2014. Ebook.

SILVA, Carlos Alberto da; FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José. Análise das Redes Sociais e Sociologia da Acção: pressupostos teórico-metodológicos. **Revista Angolana de Sociologia**, Portugal, maio 2013, v. 11. p. 91-106.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga**. 2002. 344 p. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR/Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SOUZA, Queila; QUANDT, Carlos. Metodologia de análise de redes sociais. *In: O tempo das redes*. DUARTE, Fabio; QUANDT, Carlos, SOUZA; Queila. São Paulo: **Perspectiva**, 2017. p. 31-63.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. **Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular**. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 2019, 11, e20180023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>. Acesso em: 24 mar. 2022.

TILLY, Charles. Transplanted Network. *In: MCLAUGHLIN, Virginia Yans (Org.). Immigration reconsidered: history, sociology and politics*. New York: Oxford University, 1990. p. 79-95

URBEL. Relatório de demandas e reivindicações da comunidade: Granja de Freitas. **Documento final do Seminário Ação Comunitária para Desenvolvimento Local**. Belo Horizonte, 2018. Não publicado.

URBEL. **Lista de Conjuntos**. Belo Horizonte, 2021. Não publicado.

URBEL. **Planta de desapropriação do bairro Granja de Freitas**, 2015. Não publicado.

URBEL, Belo Horizonte, 2020. **Vila Viva**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva> Acesso em: 31 jul. 2021.

VARANDA, Marta Pedro. Acção colectiva entre pequenos empresários: uma análise de redes sociais. **Análise Social**, Lisboa, v. XLII (182), 2007. p. 207-230.

VARANDA, Marta P.; FONTES, Breno; REGO, Raquel; EICHNER, Klaus. A comunidade científica de analistas lusófonos de redes sociais: qual o potencial para a ação coletiva? **Estudos de Sociologia**; Recife, v. 2, n. 21, 2015. p. 43-73.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine. **Social network analysis: methods and applications**. Estados Unidos da América: Cambridge University Press, 1994. 825 p.

WELLMAN, Barry. 2018a Prefácio. *In*: WELLMAN, Barry (ed.). **Networks in the global village: life in contemporary communities**. Nova Iorque: Routledge, 2018. xi-xii p.

WELLMAN, Barry. 2018b The network community: an introduction. *In*: WELLMAN, Barry (Ed.). **Networks in the global village: life in contemporary communities**. Nova Iorque: Routledge, 2018. p. 1-47.

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
AÇÃO COLETIVA E CAPITAL SOCIAL: BASES SOCIOESPACIAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BAIRRO GRANJA DE FREITAS
JULHO/2021

NÚMERO DO QUESTIONÁRIO	NOME DO ENTREVISTADOR			
<table border="1" style="margin: auto; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 33%; height: 30px;"></td> <td style="width: 33%; height: 30px;"></td> <td style="width: 33%; height: 30px;"></td> </tr> </table>				<hr style="border: 0; border-top: 1px solid black; width: 80%; margin: 0 auto;"/>

DATA DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA: _____

HORÁRIO DE INÍCIO: _____:_____

HORÁRIO DE TÉRMINO: _____:_____

TEMPO DE DURAÇÃO: _____:_____

BLOCO SOCIODEMOGRÁFICO

1. Nome do entrevistado (ou nome social): _____

2. Sexo:

() Feminino () Masculino () Não Binário () Outro

3. Cor:

() Preta () Parda () Branca () Indígena () Amarela

4. Data de nascimento: _____

5. Profissão: _____

6. Renda:

() Formal () Informal

7. Valor: R\$ _____

8. Recebe benefício ou outra renda?

() Sim () Não Qual?

9. Valor: R\$ _____

10. Escolaridade

() Só assina o nome

() Ensino Fundamental (incompleto)

() Ensino Fundamental (completo)

-) Ensino Médio (incompleto)
-) Ensino Médio (completo)
-) Ensino Superior (incompleto)
-) Ensino Superior (completo)
-) Pós-graduação

11. Qual é sua religião?

-) Católica
-) Judaica
-) Islâmica
-) Afro-brasileira (Candomblé/Umbanda)
-) Espírita
-) Budista
-) Protestante (Luteranos, Anglicanos, Calvinistas, Presbiterianos, Anabatistas, Batistas, Metodistas)
-) Pentecostal, deutero-pentecostal ou neopentecostal (Congregação Cristã no Brasil, Missão Evangélica Pentecostal do Brasil, Igreja de Cristo no Brasil, Igreja de Deus no Brasil, Assembleias de Deus no Brasil, Maranata, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo, Comunidade da Graça, Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus etc.)

Outra:

12. Endereço de residência: _____

13. Bairro: _____

14. Se mora no Granja de Freitas, há quanto tempo? _____(anos)

Pular para a questão 19

15. Se não mora na Granja de Freitas, já morou?

() Sim () Não

16. Se sim, há quanto tempo? _____(anos)

17. Por que mudou? _____

18. Qual a sua relação com o bairro? (se não for morador)

() Trabalho/Profissional

() Estudo

() Parentes/amigos moram no bairro

() Não tem relação com o bairro

() Outra _____

19. Faz ou fez parte de algum grupo/movimento social ligado à comunidade do Granja de Freitas?

() Sim () Não

Se respondeu sim à pergunta anterior, responda às questões 20 e 21

20. Qual? Quais? _____

21. Quando? _____ (ano)

Se respondeu não, pular para a questão 22

22. Faz ou fez parte de algum grupo/movimento social ligado a outra comunidade?

() Sim () Não

** Se respondeu sim à pergunta anterior, responda às questões 23 e 24*

23. Qual? Quais???

24. Quando? _____ (ano)

** Se respondeu não, pular para a questão 25*

25. Você sabe o que é o PDST?

() Sim () Não

26. Como ficou sabendo do PDST – Plano de Desenvolvimento Socioterritorial?

() Reunião com a comunidade

() Rádio

() Através de outra pessoa

() Divulgação da Urbel

() Outro _____

27. Quais os problemas que você identifica no Granja de Freitas?

() transporte

() água

- iluminação pública
- segurança
- falta de estabelecimentos comerciais
- falta de equipamentos públicos (escolas, Centros de Saúde, parque, área de lazer)
- outro _____

28. Você se envolveria com a implantação do PDST no bairro?

- Sim Não

Se respondeu não ir para a pergunta 30

29. Como seria o seu envolvimento com o PDST?

30. Classifique sua expectativa quanto ao PDST, onde 0 é nenhuma e 5 é muito grande:

- 0 nenhuma
- 1 muito baixa
- 2 baixa
- 3 média
- 4 grande

() 5 muito grande

BLOCO RELACIONAL

31. Liste dez (10) pessoas com as quais você conversa (ou), para as quais pede (iu) conselho, com as quais se associa (ou) para tratar de problemas relacionados ao bairro Granja de Freitas.

Identifique o grau de proximidade que você tem com essas pessoas

1. Distante
2. Pouco próximo
3. Próximo
4. Muito próximo

Identifique o tipo de relação:

1. Família,
2. Amizade,
3. Trabalho,
4. Vizinho/Conhecido,
5. Liderança comunitária,
6. Político,
7. Representante do poder público

Nº	NOME	GRAU DE PROXIMIDADE (com o entrevistado)	TIPO DE RELAÇÃO	OCUPAÇÃO	LOCAL DE RESIDÊNCIA	APOIO EM AÇÕES	APOIO PDST
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

32. Qual (is) dessas pessoas se envolveria de maneira efetiva em ações coletivas que se voltassem para a resolução de problemas do bairro?

33. Qual (is) dessas pessoas se envolveria de maneira efetiva com a implantação do PDST?

34. Na sua opinião qual é o grau de proximidade que n tem com n'? (*Lançar mão da matriz*)

0 – Sem relação

1 – Distante

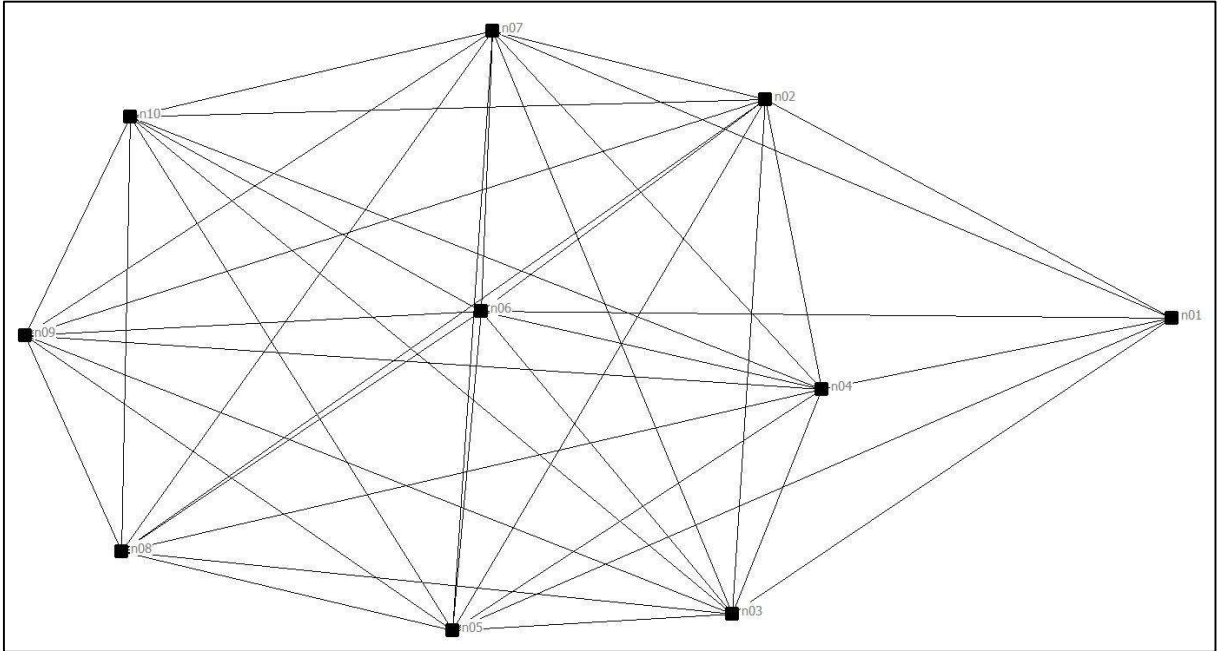
2 – Pouco próximo

3 – Próximo

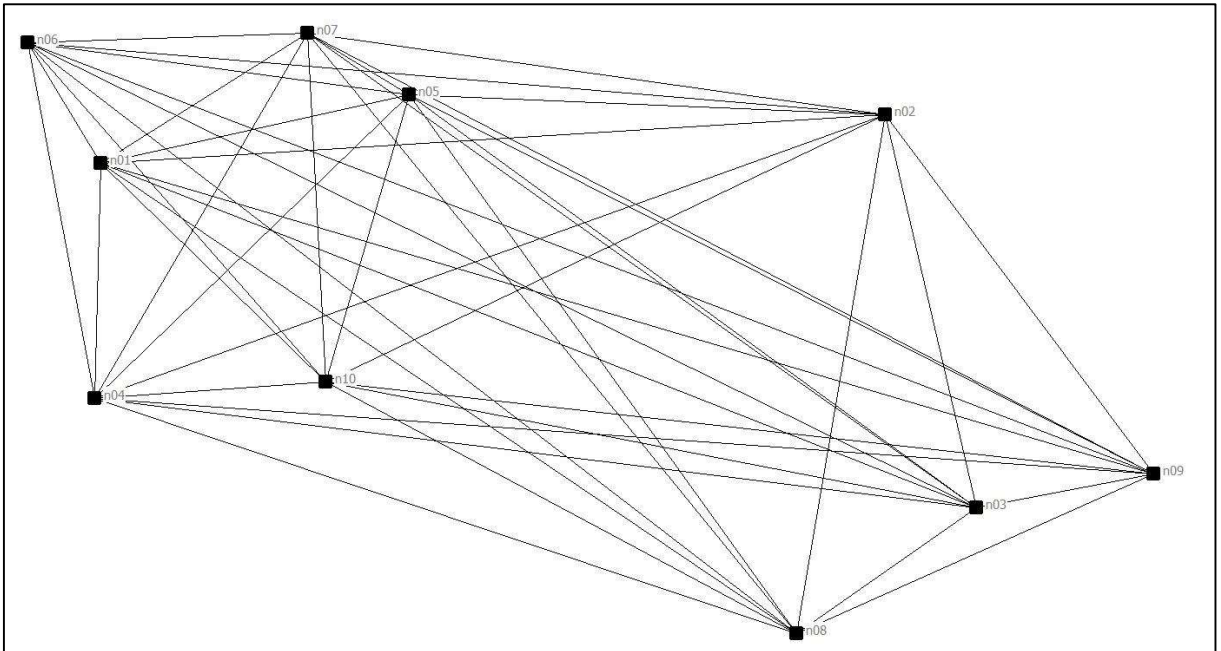
4 – Muito próximo

Apêndice B - Redes Sociais do Grupo A

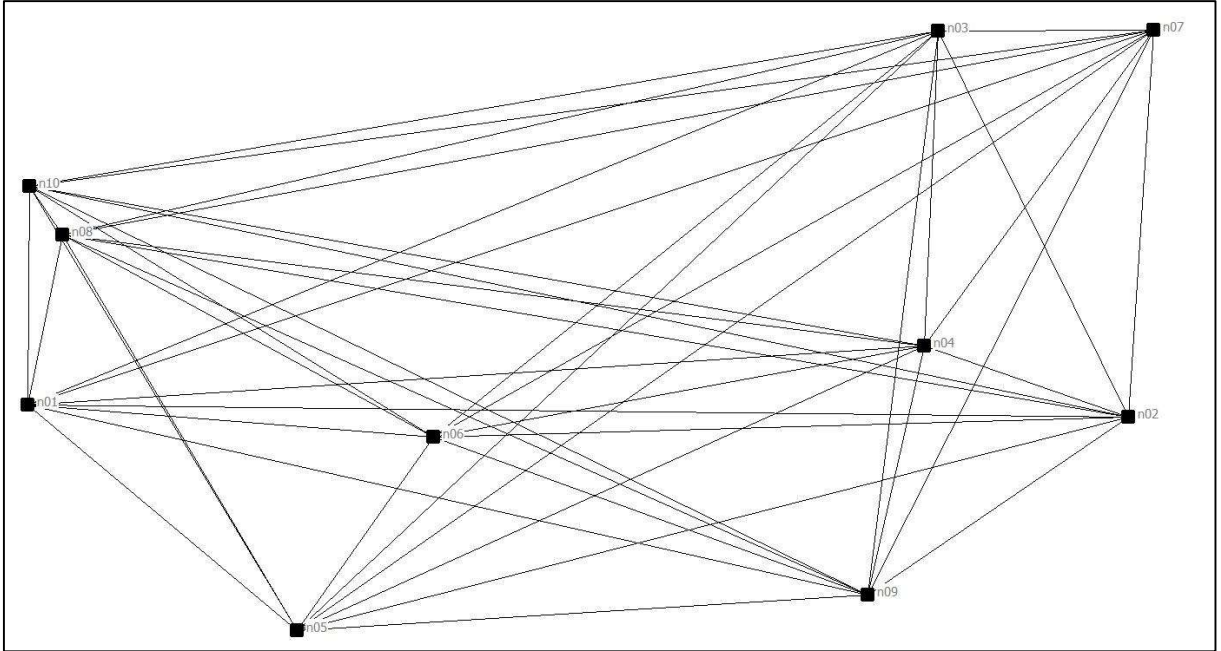
E02



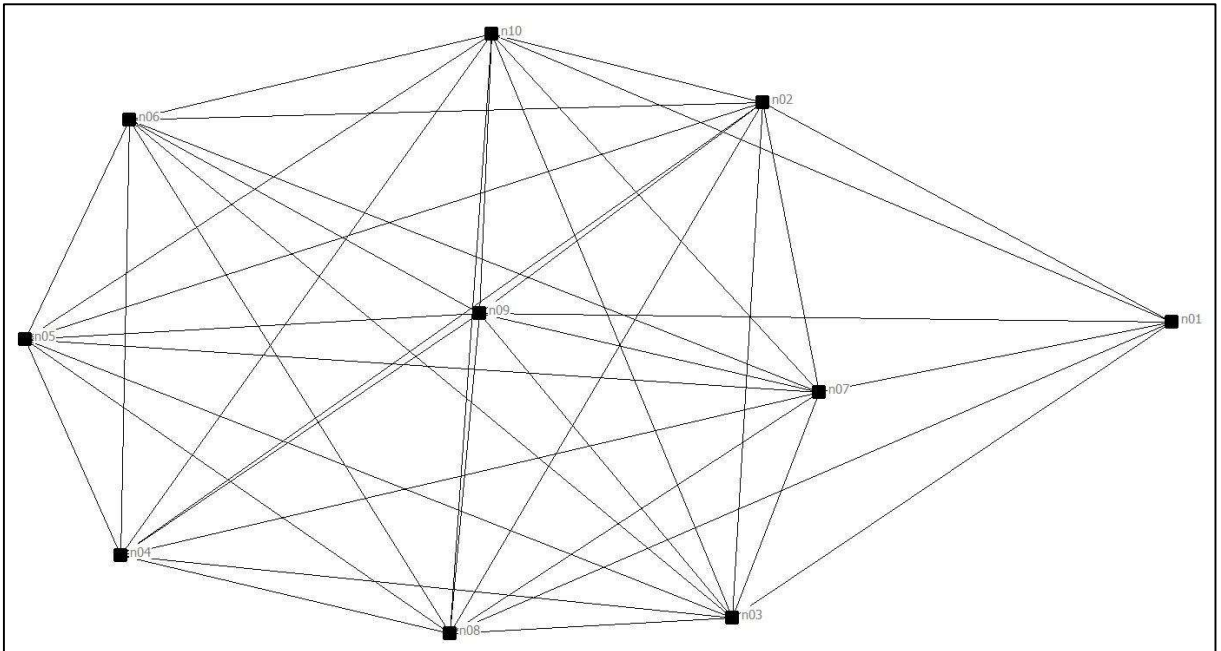
E03



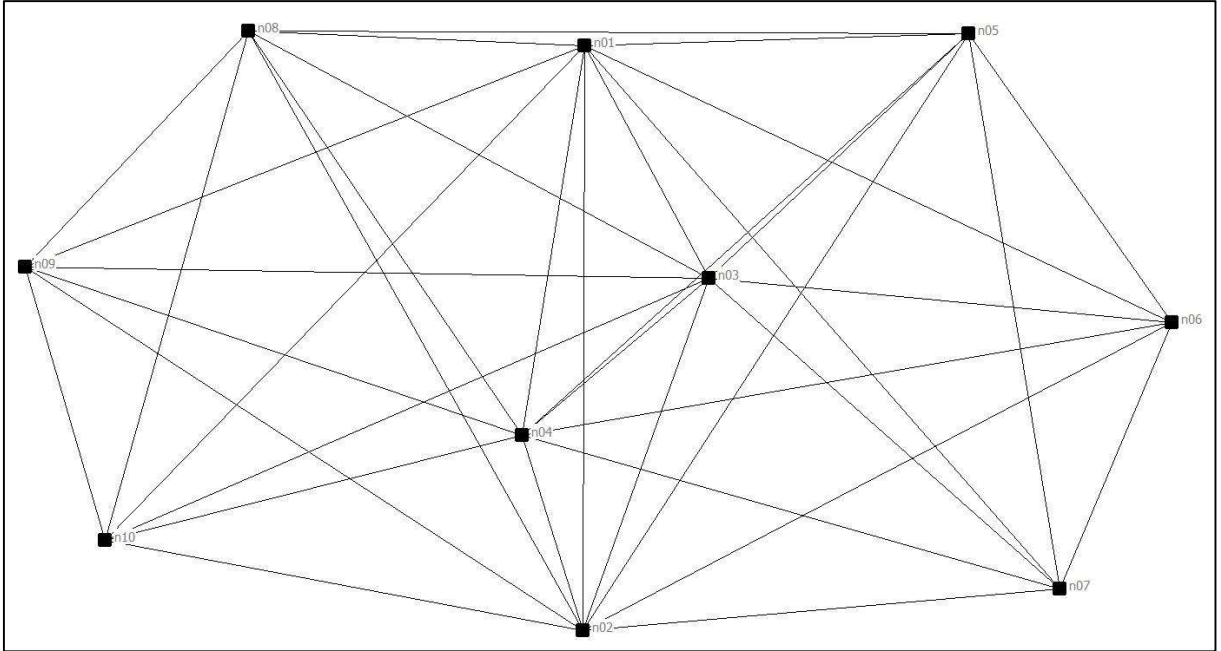
E04



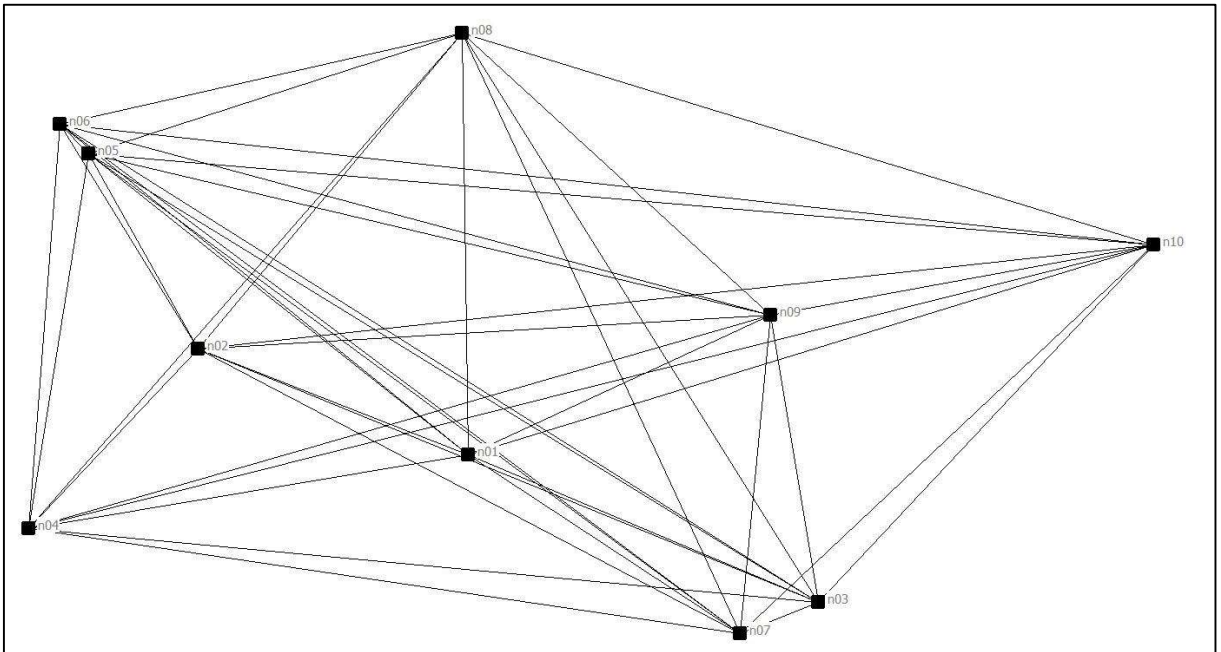
E07



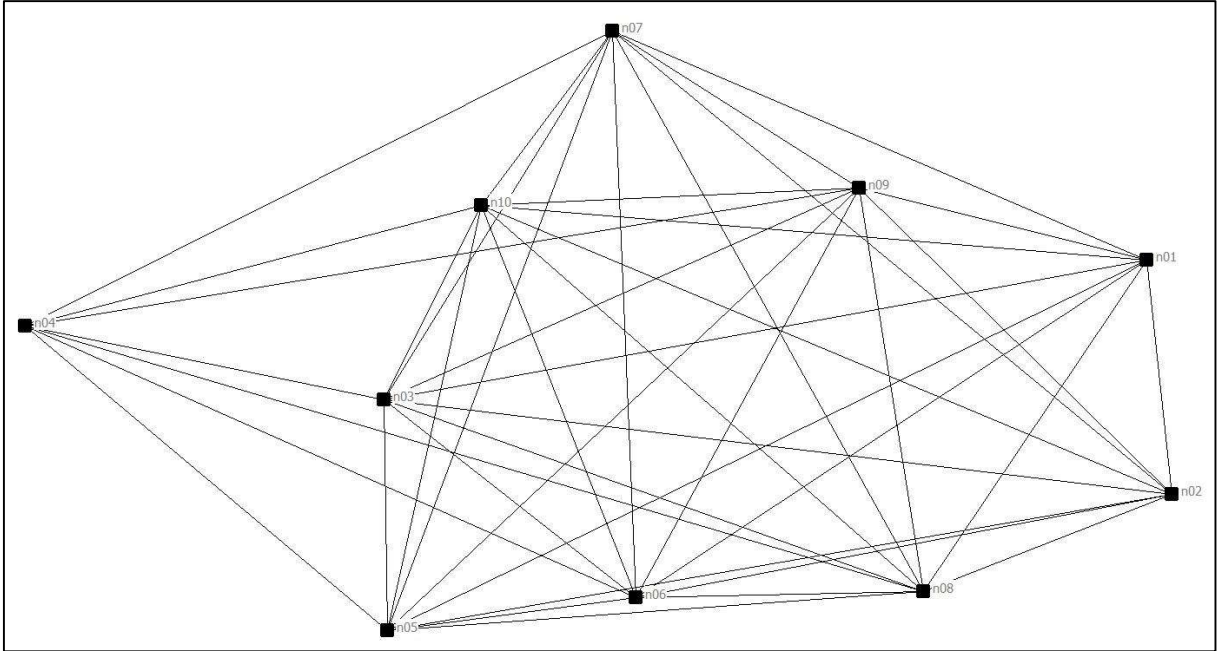
E08



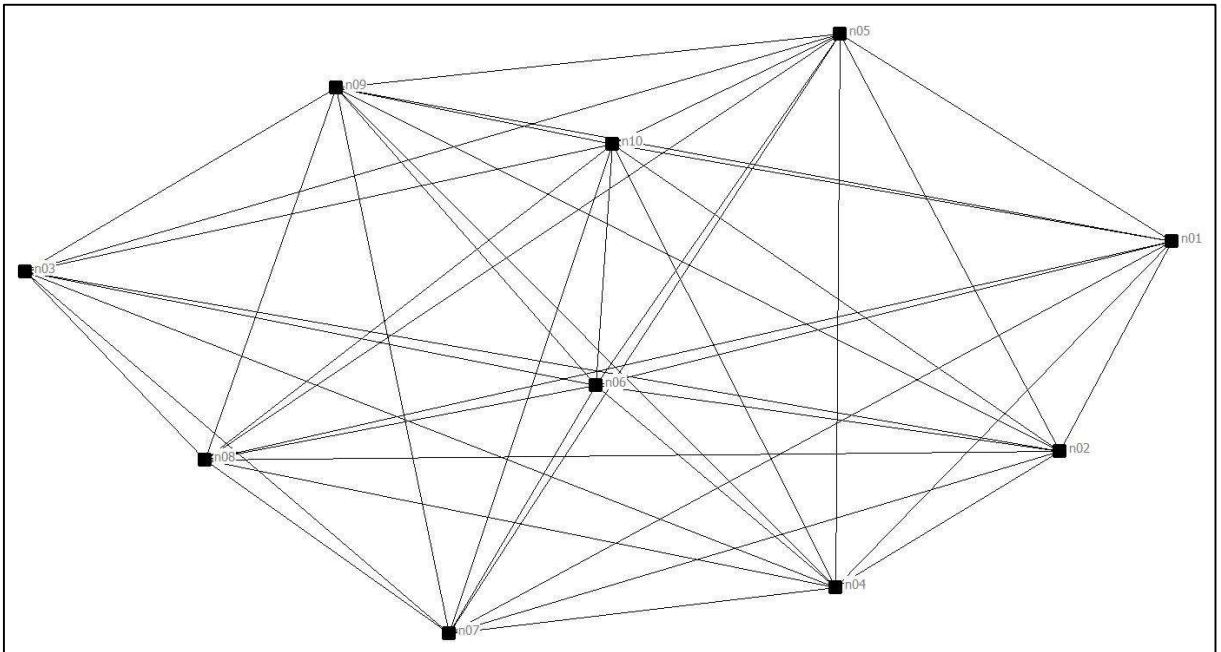
E09



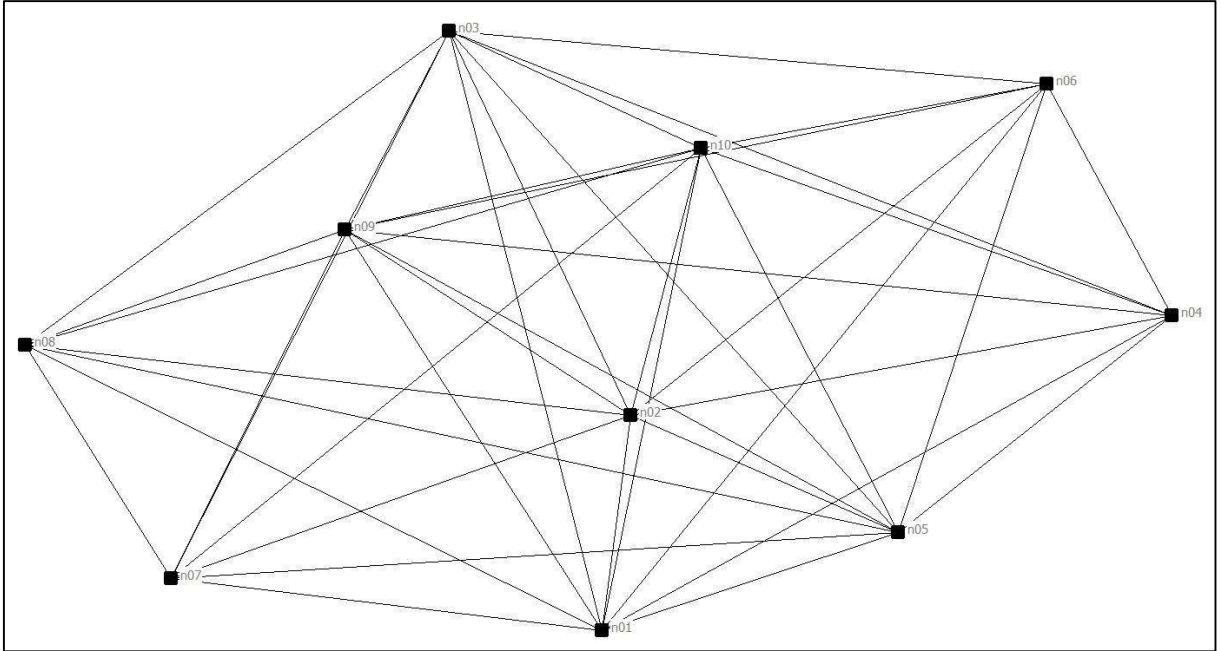
E10



E11



E12



E13

